

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA NAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, COOPERATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

DEIVID DUTRA DE OLIVEIRA

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA NAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL**

DEIVID DUTRA DE OLIVEIRA

Sob a orientação do Professor
Dr. Flávio Anício Andrade

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Março de 2013**

630.7
O48p
T

Oliveira, Deivid Dutra de, 1982-
Perspectivas de atuação do Instituto
Federal Farroupilha nas relações entre
educação profissional, cooperativismo e
desenvolvimento rural / Deivid Dutra de
Oliveira - 2013.
85 f. : il.

Orientador: Flávio Anício Andrade.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Bibliografia: f. 72-74.

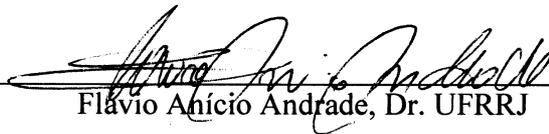
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Ensino
profissional - Teses. 3. Cooperativismo -
Teses. 4. Desenvolvimento rural - Teses.
I. Andrade, Flávio Anício, 1950-. II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DEIVID DUTRA DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

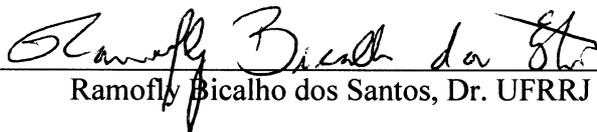
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/04/2013.



Flávio Anício Andrade, Dr. UFRRJ



Alvaro de Oliveira Senra, Dr. CEFET-RJ



Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Dedico este trabalho a minha família, em especial minha esposa Danieli, meu filho Diogo, meus Pais Eloisa e Manoel. Aos meus irmãos Fernando e Jaqueline, a minha sobrinha Giovanna e aos meus cunhados José Dener e Fernanda e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e filho pela compreensão, paciência e apoio no processo de construção deste trabalho;

Aos meus Pais e demais familiares pelo apoio e orações para a concretização desta importante etapa de minha vida;

Aos colegas e amigos Nadia Perlin e Rogério Anese, pelo apoio, incentivo e colaboração para tornar esse trabalho realidade;

Aos colegas e principalmente amigos Maria Regina e Julio Simi, pelo companheirismo e apoio nos momentos de aflição e dúvidas na construção dessa caminhada;

Ao Diretor Geral do Câmpus São Vicente do Sul e amigo Luiz Fernando Costa pela compreensão da importância deste processo no meu desenvolvimento pessoal e profissional;

Aos demais colegas e amigos do Instituto Federal Farroupilha e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que de alguma forma contribuíram para a realização e concretização deste trabalho;

Ao meu orientador professor Flavio Andrade, pela paciência, compreensão e apoio no decorrer da realização deste trabalho;

A Deus, pelas suas dádivas derramadas sobre mim fundamental no sucesso da conclusão de mais uma caminhada;

RESUMO

OLIVEIRA, Deivid Dutra de. **Perspectivas de atuação do Instituto Federal Farroupilha nas relações entre Educação Profissional, Cooperativismo e Desenvolvimento Rural**. 2013 85f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

O estudo caracterizou-se por uma investigação de natureza exploratória, partindo de uma análise documental relacionado aos princípios cooperativistas e do papel dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia por meio do estudo a legislação educacional, e dos projetos de curso dos eixos tecnológicos de atuação do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha além, da documentação referente aos projetos de extensão, pesquisa e estágios que poderiam contribuir na formação cooperativista do estudante. Para consolidarmos as informações encontradas pela pesquisa exploratória aplicamos questionários para levantarmos informações da mesma natureza aos coordenadores de cursos de cada eixo tecnológico, aos professores da área de gestão com notória ligação ao tema deste trabalho e do professor responsável pela constituição, condução e finalização da cooperativa escola do Campus em estudo bem como o Diretor Administrativo da época com o objetivo geral de identificar as possíveis interferências do campus São Vicente do Sul nas questões cooperativistas de sua região de atuação, resultantes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para subsidiar o conhecimento necessário as análises das informações referente à atuação do Campus na área do cooperativismo inicialmente detalhamos os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa, passando a discussão sobre a evolução histórica do cooperativismo e a apresentação dos princípios cooperativistas inerentes ao sistema organizacional. Nesse mesmo sentido entendemos como importante contribuição ao trabalho o relato sobre a atuação do cooperativismo no Brasil e na legislação incluindo breve discussão sobre a finalidade da criação das cooperativas escolas a partir da transformação dos antigos colégios agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais vinculadas a COAGRI e abordagem de aspectos inerentes ao desenvolvimento rural como uma das contribuições das ações cooperativistas na economia e sociedade regional. Outras discussões que entendemos necessárias para a compreensão da importância e o porquê cabe a responsabilidade de fomentar o cooperativismo e empreendedorismo aos Institutos Federais de Educação Profissional foi trazer a discussão sobre a evolução história da educação profissional do País e principalmente na transformação nesse novo ente. A fim de ilustrar o contexto em que o presente trabalho realizou-se procedemos com a caracterização institucional em estudo e da região de localização. E por fim, a análise dos projetos de cursos, projetos de pesquisa e extensão bem como a interpretação de informações inerentes ao tema oriundas dos questionários apresentados, servindo de base para concluirmos que o Instituto possui ações ligadas ao cooperativismo, mas, de forma superficial carecendo de algumas mudanças em sua atuação para ampliar sua contribuição a este sistema organizacional importante para na transformação econômica e social da região.

Palavras-Chave: Educação Profissional – Cooperativismo – Desenvolvimento Rural

ABSTRACT

OLIVEIRA, Deivid Dutra de. **Prospects of operation of the Federal Institute Farroupilha in relations between Professional Education, Rural Development and Cooperatives**. 2013 85p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

The study was characterized by an exploratory research, based on a document analysis related to cooperative principles and the role of the Federal Institutes of Technology and Science Education by studying the educational legislation, and of course projects of technological axes of action Campus São Vicente do Sul Institute of Southern Federal Farroupilha addition, the documentation relating to the extension projects, internships and research that could contribute to the formation of cooperative student. To consolidate the information found by exploratory questionnaires applied to raise the same kind of information for course coordinators of each axis technology, teachers of the management area notorious connection with the theme of this work and the teacher responsible for the establishment, conduct and completion of the cooperative School Campus in the study as well as the Managing Director of the season with the overall objective of identifying the possible interference of the campus in São Vicente do Sul cooperative issues of its region as a result of their teaching, research and extension. To support knowledge necessary analyzes information regarding the performance of the Campus area cooperatives initially detail the methodological procedures adopted in this study, from the discussion of the historical evolution of cooperative and presentation of cooperative principles inherent in the organizational system. In the same sense we understand how important contribution to the work reporting on the performance of cooperatives in Brazil and legislation including a brief discussion of the purpose of creation of cooperatives schools from the transformation of former agricultural colleges in Schools Federal Agrotechnical linked to COAGRI and approach aspects related to rural development as one of the contributions of cooperative actions on the economy and regional society. Other discussions that are considered indispensable for understanding the importance and why has the responsibility to foster cooperative entrepreneurship and the Federal Institutes of Vocational Education was to bring the discussion on the evolution history of professional education in the country and especially in transforming this new entity. In order to illustrate the context within which the present work was carried out proceeded with the institutional study and characterization of the region of localization. Finally, analysis of projects courses, research projects and extension as well as the interpretation of information inherent to the theme coming from the questionnaires submitted, providing the basis for concluding that the Institute owned cooperative actions related to, but superficially lacking some changes in its operations to expand its contribution to this important organizational system for economic and social transformation in the region.

Key words: Professional Education - Cooperative - Rural Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - A base para a consolidação dos princípios cooperativistas	10
Figura 02 - Centenário da Rede Federal de EPT – Divisão Geopolítica em 1909.....	19
Figura 03 - Identificação das atividades das famílias por faixa etária	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Classificação das atividades pluriativas em subtipos	27
Tabela 02 – Abordagem do Cooperativismo no Ensino por Eixos Tecnológicos.....	44
Tabela 03 – Atividades de Pesquisa executadas em 2012 por eixos	52
Tabela 04 – Atividades de Extensão executadas em 2012, por eixos.	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	Associação Brasileira de Sommeliers
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADS	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APROVIJA	Associação de Produtores de Vinho de Jaguarí
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CEFET-SVS	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de São Vicente do Sul
CERTIFIC	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
COAGRI	Coordenação de Ensino Agrícola
COOPEAFSVS	Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul
CRC-PE	Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo e Associativismo
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EAFSVA/PE	Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão do Estado de Pernambuco
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
HA	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF FARROUPILHA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense
JIC	Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério Educação
MEPT	Mostra de Educação Profissional e Tecnológica
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas de Necessidades Especiais
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS	Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul
PAPC	Programa de Apoio a Produção Científica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PRODECE	Projeto Destino Certo do Lixo
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RECOOP	Programa Revitalização das Cooperativas Agropecuárias
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
SENACOOOP	Secretaria Nacional de Cooperativismo
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Sistema Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Sistema Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESG	Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SESI	Serviço Social da Indústria
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCU	Tribunal de Contas da União
UEP	Unidade de Educação e Produção
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	METODOLOGIA.....	3
3	COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL	6
3.1	Evolução Histórica do Cooperativismo	6
3.2	Os princípios Cooperativistas	7
3.3	O Cooperativismo no Brasil	8
3.4	O Cooperativismo na Legislação.....	11
3.5	Cooperativas-Escola no Ensino Profissional.....	13
3.6	Desenvolvimento Rural	13
4	O IF FARROUPILHA E SUA CARACTERIZAÇÃO	15
4.1	Evolução da Rede Federal Profissional	15
4.2	Processo Evolutivo do IF Farroupilha – Campus São Vicente do Sul	24
4.3	Localização do Campus São Vicente do Sul	25
4.4	Perfil Institucional do Ensino no Campus São Vicente do Sul	29
5	COOPERATIVISMO NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO.....	38
5.1	Cooperativa Escola no Antigo CEFET.....	38
5.2	Cooperativismo no Ensino do Campus São Vicente do Sul.....	44
5.3	Cooperativismo na Pesquisa do Campus São Vicente do Sul.....	52
5.4	Cooperativismo na Extensão do Campus São Vicente do Sul	53
5.5	Visão de Professores da Área de Gestão com Relação ao Cooperativismo	60
6	CONCLUSÃO.....	65
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
8	ANEXOS	75
	Anexo I – Número de alunos por curso nos exercícios 2008 a 2012.....	76
	Anexo II – Projetos de de Curta Duração de Extensão/2012 – Câmpus São Vicente do Sul.....	78
	Anexo III – Projetos de Longa Duração de Extensão/2012 – Câmpus São Vicente do Sul.....	79
	Anexo IV – Questionário aos Coordenadores de Curso	80
	Anexo V – Questionário referente à Cooperativa-Escola do Câmpus São Vicente do Sul.....	82
	Anexo VI – Questionário aos professores do Câmpus São Vicente do Sul, da área de Cooperativismo.....	84

1 INTRODUÇÃO

Faz parte das concepções e discussões que se inserem no dia-a-dia, nos ambientes sociais, econômicos, políticos, que a educação é o caminho mais viável e eficaz para o desenvolvimento de um país. É uma afirmação difícil de ser contestada, pois a educação amplia os horizontes dos pensamentos humanos e permite o desenvolvimento da capacidade de analisar as situações cotidianas, criando um senso crítico e vislumbrando alternativas para a melhoria da qualidade de vida.

Das concepções históricas de Gennari (2003), entende-se que, em se tratando de conhecimento, só era interessante repassá-lo aos demais quando não existisse a intenção de manter o domínio sobre os mesmos, pois a apropriação do conhecimento reflete uma relação de poder.

Ainda conforme Gennari (2003), o que se difundia em termos de conhecimento, à época dos Faraós, é que seria necessária “uma instrução para todos, uma para muitos e uma para poucos. A primeira não deve fazer do povo tantos sábios, mas deve instruí-los tanto quanto basta para que possa tirar proveito dos sábios”. Via-se o conhecimento como algo necessário em todos os níveis, mas apenas como um instrumento de manutenção de uma ordem social, preparada para o trabalho de acordo com as demandas de uma elite dominante.

Essa maneira de pensar não se afasta da atualidade, e por isso existe a busca pela libertação do pensamento, associada à criação de uma educação libertadora, aliada à alimentação do ser coletivo, almejando o crescimento da sociedade, sem distinção de classes econômicas. Essa possibilidade afronta os interesses de quem detém o poder, pois determina mudanças na mentalidade de um país, de um povo, em detrimento aos interesses individuais.

Na ideia de revolucionar o ensino, ao longo dos anos, várias políticas foram implementadas e acompanhadas. Outras, por vezes, foram suprimidas pelo insucesso. As atuais políticas governamentais para a educação determinaram a criação dos Institutos Federais, cujos objetivos foram definidos no sentido de responder, de forma mais ágil e eficaz, às demandas crescentes pela difusão de conhecimentos científicos e suporte aos arranjos produtivos locais, constituindo-se em um dos focos elencados em suas finalidades, devidamente destacado no Inciso VIII do Artigo 6^a da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o estímulo ao cooperativismo.

No rol dos institutos criados, está o Instituto Federal Farroupilha, situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, onde as atividades ligadas à agropecuária constituem uma sólida base econômica. Especificamente em relação ao Câmpus São Vicente do Sul, a região em que se situa possui um potencial produtivo muito grande nessa área, mas se apresenta um tanto deficitária na atuação industrial, onde a comercialização dos seus produtos pouco agrega valor aos mesmos.

Para a criação de um empreendimento viável, cada vez mais é necessário o emprego de novas tecnologias que, no entanto, custam caro e, por essa razão, muitas vezes estão longe do alcance de pequenos produtores. Porém, um bom empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente, através da introdução de novos produtos e serviços e pela criação de novas formas de organização, onde uma delas é o cooperativismo.

Há, entretanto, um histórico educacional e também econômico-social no qual persiste uma cultura individualista e opressora muito grande, que dificulta e, às vezes, impede a instauração ou a continuidade dessa forma organizacional. Assim, a problemática que se apresenta volta-se para a questão do cooperativismo, suas implicações no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida dos pequenos proprietários rurais, onde o Instituto Federal

Farroupilha, através de seu Câmpus São Vicente do Sul, insere-se como centro de excelência para o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas que beneficiem a comunidade.

Percebe-se que a região de inserção do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, possui um número significativo de pequenas propriedades rurais, geradoras de diversos produtos agropecuários e algumas cooperativas. Esse cenário é uma oportunidade à mudança da cultura individualista para uma visão de auxílio mútuo entre os pequenos proprietários rurais. Mudanças nessa realidade podem facilmente serem subsidiadas pela educação, especialmente pela educação profissional e tecnológica oferecida pelos Institutos Federais de Educação, que devem atuar como mediadores do ensino das práticas e técnicas a serem adotadas para a transformação dessas condições.

Para a identificação e compreensão desse contexto, utilizamos-nos de publicações como Miranda (1998), Brasil (2006), Caldeira (2006), Costa (2011) entre outros, para levantar discussões referentes ao processo evolutivo do cooperativismo, desde a sua origem até sua atuação no País. Além da contextualização breve da história da educação profissional, utilizamos-nos também dos estudos de Manfredi (2002), Brasil (2006), Tavares (2012), Pacheco (2011), entre outros, que contribuem significativamente para elucidar o processo evolutivo dessa modalidade de ensino a garantir o entendimento dos objetivos e finalidades atuais da nova instituição: os Institutos Federais. Para a caracterização da população rural, nos utilizamos de Neumann e Silveira (2009), que trouxeram conhecimentos sobre a composição da renda das famílias da localidade onde está situado o Câmpus São Vicente do Sul.

Ao colocarmos o Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul como centro de estudos para analisarmos a sua contribuição ao cooperativismo na região de abrangência, acreditamos que seria necessária a sua caracterização, estabelecendo um perfil de atuação dessa entidade. Desse modo, Donadel (2010), Perlin (2010), Rosa (2010) e Perlin (2011) apresentam informações relevantes para conhecer o perfil de atuação dessa Instituição.

Realizada a contextualização e conceituação de termos importantes inerentes ao tema, foi necessário levantar informações dos projetos de cursos dos eixos tecnológicos, relatórios dos estágios realizados, informações oriundas de entrevistas com os coordenadores dos cursos, professores com afinidade à temática, pessoas responsáveis pela implantação, condução e encerramento da cooperativa-escola do Câmpus São Vicente do Sul, ainda enquanto Escola Agrotécnica e CEFET, e também os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos com a temática do cooperativismo.

2 METODOLOGIA

Para Richardson (2009), estudos empíricos ou teóricos podem mudar de sentido a partir da consciência dos pressupostos sociais, culturais, políticos ou mesmo individuais que se escondem sob a enganadora aparência dos fatos objetivos. Sobre a pesquisa, afirma:

Como ferramenta para adquirir conhecimento, a pesquisa pode ter os seguintes objetivos: resolver problemas específicos, gerar teorias ou avaliar teorias existentes. Em termos gerais, não existe pesquisa sem teoria: seja explícita ou implícita, ela está presente em todo o processo de pesquisa. (RICHARDSON, 2009, p.16)

Não se pode esquecer que embora um trabalho de desenvolvimento do conhecimento seja em prol de uma resolução, este pode manifestar resultados indesejados, semente a novas pesquisas em busca de alternativas viáveis ao objetivo pretendido.

Relacionado aos tipos de pesquisa, a pretensão da problemática apresentada é que a pesquisa seja eficiente no sentido de apontar soluções, haja vista que através dela será possível identificar se a criação da cultura cooperativista deve permear o processo de ensino e se solidificar através da matriz curricular dos cursos técnicos, em disciplinas voltadas ao tema. E, ainda, se essa cultura é adequada à solução do problema.

Em complemento à abordagem anterior, Richardson (2009), caracteriza:

A pesquisa social crítica (pesquisa qualitativa, pesquisa-ação etc.) tem como fundamento a procura coletiva de solução de problemas práticos. A maior parte dessas pesquisas não está destinada a formular ou testar teorias; o pesquisador está, apenas, interessado em descobrir a resposta para um problema específico ou descrever um fenômeno da melhor forma possível. (RICHARDSON, 2009, p. 16)

No âmbito da presente proposta de pesquisa, cabe ressaltar o conceito de organização:

Dentro da abordagem mais ampla, as organizações “são unidades sociais (ou agrupamentos humanos), intencionalmente construídas, com o fim de atingir objetivos específicos”. Isso significa que as organizações são propositalmente planejadas e elaboradas para atingir determinados objetivos, e também são reconstruídas e reelaboradas, ou seja, reestruturadas e redefinidas, conforme os objetivos são atingidos ou conforme se descobrem meios melhores para atingi-los com menor custo e menor esforço e menor tempo. Uma organização nunca constitui uma unidade pronta e acabada, mas um organismo social vivo e sujeito continuamente a mudanças. (CHIAVENATO, 2007, p. 33)

Na abordagem organizacional, manifestam-se Motta e Vasconcelos (2009):

[...] as organizações podem ser vistas como arenas complexas onde os indivíduos buscam seus interesses particulares por intermédio dos meios

oferecidos pelas estruturas e regras burocráticas. Na busca de seus interesses específicos, os atores sociais devem organizar a cooperação entre si.[...] (p. 352).

Refere-se a citação à necessidade do associativismo para o fortalecimento organizacional, como alternativa de viabilizar o alcance dos objetivos empresariais.

O cooperativismo para a OCB (2004) corresponde a uma:

Filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia como referências fundamentais. Um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, em que o empreendimento comum realizado – em qualquer ramo de atividade – visa às necessidades do grupo e não ao lucro, busca a prosperidade conjunta e não individual. (p. 19)

Wickert (2007) aborda, ainda, em seu trabalho, o fato de que as pessoas do meio rural agem espontaneamente em ações de solidariedade, cooperação e união, de forma constante. Essa maneira de agir é uma cultura gerada pela necessidade de segurança mútua nos relacionamentos interpessoais.

Na obra de Gawlak (2004), ele faz referência à educação para a cooperação, que vem da partilha dos pensamentos e atitudes como forma de exemplo. Os nossos atos são constantemente monitorados e avaliados. “A soma dos atos, experiências e trabalhos em conjunto promovem o crescimento moral e intelectual, dando sentido de união” (p. 9). Expõe, ainda, que a partir do momento em que um indivíduo descobre o cooperativismo, ele percebe que não está só e que suas atitudes e seus pensamentos vão estar em contato com as atitudes e pensamentos de outras pessoas e que, juntos, partilharão os mesmos resultados.

Para Gomes (2005) “os sistemas educacionais se distinguem também quanto à organização dos currículos e às diferentes trajetórias prevista para os alunos.[...]” (p. 181). Diante dessa visão, existe a abertura, nas matrizes curriculares, para apresentar proposta de mudanças devido a possíveis lacunas existentes em determinadas áreas.

Frente a esses posicionamentos, propomos como objetivo do presente trabalho, identificar as possíveis interferências do Campus São Vicente do Sul nas questões cooperativistas de sua região de atuação, resultantes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No anseio de encontrarmos uma resposta para a problemática apresentada, buscamos especificamente conhecer a realidade do Campus São Vicente do Sul e sua atuação no termo ligado ao cooperativismo, bem como verificar em que nível as atividades de ensino, pesquisa e extensão contemplam a questão do cooperativismo. Pelo conhecimento das questões explicitadas, pretendemos sugerir possíveis adequações nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão para os cursos do Campus São Vicente do Sul, de forma a atender as finalidades determinadas para os Institutos Federais em relação ao cooperativismo.

Para chegarmos às respostas oriundas desses objetivos, nos utilizamos de vários procedimentos metodológicos para a obtenção de informações que subsidiassem os pontos de vistas apresentados. Nesse sentido, foi necessário trazer à tona alguns conceitos e técnicas, a seguir identificados.

Em sua obra, Lakatos e Marconi (1991), definem metodologia como um aglomerado de meios sistêmicos e racionais que, com maior eficiência e menor custo permitem chegar ao objetivo, e os conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser conduzido,

detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Neste mesmo raciocínio, Cervo (2003), ainda complementa que a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos, com o emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução.

Amparada em referencial teórico, a pesquisa foi desenvolvida através de estudos exploratórios, com cunho quanti e qualitativo, compreendendo trabalhos de análise documental e aplicação de questionários abertos, com a finalidade de revelar uma dimensão objetiva da questão de estudo.

Conforme Bauren e Raupp (2004), a pesquisa exploratória é ideal a partir do momento em que se pretende conhecer um assunto específico com maior profundidade, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. Por este método, avalia-se a possibilidade de desenvolver um bom trabalho, estabelecendo-se critérios a serem adotados, os métodos e as técnicas adequadas. A abordagem qualitativa é a forma com que se tratam informações existentes, analisando-se, dentro de variáveis possíveis, quais efeitos e resultados obteremos em determinada situação. A quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.” (SILVA, 2001, p. 20)

A abrangência da pesquisa compreendeu o Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, no município de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho partiu de uma análise documental relacionada aos princípios cooperativistas e também em relação ao papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nesse aspecto, tendo por subsídio a legislação educacional do ensino técnico e tecnológico, bem como os respectivos planos de curso dos eixos de recursos naturais, gestão e negócios, produção alimentícia e informação e comunicação.

Foram analisados os documentos referentes aos projetos de extensão e pesquisa para a identificação de possíveis ações ligadas ao assunto desde trabalho. A análise documental foi enriquecida pela verificação do grau de atuação dos estágios curriculares na formação cooperativista do estudante.

Foram aplicados questionários abertos aos Coordenadores de cursos dos eixos em análise, para fins de verificar a participação da temática do cooperativismo em seus projetos de cursos, ementas e práticas pedagógicas. Também foram utilizados questionários abertos junto aos professores de formação e notória ligação com a temática.

Para a identificação da forma como foi constituída, conduzida e finalizada a Cooperativa-escola do Câmpus São Vicente do Sul, foi especificamente elaborado um questionário aberto, para coleta de informações junto ao professor designado para a função de Coordenador à época e também junto ao Diretor Administrativo daquele tempo, para esclarecer os procedimentos adotados e possíveis dificuldades enfrentadas bem como a identificação de prováveis benefícios dessa forma de organização.

Por fim, procedemos a uma análise comparativa da atuação do ensino, pesquisa e extensão em relação às finalidades traçadas pela criação dos Institutos Federais em relação ao tema, a fim de detectar possíveis interferências da instituição de ensino – Instituto Federal Farroupilha - no cooperativismo regional.

3 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1 Evolução Histórica do Cooperativismo

Num resgate ao início do cooperativismo BRASIL (2006, p. 10) relembra-se as atividades diárias pela sobrevivência em tempos bem antigos, onde se pode comprovar a composição do ser humano como um ser social, que pela interação constante com os demais identificou que, em grupo, teria maiores chances de garantir a sobrevivência e de evoluir. Como exemplo, cita-se os povos egípcios, gregos, romanos, maias e os astecas, que tinham essa percepção e viviam em comunidade, unindo-se nas práticas diárias da caça, da pesca, da construção e do cultivo.

Pautados nessa visão e em estudos de teorias que defendiam o agrupamento de pessoas com anseios e expectativas semelhantes para o atendimento de suas necessidades, teorias de pensadores como Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837) serviram de inspiração aos primeiros pensadores sobre a temática do cooperativismo como garantia de superação das crises enfrentadas em suas famílias.

Frente ao progresso industrial vivido no século XIX, quando do surgimento das máquinas a vapor e do movimento do setor produtivo de maneira significativa, no sentido de produzir em maior quantidade e em menor tempo, conseqüentemente houve o início da desvalorização da mão-de-obra humana e o desencadeamento do processo de desemprego dos trabalhadores. Isso porque, ao mesmo tempo em que houve o aumento da produção em menos tempo e menor emprego de trabalho braçal, a permanência do homem no setor de produção também começou a ser reduzida.

O período marcado por importantes transformações nas relações econômicas e sociais da época, segundo Costa (2011), deixa a relação capital e trabalho menos tranquila e pacifista, passando a um estágio de conflitos, frente à clara exploração do trabalho pelas indústrias capitalistas.

Nesse aspecto, Brasil (2006) e Costa (2011) abordam o problema dos trabalhadores que, oprimidos pelo próprio trabalho e suas necessidades, como alimentação, abrigo, entre outras, partem em busca de alternativas que pudessem garantir as condições mínimas de subsistência e o restabelecimento de sua dignidade. Nesse contexto, surgem 28 trabalhadores ingleses, na maioria tecelões, em busca de um rompimento da ordem econômica daquela época, onde o mercado era dominado pelos senhores de posses que “... os submetiam a uma remuneração aviltante, imposição de degradante jornada de trabalho de mulheres e crianças de até 16 horas por dia, além do crescente desemprego provocado pela revolução industrial.” (CALDEIRA, 2006, p. 63) para criarem um armazém, do qual todos eram donos e onde podiam comprar alimentos de qualidade e baixo custo, constituindo-se em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale (hoje um bairro de Manchester), na Inglaterra, a Sociedade Rochdale, a primeira cooperativa formal do mundo.

Costa (2011), Caldeira (2006) e Brasil (2006) abordam sobre a dificuldade e lentidão para a estruturação do novo ente. Enquanto planejavam, elaboravam a normatização a ser utilizada no andamento das atividades, a cooperativa iniciou com a contribuição de uma libra por associado, fruto das poucas e árduas economias para atingir o objetivo da continuidade do empreendimento, alicerçado em princípios de igualdade, justiça e liberdade.

Uma visão tão inovadora como essa alterou os padrões econômicos do período, abrindo caminhos para um movimento de enormes proporções, difundindo-se pela Europa e

pelo mundo todo. Esse empreendimento aumentou o capital para 180 libras no primeiro ano de funcionamento e, na década seguinte, chegou a 1.400 cooperados.

O exemplo alastrou-se rapidamente para outros grupos, evoluindo e conquistando espaço próprio, criando nova forma de pensar no homem, no trabalho e no desenvolvimento social. O cooperativismo foi aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos, por, por seu viés igualitário e social. (CALDEIRA, 2006, p. 64).

Ao final do século XIX, “chegava-se a 1.000 cooperativas de consumo, com aproximadamente 550.000 associados”, segundo Brasil (2006, p. 10). À medida que os homens percebiam que antes os agrupamentos atuavam de maneira informal para atingir aos seus objetivos, agora poderiam formalizar a ação cooperativa, aumentando o poder de barganha com outras entidades comerciais.

O enorme crescimento do cooperativismo em tão pouco tempo, gerou a necessidade da criação de uma entidade que acompanhasse o movimento em sua defesa e difusão das bases conceituais que o norteiam bem como valores e princípios. Assim, passados cinquenta anos da criação da primeira cooperativa para atender a essas demandas, fundou-se a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, em 1985, na Inglaterra.

O Brasil é filiado a ACI desde 1989. Em 1992, o País começou a participar da direção da entidade, quando o então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, foi eleito presidente da ACI Américas, o que lhe conferia automaticamente o cargo de vice-presidente. Em 1997, Rodrigues foi o primeiro não-europeu a assumir o cargo de presidente mundial da ACI, ocupando a função até 2001. Rodrigues é também autor do sétimo princípio do cooperativismo, que prega o “interesse pela comunidade”. (BRASIL, 2006, p. 12)

3.2 Os princípios Cooperativistas

O cooperativismo é regido por sete princípios que norteiam e alicerçam a constituição, o funcionamento e a tomada das decisões, oriundos da vitoriosa experiência pioneira de Rochdalle.

Os princípios, segundo Costa (2011, p. 6-8) e Brasil (2006, p. 14), são:

1. Adesão voluntária e livre – é dada a característica de voluntariado sendo aberta a todo cidadão a participação desde que em condições da utilização dos serviços e de assumir as responsabilidades como membros sem discriminação de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas, seja, para ingresso ou saída quando desejar. Nesse quesito a legislação através da Lei 5.764/71 condiciona a garantia deste princípio, desde que não haja impossibilidade técnica para o seu atendimento.

2. Gestão democrática e livre – as decisões dos rumos a serem seguidos nas organizações cooperativas e a política de gestão são tomadas pelo grupo de membros associados ao ente que em assembleias gerais expõe seus entendimentos e proposições aos demais integrantes da sociedade, que discutirão, analisarão a temática e em votação tomar-se-á a decisão do que será efetivado seja, na íntegra ou com adaptações oriundas do debate.

A representação da associação e de seus associados será por escolha direta entre seus membros, por eleição mediante o voto a candidato, homem ou mulher, que eleito será

responsável frente aos demais associados pelas práticas cooperativas e pelo andamento das atividades, cuja finalidade fora constituída. “Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.” (BRASIL, 2006, p. 14)

3. Participação econômica dos membros – a constituição do capital social de uma cooperativa dar-se-á pela subscrição e integralização mediante quotas-parte de forma igualitária entre os membros para que então seja destinado ao controle universal da cooperativa por meio da gestão democrática. O capital de um associado deixa de ter essa configuração para integrar a parte de um todo, que será aplicado para o funcionamento das atividades da organização. Desse capital, serão utilizados os excedentes gerados por eles, podendo ser destinada uma parte, como remuneração do capital investido, aos seus integrantes e outras destinações, como por exemplo, para o desenvolvimento de suas cooperativas e/ou formação de reservas, retorno de benefícios aos membros, na proporção de suas transações e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4. Autonomia e independência – nesse tipo de empreendimento, os cooperados assumem a responsabilidade do curso a ser seguido, como: atividades que serão desenvolvidas, a missão institucional, objetivos e metas a serem alcançados no negócio, sem interferências internas - governamentais ou não. Esse princípio é a confirmação de que o associado é o próprio dono da organização e que dele dependem o sucesso e os insucessos dos rumos tomados pelo processo de gestão corporativa, a denominada autogestão. Toda e qualquer negociação realizada no âmbito externo da associação, seja em parcerias com instituições públicas ou captação de recursos externos, deve garantir as condições do controle democrático pelos seus membros, mantendo a autonomia cooperativa.

5. Educação, formação e informação – mesmo havendo o espírito cooperativo nesse tipo de organização, para que se obtenha êxito nos objetivos traçados para o andamento dos negócios objeto da entidade e garantia de seus direitos prometidos no ingresso na cooperativa, os membros devem ter conhecimentos inerentes ao processo de gestão, de formação técnica, foco da atividade fim. Nesse sentido, as cooperativas promoverão a educação e a formação dos membros, representantes eleitos e dos trabalhadores, promovendo uma contribuição eficaz de cada integrante do processo cooperativo.

6. Intercooperação – a lógica desse princípio é a de que pessoas com interesses comuns podem ajudar-se mutuamente para o alcance de alguns objetivos e essa forma de sociedade apresenta a melhoria das condições para a obtenção de êxito na concretização das aspirações iniciais do grupo. O mesmo vale para a interação entre cooperativas já constituídas, que possuem condições de cooperação entre si pelo elo de ligação de suas áreas de atuação. Essa forma de intercooperação, ou seja, a cooperação entre cooperativas distintas, promove o fortalecimento das mesmas, contribuindo no processo de emancipação econômico-social, ampliando a abrangência de atuação em nível regional, nacional ou internacional.

7. Interesse pela comunidade – o propósito maior da formação de uma cooperativa é a contribuição que a mesma pode proporcionar no desenvolvimento sustentável das comunidades, pela geração de trabalho e renda, prestação de serviços, melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, por meio das ações relacionadas ao objetivo da formação da associação, aprovadas pelos seus integrantes.

3.3 O Cooperativismo no Brasil

Caldeira (2006) relata a existência de ações cooperativas no ramo agrário, porém não organizadas de maneira formal, dentro das prerrogativas desta forma de organização. A partir de 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, tais ações serviram de

marco inicial para a instituição de um modelo de sociedade solidária, em bases integrais, almejando a melhoria da qualidade de vida das famílias, contrapondo a realidade da época sobre o interesse econômico de produção.

Essa forma de atuação de atividades solidárias teve continuidade por 150 anos, com a contribuição das ações dos jesuítas, que persuadiam a conscientização da necessidade do auxílio mútuo como princípio, visão essa encontrada entre os indígenas brasileiros e em grande parte de povos primitivos, voltando a realidade vivida em tempos remotos.

Diferentemente do europeu, o movimento cooperativista brasileiro teve sua origem, basicamente no Nordeste, adotado como política de controle social desenvolvida pelo Estado e, por isso com um exercício fortemente caracterizado pela intervenção estatal. Ou seja, inicialmente não se apresentou como busca de alternativa econômica e social para solucionar problemas de sobrevivência dos trabalhadores ou como instrumento de mudança social da população, muito menos de superação do modo de produção e de transformação da economia brasileira. Entretanto, desenvolveu-se ao longo do tempo, fortalecendo-se no cenário econômico e político do país, vindo a constituir-se em política nacional de Cooperativismo. (CALDEIRA, 2006, p. 70).

O surgimento das primeiras cooperativas no País aconteceu pouco antes do cinquentenário da constituição da primeira cooperativa, na Inglaterra, em 1844. Os brasileiros formalizaram a cooperativa pioneira no Estado de Minas Gerais, no ano de 1889, sob a nomenclatura de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Segundo Brasil (2006, p. 16), “semelhantes aos tecelões de Rochdale, os precursores brasileiros formaram cooperativa com objetivo o consumo, com a oferta de produtos diversificados, desde gêneros alimentícios a residências e crédito”.

Após essa experiência, surgiram, de forma muito rápida, outras instituições desse modelo no País. Inicialmente, os precursores eram funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, com tinham como objetivo o atendimento da melhor forma das suas necessidades, outros tinham proximidade a empresas que estimulavam a cooperação entre funcionários.

Ainda no século XIX, nasciam as organizações que se tornariam destaques do cooperativismo brasileiro: as agropecuárias. A primeira registrada foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1892. A partir daí, esse segmento se desenvolveu com vigor no Sul do País, estimulado por imigrantes europeus e asiáticos, que traziam dos seus continentes o conhecimento da doutrina e buscavam a união para amenizar as dificuldades de começar vida nova longe da terra natal. Por volta de 1910, o setor ganhou impulso também em Minas Gerais, no Sudeste do Brasil, quando as cooperativas foram incentivadas pelo então governador João Pinheiro, que buscou organizar a produção e a comercialização do café. (BRASIL, 2006, p. 16)

Das cooperativas constituídas à época, a mais antiga em atividade no País é do ramo de crédito, desde 1902. Idealizada pelo Padre Jesuíta suíço Theodor Amstad, que detinha conhecimento do sistema cooperativo europeu.

Era formada por colonos de origem alemã que habitavam Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. A organização nasceu com o nome de Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis e desde 1992 adota a denominação Sicredi Pioneira, pois integra o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Portanto, foi no início dos anos 1900 que o cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu principalmente o chamado “modelo alemão”, que defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o cooperativismo e a economia de mercado, sendo o primeiro marcado pelo comprometimento com a justiça social. (BRASIL, 2006, p. 16)



Figura 01 - A base para a consolidação dos princípios cooperativistas
Fonte: Brasil, 2006, p. 19

Na praça central do município de Nova Petrópolis no Estado do Rio Grande do Sul, existe um grande monumento que simboliza o perfil dos habitantes daquela região: a cooperação, representada por pessoas unindo esforços para segurarem uma pedra. Então, algo que parecia impossível para somente um indivíduo, torna-se factível com o apoio de todos, “... instrumento que impulsiona a economia e a qualidade de vida no município. Com cerca de 90% dos 18 mil habitantes sendo de descendência alemã, Nova Petrópolis seguiu o exemplo europeu e transformou o cooperativismo numa ferramenta de justiça social.” (BRASIL, 2006, p. 19).

O padre Amstad defendia a criação da cooperativa com uma teoria que os imigrantes já tinham comprovado na prática. Se uma grande pedra se atravessar no caminho e 20 pessoas quiserem passar, não conseguirão se um por um procurar removê-la individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente tirar a pedra e abrir caminho para todos. Para defender esse ideal, Amstad percorria toda a região montado num burro. Em Nova Petrópolis, chega-se a dizer que o padre andou o suficiente para dar quatro voltas na Terra na altura da Linha do Equador. (BRASIL, 2006, p. 19)

O trabalho solidário concebeu as cooperativas como alternativas para a sobrevivência dos colonos, geralmente imigrantes oriundos das diferentes regiões da Alemanha e com dialetos diferentes, o que não atrapalhou a cooperação entre eles, em um primeiro momento, com vistas à subsistência e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida.

3.4 O Cooperativismo na Legislação

O processo de consolidação do sistema cooperativo, comprovado como alternativa à transformação social e econômica de classes sociais pelo poder de geração de renda, disseminação da educação, tornou-se uma ferramenta como política pública para auxiliar o governo. Segundo Brasil (2006), o cooperativismo começou a contar com incentivos e também com amparo legal, como por exemplo, a inclusão, pela primeira vez na Constituição Federal de 1891, de um dispositivo legal que garantia aos trabalhadores do direito, a livre associação em cooperativas e sindicatos. Esse período foi marcado pela configuração do sistema cooperativista como sociedade de pessoas e não de capital, recebendo benefícios imediatos pelo Decreto nº 22.239/32, como a isenção de alguns impostos.

Na evolução brasileira dessa forma de sociedade outro incentivo foi a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), em 1951, que oferecia financiamentos para todos os ramos, porém esses financiamento passava a ser acompanhado pelo Governo. Em 1964, ao ganhar a primeira política nacional de cooperativismo, o País oficializava também a intervenção estatal no setor. As medidas foram incluídas no Estatuto da Terra (Lei nº 4504), que concedia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (na época Inda), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as funções de normatizar, registrar e fiscalizar o funcionamento das cooperativas e das associações rurais. Apenas os ramos de crédito e habitacional não estavam incluídos, pois eram controlados pelo Banco Central e pelo extinto Banco Nacional de Habitação, respectivamente. (BRASIL, 2006, p. 22)

Pouco mais de uma década, por meio do Decreto-Lei nº 60.957/67, foi criado o CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo, subordinado ao INCRA, com finalidades específicas de provimento de recursos ao movimento cooperativista. Nessa época, em meio à ditadura militar, houve ações governamentais que extinguiram incentivos fiscais para as cooperativas e provocaram aumento na centralização do controle estatal dessas associações. Tudo isso pelo receio do Governo Militar em relação à forma democrática e a força da união de pessoas, características peculiares do sistema que se tornavam uma ameaça o Regime Governamental da época.

Em 1970 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e formado um grupo de estudos para elaborar uma lei própria para o sistema, composto por representantes do cooperativismo e do governo. A Lei do Cooperativismo (de nº 5.764) foi aprovada em 16 de dezembro de 1971, detalhando a classificação, a constituição e o funcionamento das sociedades cooperativas e determinando para a OCB o papel de representação de todo o movimento. A lei permitia a organização do setor, criando entidades estaduais ligadas à OCB e estimulando uma modernização. A intervenção governamental, porém, era mantida. (BRASIL, 2006, p. 23)

A criação da OCB deu-se pela necessidade de um maior envolvimento institucional para o apoio e fortalecimento do sistema, iniciando pela regulamentação legal desses entes, com caracterização e funcionamento bem distintos das entidades comerciais existentes, servindo de mediador para o levantamento e tratamento de questões que surgiriam face à legislação e ao andamento das suas atividades.

O controle que o Governo detinha sobre as cooperativas e demais associações foi transferido ao MAPA, por meio da Lei nº 7.231 e foi criada a Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop) pelo Decreto nº 90.393, com algumas atribuições inerentes ao INCRA, como autorização para cooperativas entrarem em operação, a promoção do cooperativismo, fiscalização do setor e a liquidação de cooperativas existentes. Ainda, com o intuito de defender o movimento e seus interesses criou-se a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), que reuniu deputados e senadores para esse fim.

O movimento sentia a necessidade de autonomia e de fortalecimento. No X Congresso Brasileiro de Cooperativismo sugeriu-se a desvinculação do Estado, a criação de ramos cooperativos, a intercooperação e um programa de educação para os cooperados. Os líderes do setor aproveitaram o período de abertura política (com o fim da ditadura militar, em 1986) e as eleições para a nova Constituição Federal e se articularam, com o auxílio da Frencoop. Assim, o cooperativismo brasileiro conquistava sua independência e a garantia de apoio do Estado com a promulgação da nova Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Apenas o ramo crédito continua tendo controle estatal, pelo Banco Central do Brasil. (BRASIL, 2006, p. 23)

As mudanças na legislação brasileira, principalmente na Constituição Federal de 1988, transformaram o papel fiscalizador do governo, dando-lhe uma conotação de apoiador do sistema cooperativo.

Em 1990, foi criado um departamento de cooperativismo (pela Lei nº 8025) e extinto o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). O órgão, hoje Departamento de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOB), ligado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, já nascia com as atribuições de fomentar e de apoiar o setor. (BRASIL, 2006, p. 23)

A desvinculação Estatal do sistema cooperativista, apesar de dar mais autonomia ao setor, inicialmente provou algumas dificuldades frente aos novos desafios impostos pela nova condição, somando-se à turbulenta economia vivenciada pelo País, como a sequência de planos econômicos e a crise política presenciada em 1992, oriunda do *impeachment* do Presidente da República naquele mesmo ano.

Para evitar o agravamento da situação, foram necessárias medidas de apoio mais intensas de parte do governo. Por isso, foi criado o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), este pela Medida Provisória nº 1.715, em 1998. O Recoop constituía um socorro emergencial para o sistema, instituindo linhas de crédito que ficaram disponíveis até 1999. Já o SESCOOP é permanente e atua como preventivo, sendo responsável

pela educação e pela promoção social dos cooperados. (BRASIL, 2006, p. 23)

3.5 Cooperativas-Escola no Ensino Profissional

Com a finalidade de difundir a doutrina e as concepções cooperativistas, segundo Costa (2011), após os colégios agrícolas serem transformados em Escolas Agrotécnicas Federais subordinados à rede COAGRI do Ministério da Educação, houve a inclusão, na grade curricular dos cursos da área de agropecuária, o ensino do cooperativismo. Reforça-se que seu funcionamento e organização considerariam quatro espaços bem delimitados: a sala de aula, laboratório de práticas de produção, o programa agrícola orientado e a cooperativa escolar agrícola, com sua operacionalização integrada ao sistema fazenda-escola.

Assim, as cooperativas-escola teriam como objetivo fomentar as práticas educativas na execução dos projetos agropecuários, pela defesa dos interesses econômicos, e na realização da comercialização dos produtos excedentes, oriundos das ações produtivas das escolas no processo de ensino-aprendizagem.

Começaram aí as dificuldades, uma vez que a habilitação legal desse modelo de cooperativa não lhe permitia desempenhar todas aquelas atividades. A Cooperativa somente poderia praticar “atos cooperativos”, não os demais que lhe estavam sendo impostos. Outro problema desta ordem, era que estas entidades, não possuíam registros cadastrais nos órgãos federais, estaduais e municipais. Isto, por demais, prejudicaria a comercialização do excedente de produção, oriundos dos projetos agropecuários. (COSTA, 2011, p. 17)

Para conhecermos como se dava esse processo no Câmpus São Vicente do Sul, voltaremos a abordar o mesmo nos resultados obtidos pela coleta de informações junto ao responsável pela criação, manutenção e encerramento da Cooperativa-escola.

3.6 Desenvolvimento Rural

Segundo Caporal e Costabeber (2000, p. 2), o que caracteriza o desenvolvimento é “a realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com seu entorno ambiental”.

Essa caracterização tem importante contribuição para o entendimento da visão atual de desenvolvimento, que não se restringe tão somente ao crescimento econômico, mas tem um enfoque totalmente voltado ao consumo baseado em países de forte base econômico-industrial.

Desse modo, Caporal e Costabeber (2000, p. 2) enfatizam as práticas convencionais analisadas na década de 70, que permeiam a ações produtivas até hoje, que geram impactos negativos ao meio ambiente e criam um pensamento de incapacidade de transformação da realidade vivida àquela época e perpetuada em alguns setores. Por isso salientam novas teorias que remontam este cenário, gerando espaço para o desenvolvimento, com uma proposta mais abrangente, elaborada a partir das experiências negativas vivenciadas e estudadas no passado, propondo uma nova forma de crescer economicamente, preservando a qualidade de vida pela manutenção do meio em que vivemos.

Nessa mesma concepção, outro tema recente é o desenvolvimento incorporado de uma nova dimensão - a socioambiental, que busca o entendimento da relação natureza-sociedade.

No entendimento sobre o desenvolvimento econômico de forma isolada, representa o crescimento da base econômica ou produtiva, visando somente a geração de bens e matérias para o aumento da renda. Contudo, Miranda (1998) salienta, em seu trabalho, o desenvolvimento social como o “acesso aos diversos meios e serviços sociais, com a finalidade de atender as necessidades da sociedade”. Não se trata isoladamente de necessidades de cunho produtivo, mas também de desenvolvimento humano, que se refere a toda população, não só como indivíduos, mas também como comunidade, com todas as suas capacidades e talentos para o desempenho de uma função transformadora dos potenciais de construção de sua própria sociedade. Dessa forma, assumimos o entendimento de Schneider:

O processo de desenvolvimento integral deve ajudar a criar as condições para que os efeitos do desenvolvimento possam realizar-se NO HOMEM TODO, isto é, em todas as suas dimensões (econômica, social, cultural, psicológica, espiritual) e EM TODOS OS HOMENS, ou seja, de forma indiscriminada, em todas as pessoas independentemente de suas condições de raça, cor, riqueza, religião, conhecimentos, poder, etc. (SCHNEIDER, 2001, p. 69)

Considerando esses entendimentos, concordamos com o posicionamento de Miranda (1998), de que o desenvolvimento rural não compreende somente o desenvolvimento econômico, mas sim a integração das concepções do desenvolvimento econômico, humano e social, com base na transformação da sociedade em busca do desenvolvimento sustentável e solidário. Nesse contexto, o primeiro refere-se ao comprometimento com a natureza, para que as futuras gerações continuem o processo de produção e criação de novas alternativas em busca da melhoria das condições de vida integrada ao meio ambiente, e o segundo refere-se ao compartilhamento do trabalho e das tecnologias, em busca da diminuição dos impactos gerados pelas desigualdades entre homens e mulheres, em uma mesma sociedade.

4 O IF FARROUPILHA E SUA CARACTERIZAÇÃO

4.1 Evolução da Rede Federal Profissional

Segundo Mandrefi (2002, p. 66), no Brasil, “as civilizações indígenas foram as primeiras educadoras de artes e ofícios em diversas áreas que se fundiam entre o preparo para o trabalho e as práticas de socialização e de convivência”. Esse conhecimento era transmitido pelos mais velhos, que faziam e ensinavam os mais moços, por meio da observação e participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, tecelagem, cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, construção de casas entre outras atividades.

No Brasil Colônia, Manfredi (2002), aborda a realização do trabalho basicamente na agroindústria açucareira, pautado basicamente no sistema escravocrata de produção, onde se utilizava mão de obra escrava africana, dos nativos indígenas e poucos homens livres que desenvolviam atividades de direção e/ou que requeriam maior qualificação técnica. Em casos semelhantes ao do povo indígena, as práticas educativas de qualificação eram informais, sendo desenvolvidas no próprio ambiente de trabalho, sem padrões ou regulamentações. Por essa óptica, tomava algum conhecimento pessoas predispostas exclusivamente ao trabalho e/ou que tivessem recursos para custear estudos particulares.

A expansão do comércio existente e o crescimento da população urbana aumentaram a demanda de especialização em diversas áreas, como a sapataria, ferraria, carpintaria, construções e outras.

Nessa época, nos maiores agrupamentos urbanos, sediavam-se colégios religiosos, especialmente jesuítas, com quadros próprios para atividades de construção e manutenção de sua infraestrutura, além da prestação de serviços variados. Desse modo, eles se tornaram os primeiros núcleos de formação profissional, “[...] ou seja, as “escolas-oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial” (MANFREDI, 2002, p. 68).

Há de se fazer referência ao que Manfredi (2005) traduziu sobre o trabalho que envolvia esforço físico e manual. Consistia em um trabalho desqualificado, pois essas atividades, como artesanais e manufatura, eram realizadas prioritariamente por mão de obra escrava ou habitantes nativos e contribuíram para essa interpretação preconceituosa ao trabalho, como menciona (CUNHA apud MANDREDI, 2005, p. 71):

Numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “continuava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos (...). Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (2000d, p. 90).

Contribuiu para o início da mudança dessas condições, mesmo que de forma singela, a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, promovendo alterações significativas na exploração do Brasil, que deixava de ser colônia para tornar-se sede do império. Essa condição transformava o país econômica e politicamente. Ao mesmo tempo em que deixava de basear-se apenas na agroindústria pautada no sistema colonial de trocas, o Brasil passava pela fase de implantação de atividades e empreendimentos industriais, estatais e privados.

Nessa época, pode-se afirmar que o primeiro investimento educacional público e com o foco na profissionalização foi a criação do Colégio das Fábricas, por D. João VI, o qual, segundo Brasil (200-?), tinha o objetivo de promover o ensino aos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Porém, nesse mesmo tempo, “gestou-se a formação do Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais de um século, basicamente com a mesma estrutura [...]” (CUNHA apud MANFREDI, 2005, p. 72).

Para a constituição dos sistemas escolares no País sob a responsabilidade estatal, há de considerar o rompimento nas ações educacionais desenvolvidas pelos jesuítas com o império, sendo basicamente no período colonial, pela catequese das populações nativas, mas se consolidaram como empresas escolares ganhando espaços significativos no desenvolvimento das bases educacionais em todo o reino. Cunha (2000^a, p. 66) apud Manfredi (2005) salienta o prestígio que a Companhia de Jesus possuía com a coroa propiciando-os o controle da admissão no ensino superior. Esse prestígio foi abalado com a queda de sua hegemonia no campo educacional após 1759, com a sua expulsão de Portugal e domínios.

O resultado dessa atitude por parte dos portugueses resultou na desestruturação do sistema educacional da época obrigando o Estado a

“[...] montar outro aparato escolar para substituí-lo; contudo, isso levou tempo. As primeiras medidas rumo à constituição do aparelho escolar estatal vão ocorrer após a transferência do reino português para o Brasil, em 1808 [...]” (MANFREDI, 2005, p. 74).

Então surgiram as instituições públicas pioneiras que atuavam na formação de pessoas para atuarem em áreas como exército e administração do estado, sendo criadas diversas escolas e cursos nessa época, como a academia da marinha, academia real militar, curso de agricultura, curso de desenho técnico, academia de artes, cirurgia e economia política.

Simultaneamente ao momento da criação do sistema público de educação, o Estado buscava alternativas separadas do ensino secundário e do superior, com a finalidade de formar pessoas qualificadas para atividades ligadas diretamente à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais. Assim:

As iniciativas de Educação Profissional, durante o Império, ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais – das províncias legislativas, de assembleias provinciais legislativas. Por vezes, também, resultavam do entrecruzamento de ambas, isto é, da combinação de entidades e grupos da sociedade civil com o Estado, o qual os apoiava mediante a transferência de recursos financeiros. Assim, a Educação Profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (exército e marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios. (MANFREDI, 2005, p. 76)

O Governo daquele tempo quando necessitava de um volume grande de mão de obra para o desenvolvimento de empreendimentos de grande porte baseado na manufatura, e não encontrava serviços qualificados, “[...] o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos [...]” (MANFREDI, 2005, p. 76).

Essa forma de ensino iniciou-se de forma precária em hospitais, cais, arsenais do exército ou da marinha e, posteriormente, foram fundadas as casas de educandos artífices, que adotaram a metodologia de aprendizagem militar, com padrões de hierarquia e disciplina.

Nessas casas ocupadas por crianças em condições de miséria, as mesmas tinham instrução primária no âmbito da leitura, escrita, aritmética, álgebra elementar, escultura, desenho, geometria, entre outros, além de aprenderem ofícios como: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, etc. Porém, após a conclusão da aprendizagem o artífice, elas deveriam permanecer por três anos trabalhando nas oficinas, a título de ressarcimento pelos estudos e formação de uma “poupança” que lhes seria, então, entregue no final do período.

Nesse contexto, foram criados liceus de artes e ofícios a partir de entidades da sociedade civil e eram mantidos por sócios ou por doações de benfeitores: nobres, fazendeiros e comerciantes, que mantinham relacionamento com o Estado. Esse relacionamento permitia a essas sociedades levantar recursos públicos destinados à manutenção do centro educacional. Manfredi (2005, p. 78), relata que “entre os anos de 1858 e 1886, houve a criação de diversos liceus de artes e ofícios, em várias cidades como: Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884), e Ouro Preto (1886).”

Alguns dos liceus criados à época serviram de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes.

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerando qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (MANFREDI, 2005, p. 78)

Pela análise da visão governamental daquele tempo, a educação ficaria condicionada a um instrumento de preparação única e exclusivamente para o trabalho, para pessoas que não dispunham de recursos suficientes para garantir uma vida digna. Nesse mesmo sentido, segundo Manfredi (2005), essas iniciativas serviam para disciplinar os setores da sociedade menos favorecidos, com a finalidade de conter movimentos que trouxessem à tona toda essa problemática de exclusão social, fruto da maneira como o País foi construído.

Posteriormente, com o advento da República, formaram-se melhores perspectivas de mudanças socioeconômicas, provocadas pela abolição da escravatura, pela consolidação do projeto de imigração e pela expansão da economia cafeeira. Juntamente com o crescimento econômico, outros setores também seriam alavancados com a canalização de recursos para áreas como: bancos, construção de estradas de ferro, indústrias e usinas, conduzindo o País para a era da industrialização e urbanização.

Essa transformação progressista, que consistia em maiores necessidades de serviços de ampliação de redes urbanísticas, como energia, saneamento, transporte, edificações, entre outras, e o início do avanço tecnológico (importado, em sua maioria) apresentou maior demanda em qualificação profissional e, segundo Manfredi (2002) deu-se início à melhoria no campo da instrução básica e profissional para a massa populacional.

Durante o período da chamada Primeira República, que vai da proclamação da República até os anos 30, o sistema educacional escolar e a Educação

Profissionais ganharam nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do governo federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou de natureza sindical, os quais contribuíram com algumas iniciativas pontuais, e membros da elite cafeeira. (MANFREDI, 2002, p. 79-80)

Nesse contexto, há algumas mudanças na visão do sistema educacional para com as pessoas que dele necessitavam. Porém, sem recursos para sua própria subsistência e tampouco para aplicação na sua formação e/ou de seus filhos, assim se desenhava a situação:

Os destinatários não eram apenas os pobres e os “desafortunados”, mas, sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados. Sendo assim, a montagem e a organização do sistema de ensino profissional iriam constituir, como ressalta Moraes (2001, p. 178), um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos. (MANFREDI, 2005, p. 80)

A estruturação do ensino profissional ganha força e forma no governo de Nilo Peçanha, em 1909, com ações de fortalecimento e estabelecimento da ordem econômica e política do País. Nesse período, foram criadas 19 escolas, distribuídas nos estados da federação, com exceção do Distrito Federal e Rio Grande do Sul, com a finalidade diferenciada das instituições de ensino estabelecidas à época, com prédios, currículos e metodologias distintas. Basicamente:

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contra-mestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais. Como parte integrante de cada escola de aprendizes artífices, foram criados cursos noturnos obrigatórios, um curso primário (para analfabetos) e outro de desenho. (MANFREDI, 2005, p. 84)

É importante salientar que, antes da ação a nível federal, Nilo Peçanha, enquanto Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), assim procedeu:

[...] iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.” (BRASIL, 200-?, p. 2)

A distribuição das 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes e Artífices no País, criadas no Governo de Nilo Peçanha e que eram destinadas ao desenvolvimento do ensino profissional - primário e gratuito - mencionadas anteriormente, deu-se de acordo com a Figura 02, a seguir.



Figura 02 - Centenário da Rede Federal de EPT – Divisão Geopolítica em 1909

Fonte: BRASIL, 200-?, p. 3

Após esse período, outras ações que impactaram no ensino profissional aconteceram, como podemos destacar:

O congresso Nacional sancionou, em 1927, o Projeto de Fidélis Reis, que previa o **oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.**

Com a criação, em 14 de novembro de **1930**, do **Ministério da Educação e Saúde Pública** foi estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspetoria foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma **política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.** (BRASIL, 200-?, p. 4).

No sentido evolutivo da área profissional, a Constituição Federal, em 1937 - Artigo 129, obrigou o Estado à oferta do ensino pré-vocacional às classes menos favorecidas, sendo o primeiro dever em matéria de educação e, para o seu cumprimento, determinou a obrigação do Estado à fundação de Institutos de Ensino Profissional, bem como à ação de subsidiar estados, municípios, indivíduos e/ou associações particulares e profissionais, para esse fim.

A preocupação decorrente desse artigo era a de atender pessoas sem condições financeiras para custear estudos em instituições particulares. Porém, a forma como a Educação é abordada na legislação sugere a condição de adestrar o indivíduo fisicamente e a disciplina moral para o cumprimento dos seus deveres para com a economia nacional. Apesar de algumas distorções na finalidade da educação, como a restrição de atuação aos campos e oficinas e, ainda, sem considerar a libertação intelectual do indivíduo, tornam-se um importante marco para o ensino profissional as medidas impostas pela Constituição.

Nesse período, as escolas de Aprendizes e Artífices, de acordo com a Lei 378, de 13 de janeiro de 1937 - Artigo 37, são transformados em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Brasil (2006, p. 4), referencia uma sequência de fatos que contribuiriam para a transformação do ensino profissional no país, como, em 1941, a intitulada “Reforma Capanema”, que consistiu na promulgação de diversas leis que remodelavam o ensino e tinham, como principais pontos:

[...] o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;

[...] o ingresso nas escolas industriais passou a depender de **exames de admissão**;

[...] os **cursos foram divididos em dois níveis**, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL, 200-?, p. 4)

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas, pela Lei 4.427/42, em Escolas Industriais e Técnicas, promovendo a formação em nível equivalente ao secundário e que, após formados os alunos, segundo (BRASIL, 200-?, p. 4) “ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação”. Em 1959, essas instituições foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, com status de autarquia, ganhando assim, autonomia didática e de gestão, ampliando sua atuação na oferta de cursos técnicos.

Nesse sentido, Tavares (2012), traz em foco a Lei 4.024/61, que aproxima, ou pelo menos representa a primeira tentativa de equivalência do ensino técnico e ensino propedêutico, ou seja, a aproximação do indivíduo trabalhador do ser crítico, sabedor de si e das questões socioeconômicas que permeiam sua volta.

Apesar de essas legislações propiciarem condições, ao egresso, de acessar o Ensino Superior, ainda existiam limitações, pois ele “[...] poderia prestar exames apenas para cursos superiores relacionados à sua formação técnica, enquanto aqueles que cursavam ensino propedêutico podiam escolher livremente qual carreira seguir.” (TAVARES, 2012, p. 6).

Mais tarde, sob o discurso de uma escola única para ricos e pobres, a Lei 5.692/71 tornou obrigatória a profissionalização dos estudantes do ensino secundário. Contudo, a falta de condições materiais para concretizar tal objetivo fez com que esta Lei ampliasse ainda mais as diferenças entre as escolas de ricos e pobres e a distância entre educação propedêutica e profissional. (TAVARES, 2012, p. 6)

As Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1978, pela Lei 6.545 “[...] são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs...” conferindo-lhes “[...] mais um atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos...” (BRASIL, 200-?, p. 5). A partir de 1994, as demais Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais foram sendo gradativamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

[...] mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro. (BRASIL, 200-?, p. 5)

Ao transitar pela história econômica (BASTOS e STEPHANOU (orgs.), 2005) mencionam as primeiras instalações de fábricas e oficinas, que eram construídas sem exigências de requisitos de qualificações especiais e, quando havia essa necessidade, importavam, de outros países, profissionais e máquinas. Pressupunha-se que os operários aprenderiam seus ofícios no desempenho do próprio trabalho, tornando-se a obra, a escola do trabalhador. Todavia, à medida que surgiam fábricas de outros ramos de atuação, que necessitavam mais qualificação no desenvolvimento de suas atividades, emergia, pelo aspecto

econômico, a necessidade de escolas profissionalizantes que aumentassem a precisão na execução do trabalho, não só pelo conhecimento manual adquirido com a prática, mas também pelos conhecimentos técnicos e científicos adquiridos de maneira formal, fora da fábrica, em cursos industriais.

Nesse processo de evolução da educação profissional, há de se levantar dois aspectos: o primeiro é de que as políticas de ampliação e de melhorias davam-se basicamente pela necessidade de serviços qualificados frente à expansão econômica e urbana que o País vivenciava. Além disso, havia a necessidade de promoção de ações de combate à inflação, pois os pouco trabalhadores qualificados alterariam a ordem econômica frente à crescente demanda em serviços. Essa preocupação é percebida em Ribeiro, que menciona:

Se pensarmos o mercado de trabalho de forma heterogênea, ou seja, com diferentes níveis de exigências de qualificação da força de trabalho é razoável pensar na possibilidade de escassez de trabalhadores nos segmentos de maior qualificação. Parece, portanto, que foi para **ampliar a oferta desses trabalhadores e reduzir a pressão altista sobre a taxa salarial** dos trabalhadores qualificados que os cursos de mecânica e metalurgia foram criados nas escolas profissionais do estado de São Paulo (**grifo nosso**) (BASTOS e STEPHANOU (orgs.), 2005, p. 216-217).

O segundo aspecto referido compreende a análise positiva do movimento promovido pelo contexto histórico da época, pois, se as pessoas, os governantes, não mudaram seus pensamentos quanto à oferta de educação, o desenvolvimento do País forçou-os a pensar de maneira diferente, gerando novas políticas educacionais. Essa mudança, mesmo de forma um tanto distorcida, acabou por levar a novas formas de ver o conhecimento para classes desfavorecidas, movimentando as primeiras engrenagens para o desenvolvimento social dessa população.

Contudo, não podemos nos abster da realidade das estruturas formativas construídas ao longo dos anos e, para melhor qualificar esse entendimento, trazemos o entendimento de Manfredi (1997), que aborda sobre a consolidação de:

[...] concepções e práticas escolares dualistas: de um lado, a concepção de educação escolar acadêmico-generalista, na qual os “alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, à medida que progrediam nos seus estudos”; e, de outro, a Educação Profissional, na qual “o aluno recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios” (Alves, 1997, p. 71). (MANFREDI, 2005, p. 102-103)

Aliado a isso, a década de 1990 passou por uma Reforma de Estado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo Tavares (2012), ela esteve pautada na regulamentação do ensino profissionalizante, objetivando a redução de custos e a privatização do ensino.

Cabe à Educação Profissional formar o “trabalhador de novo tipo”, em sintonia com as novas formas de organização e gestão do trabalho e com os interesses do mercado. Contudo, transfere-se para o próprio trabalhador a responsabilidade pelo domínio das competências profissionais exigidas pelo mercado e, portanto pela sua empregabilidade (TAVARES, 2012, pág. 8)

A esse aspecto cabe a interpretação de que o Estado estava tão somente preocupado em “[...] suprir as necessidades do mercado de trabalho, treinando profissionais, também em nível médio, para aumentar o exército de mão-de-obra de reserva para exploração capitalista.” (OLIVEIRA e SOUSA, 2005, p. 151).

Essa reforma, no cerne curricular, impactou, segundo (OLIVEIRA e SOUSA, 2005, p. 145) na separação do ensino médio do técnico, no qual a visão do MEC seria a flexibilização da educação técnica, tornando-a mais competitiva e adequada às demandas urgentes de um mercado de trabalho globalizado.

Nesse sentido, (OLIVEIRA e SOUSA, 2005, p. 149), manifestam posicionamento quanto à flexibilidade curricular, como sendo “[...] a capacidade que sistemas de ensino possuem para dinamizar ações educativas que proporcionem maiores opções de aprendizagem aos alunos.”, assim, não percebe esse benefício na fase experimental, levantando comprovação contrária:

O curso técnico com o currículo integrado tinha quatro anos de duração. A reforma criou o curso pós-médio que aumentou, na realidade, para cinco anos de duração, sendo três anos de ensino médio mais dois anos de ensino técnico – isso porque o curso médio ocorre concomitante com o técnico, mas raros são os alunos que conseguem concluí-lo nesse tempo estipulado; principalmente, o aluno trabalhador, que não dispõe de dois turnos livres só para estudar e, com um currículo apenas complementar, a procura diminuiu e aumentou a evasão. (OLIVEIRA e SOUSA, 2005, p. 150)

Em razão disso, (PACHECO (org.), 2011, p. 5) emana duras críticas com a relação às políticas neoliberais desse tempo, nas quais se evidenciaram o individualismo e a competitividade dos tempos atuais; ele nos traz que “[...] Tal ideário e a submissão às normas dos organismos financeiros representantes do capital estrangeiro constituíram a base de um processo de sucateamento e privatização, a preço vil, de grande parte do patrimônio nacional, provocando a vulnerabilidade da economia brasileira”.

Para mudança nessa realidade, segundo Pacheco (2011), a partir de 2003 há uma mudança no rumo da educação brasileira, combatendo as visões neoliberais, buscando ampliar as possibilidades de acesso à educação, permanência e aprendizagem. Para atender essa demanda, há políticas de ampliação de vagas pela implantação de novos câmpus universitários, aumento dos financiamentos no setor, bem como ampliação de bolsas de estudos e ampliação da oferta vagas no ensino a distancia.

Especificamente, na educação profissional há um crescimento significativo de novas escolas ligadas à Rede Federal de Educação Profissional segundo Brasil (200-?) partiu de 140 unidades construídas entre 1909 a 2002 para a instalação, segundo Pacheco (2011), de 214 novas escolas para auxiliar os demais sistemas de ensino e fortalecer a oferta de ensino profissional e tecnológico. Paralelo a isso, tramita o projeto de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tornando-se realidade pela promulgação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Ao estudar as palavras de (PACHECO, 2011, p. 7), percebe-se o discurso do governo em mudar situações na educação brasileira instituída por anos, no qual somente se buscava adaptar as lógicas do capital, “[...] colocando o currículo com instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista”.

Para que haja uma transformação da realidade, da qual fazemos parte, o governo propõe a ampliação da visão de ações voltadas à educação, sem limitar-se somente à “[...] inclusão nessa sociedade desigual, mas também à construção de uma nova sociedade, fundada na igualdade política, econômica e social” (PACHECO, 2011, p. 8).

Por essa via, compreende-se que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral. Nesse processo, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na

solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal. (PACHECO, 2011, p. 8).

Aliada a esse pensamento, a proposta de criação dos Institutos Federais é a formação que liberta o cidadão, proporcionando-lhes a capacidade de inserção na sociedade pela troca de experiências entre sociedade e escola, possível pela abertura dada à comunidade pela participação organizada no processo didático-pedagógico. Esse diálogo entre os atores que permeiam as instâncias educativas serve para a consolidação de uma proposta que transforma “[...] a educação em um instrumento a serviço da inclusão, da emancipação e da radicalização democrática.” (PACHECO, 2011, p. 11).

Contrariando as visões neoliberais aplicadas nas últimas décadas e almejando a correção de distorções da realidade no ensino brasileiro, faz-se importante ressaltar:

O restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para que esses objetivos sejam alcançados. Igualmente, o Proeja é parte indissolúvel dessa política por seu potencial inclusivo e de restabelecimento do vínculo educacional para jovens adultos e adultos. (PACHECO, 2011, p. 11)

Outro fator relevante para tornar efetiva a ação inclusiva proposta é a garantia da democratização do acesso ao ensino ofertado pela Rede Federal de Educação Tecnológica, impedindo que todo o aparato tecnológico, estrutural e humano empregado nessa política seja apropriado pelas minorias, já tão privilegiadas. Assim:

A Rede Federal, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capazes de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século. (PACHECO, 2011, p. 12)

A organização pedagógica dos Institutos visa à verticalização do ensino, com a oferta da educação básica até a superior, permitindo, ao corpo docente, a atuação nos diferentes níveis de ensino e viabilizando, aos alunos, o compartilhamento da aprendizagem e dos espaços físicos, demonstrando, assim, o caminho a ser percorrido do curso técnico ao doutorado.

Essa atuação dar-se-á de forma descentralizada pelos diversos câmpus dos Institutos e nas mais variadas regiões do País. Os câmpus estão instalados em municípios com demandas educacionais específicas e com possibilidade de uma abrangência não apenas local como também regional. Para o atendimento a essas necessidades e para a promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade em que se inserem “[...] os cursos, nas novas unidades, deverão ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade.”. (PACHECO, 2011, p. 14).

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses

válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas. (PACHECO, 2011, p.14).

4.2 Processo Evolutivo do IF Farroupilha – Campus São Vicente do Sul

O Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul é objeto de estudo pela sua interferência nos meios sociais, econômicos e culturais da sua região de abrangência, e está situado no Município de São Vicente do Sul – RS.

O atual Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha teve seu marco inicial na década de 50, conforme informações que seguem:

[...] 17 de novembro de 1954, através do Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, publicado no Diário Oficial de 30/11/1954, em conformidade com os Artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946. (PERLIN, 2010, p. 10).

Em 1968 houve uma significativa alteração na gestão administrativa e posteriormente pedagógica, influenciando diretamente no funcionamento da Instituição, conforme confirmamos, estudando Perlin (2010):

Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.178, foi transferido para Universidade Federal de Santa Maria, sob denominação de Colégio Agrícola. No ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM. (PERLIN, 2010, p. 10)

Outra reforma administrativa é imposta ao então Colégio Agrícola de São Vicente do Sul:

Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto nº 91.005, a instituição passou a pertencer a COAGRI – Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Após, através do Decreto nº 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau – SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação. Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O Decreto nº 99.180 criou a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, ficando, então, todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas. (PERLIN, 2010, p. 10)

Pelo fato de o ensino profissional estar com objetivos voltados ao atendimento às demandas de mercado, nos anos 90, com a criação de uma secretaria voltada aos aspectos tecnológicos e com definições mais específicas, foram dados os primeiros passos para ações mais autônomas e de autogestão, que conduziram ao cenário que vivemos na atualidade. Assim, os próximos acontecimentos seguiram no mesmo rumo:

A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto nº 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento Interno da Instituição foi

elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966. Em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial – Nº 221 – Seção 1, quinta-feira, 14 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul. (PERLIN, 2010, p. 10)

No que tange à evolução do ensino profissional, ações anteriores à criação dos Institutos Federais vinham sendo desenvolvidas, criando condições à sua implantação. Exemplo disso foram ajustes legais que reconfiguraram o campo de atuação dos antigos CEFETs e, posteriormente, a sua transformação em uma instituição de ensino profissional mais abrangente, possibilitando, no que concerne aos níveis ensino, partir do ensino médio ao doutorado:

Em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto no 3.860, de 09 de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFET à condição de Instituições de Ensino Superior. Em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 subsequente criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União de 07 subsequente, estabeleceu a relação dos *campi* componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o *Campus* São Vicente do Sul – RS. A sede do *Campus* situa-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul, o que favorece sua ação e facilita, à clientela, o acesso e permanência na instituição. (PERLIN, 2010, p. 10).

4.3 Localização do Campus São Vicente do Sul

O município de São Vicente do Sul está localizado na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 387 km da capital gaúcha Porto Alegre e a 89 km de Santa Maria, segundo (ROSA, 2010, p. 3) “[...] limita-se, ao norte, com o município de Jaguari; ao sul, com Cacequi; a leste, com São Pedro do Sul; e a oeste, com São Francisco de Assis e Alegrete.”

Segundo o Censo 2010, realizado pelo IBGE, São Vicente do Sul possui uma população de 8.440 habitantes, sendo 49,8% de homens e 50,2% de mulheres. Essa população divide-se em 57,4% domiciliados na zona urbana e 42,6% no meio rural. A população vicentina possui fortes influências das etnias alemã, italiana, indígena e portuguesa.

Para entendermos a composição dos produtores rurais do município, trazemos à discussão o estudo de Neumann e Silveira (2009), com abordagem referente à pluriatividade nos estabelecimentos familiares rurais de São Vicente do Sul. Inicialmente, para que possamos esclarecer o perfil de cada propriedade rural, faz-se necessário o esclarecimento sobre o significado de pluriatividade.

Segundo Neumann e Silveira (2009, p. 3), a pluriatividade configura-se a partir das famílias do meio rural que, além da produção agrícola, têm uma ou mais atividades, seja ela fonte de renda primária ou secundária, mas que complementam o seu tempo de trabalho no meio em que vivem. Esses novos postos de trabalho se caracterizam como não-agrícolas e compõem o trabalho familiar, denominando-se, assim, de pluriatividade.

A fim de classificar as atividades em agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas, trazemos a tona o trabalho de Schneider (2009, p. 4), que explica e exemplifica essas denominações:

[...] A atividade agrícola, ou simplesmente a agricultura, compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o

cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas [...];

...

Existem também as chamadas atividades para-agrícolas, que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida (em parte ou no todo) fora. As atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família – produção para autoconsumo – ou destiná-la para a venda. Como atividades não-agrícolas são consideradas todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços. A integração entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas gera a pluriatividade [...] (SCHNEIDER, 2009, p. 4)

Dentro dessas concepções é que podemos melhor compreender o conceito de pluriatividade. Em resumo:

[...] a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades em uma mesma unidade de produção, sendo uma delas a agricultura. Esta interação entre as atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados [...] (MATTOS e SCHNEIDER, 2006, p. 6-7)

Para Schneider (2009, p. 5), a pluriatividade configura-se como estratégia de reação a fatores que deixam o indivíduo em situação de risco ou vulnerabilidade, ou uma estratégia de adaptação quando, com mais de uma possibilidade, a pessoa tem condições de escolher a opção que entende como sendo a melhor oportunidade.

Diante desses conceitos poderemos compreender o objeto de estudo de Neumann e Silveira (2009) - a pluriatividade nos estabelecimentos familiares do município de São Vicente do Sul, com dados levantados através de pesquisa de campo e análise de dados secundários, como censos demográficos ou PNADs. Para a caracterização das famílias no trabalho, os resultados tomaram como base:

A distribuição das famílias obedeceu aos critérios estabelecidos em que se considerou como de aposentados aquela em que a renda provém, exclusivamente, de aposentadorias. Nas famílias agrícolas, a renda é exclusivamente, de atividades agrícolas próprias ou somente de atividades agrícolas remuneradas. As famílias não-agrícolas possuem somente atividades não-agrícolas e as pluriativas possuem pelo menos uma atividade agrícola própria e outra qualquer. (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 6)

O trabalho realizado, relativo à composição da renda em estabelecimentos familiares rurais no município onde Neumann e Silveira (2009) objetivou a identificação das diferentes fontes de renda dos agricultores familiares e, em especial, do papel da pluriatividade.

Nesse contexto, a composição do universo da pesquisa foi de aproximadamente 550 estabelecimentos, no qual tomaram como base de amostra para a realização de entrevistas 280 estabelecimentos rurais familiares. Nessa configuração, identificaram:

Dentre as unidades familiares estudadas, há 30,3% de famílias que dependem, exclusivamente, das atividades agrícolas próprias, são as famílias agrícolas. Entretanto, ao somar-se a estas, também as unidades pluriativas classificadas como tradicionais, chega-se ao percentual de 53,9% dedicadas a agricultura, semelhante ao índice encontrado por Leal (2004), para o estado

do Rio Grande do Sul, segundo o qual cerca de 51% do total das famílias agrícolas ocupa-se com atividades, unicamente, agrícolas. Tal índice poderia ser maior, caso fossem incluídas famílias que possuem, além das atividades agrícolas, outras a ela intimamente ligadas, como por exemplo, a agroindústria familiar, por vezes, considerada como atividade agrícola. Já as famílias que dependem apenas da aposentadoria representam cerca de 7,1% do universo pesquisado, e as que não exercem a atividade agrícola (famílias não-agrícolas) representam 5,4%. Estas famílias que não têm nenhum de seus membros exercendo atividades agrícolas usam a área rural como local da residência, devido ao menor custo e estarem localizadas próximas à sede do município. (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 7)

No universo da amostra (280 estabelecimentos) 57,2% (160 estabelecimentos) configuram-se com atividades pluriativas, as quais foram classificadas em quatro (04) subtipos, conforme Neumann e Silveira (2009), sendo elas:

Tabela 01 - Classificação das atividades pluriativas em subtipos

SUBTIPO	DISCRIMINAÇÃO DO SUBTIPO
Pluriativa Tradicional	Além atividades agrícolas próprias, desenvolve atividade agrícola remunerada.
Pluriativa Desejada	Além das atividades agrícolas próprias, desenvolve atividade não-agrícola, sem trabalho doméstico.
Pluriativa Não-Desejada	Além das atividades agrícolas próprias, desenvolve atividade de trabalho doméstico.
Pluriativa Intersetorial com Trabalho Doméstico	Desenvolve atividades agrícolas próprias, ou atividade não-agrícola mais trabalho doméstico.

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base em Neumann e Silveira (2009, p. 7)

Na configuração apresentada acima, das 160 famílias classificadas como pluriativas, 45% são do subtipo pluriativa desejada, ou seja, para a complementação da renda familiar estão desempenhando atividades não-agrícolas, sem trabalho doméstico.

Dos 255 membros das famílias classificadas como pluriativas desejadas 34,9% não são economicamente ativos. Dentre os 171 que são economicamente ativos 49 (28,65%) são agricultores, 13 (7,6%) são agricultores e aposentados, 50 (29,23%) são agricultores com dupla atividade (2 estudantes, 4 trabalhadores agrícolas temporários e 44 não-agrícolas), 7 (4%) assalariados agrícolas, 13 (7,6%) assalariados agrícolas com dupla atividade (2 estudantes e 11 com atividades não-agrícolas), 4 (2,33%) estudantes com atividades não agrícolas, 4 (2,33%) aposentados com atividades não-agrícolas e 23 (13,45%) trabalhadores não-agrícolas (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 8).

Das famílias enquadradas como não-agrícolas, foram diagnosticados os seguintes dados: “[...] 16,5% na construção civil, 18,8% no funcionalismo público, 15,3% no artesanato, 25,9% no comércio, 5,9% na prestação de serviços e 17,6% em ocupações não-agrícolas variadas.” (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 8)

As famílias enquadradas como Pluriativas Tradicionais, ou seja, com produção agrícola própria e remunerada, chegam a 41%. Essa atividade serve de complementação à renda familiar.

Da configuração dos subtipos de famílias, o que corresponde às famílias agrícolas possui mais uma subdivisão, a qual segue: 53 (62%) são famílias agrícolas autônomas e 32 (38%) são famílias agrícolas trabalhadoras. Segundo Neumann e Silveira (2009, p. 9), as famílias de trabalhadores agrícolas estão neste enquadramento devido às dificuldades encontradas em produzir nas suas propriedades, pela reduzida área geográfica das mesmas.

Relacionado às famílias enquadradas como de aposentados, essas correspondem a 7,1% do total de unidades familiares. Porém, ressalta-se que grupos familiares não enquadrados como aposentados têm membros aposentados, em um percentual de alcança 21,74% do universo pesquisado e, se considerados a população adulta, esse percentual se eleva para 31,5%. Esse fator prova a elevação da formação da renda nas unidades familiares. A aposentadoria tem grande relevância na composição da renda familiar, chegando a 42,85% de ocorrências de aposentados nas unidades familiares do município de São Vicente do Sul.

Outro fator relevante à identificação do perfil do produtor rural é a relação entre a sua atuação (comercial ou subsistência) com a extensão da área ocupada. Nesse sentido, cabe analisarmos as informações a seguir:

Figura 03 - Identificação das atividades das famílias por faixa etária

	0 até 10				+ de 10 até 50				Mais de 50				Total			
	Nº	%	C	S	Nº	%	C	S	Nº	%	C	S	Nº	%	C	S
FAP	19	10	7	12	2	4	2	-	0	-	-	-	21	8,3	9	12
FA	34	17,9	15	19	17	33	16	1	8	72,7	8	-	59	23,4	39	20
FNA	14	7,3	-	14	1	2	-	1	0	-	-	-	15	6,0	-	15
FP	123	64,8	33	90	31	61	29	2	3	27,3	3	-	157	62,3	66	92
Total	190	100	55	135	51	100	47	4	11	100	11	-	252	100	114	138

FAP = Família de Aposentados; FA = Famílias Agrícolas; FNA = Famílias Não-agrícolas; FP = Famílias Pluriativas.

Nº = número de famílias; % = percentual; C = unidades comerciais; S = unidades de subsistência.

Fonte: (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 1)

Antes de abordarmos a relevância das informações, é importante salientar que, da amostra inicial de 280 unidades familiares, 28 unidades não informaram a área do estabelecimento, podendo incorrer em pequenas distorções nos resultados encontrados, em razão das informações faltantes. No entanto, para Neumann e Silveira (2009, p. 10), não é viável a utilização de informações fornecidas por terceiros, que completariam a amostra, razão pela qual trabalhamos somente com a amostragem de 252 unidades familiares.

Desse modo, podemos identificar na Figura 3, 190 unidades produtivas com áreas de até 10 ha, distribuídas 55 (30%) em comerciais e 135 (70%) de subsistência. Dentre elas, 64,8% são enquadradas como pluriativas, preocupadas na geração de rendas alternativas para a composição familiar. Esses dois tipos de classificação de atividades agrícolas resumem-se em: “[...] as comerciais são aquelas em que existe uma ou mais atividades agrícolas na unidade familiar, cujo produto final destina-se à comercialização; de subsistência são aquelas em que todas as atividades agrícolas na unidade familiar destinam-se ao consumo da família”. (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 13)

À medida que as áreas vão se configurando com maior porte, elas tendem a deixar de ter uma economia de subsistência, como podemos identificar nas propriedades de mais de 10 ha até 50 ha. Essas são encontradas em um percentual muito reduzido (7,8%) como economia

de subsistência e nas propriedades acima de 50 ha esse percentual se reduz a zero. Porém, as propriedades com até 50 ha mantêm-se num mesmo patamar de famílias pluriativas. Isso nos traduz que, na maioria das unidades familiares rurais, há a necessidade de complementação da renda, ou seja, a produção agrícola, por si só, não se sustenta, principalmente nas propriedades menores, como no exemplo das que contam com até 10 ha e que correspondem a 75,4% das propriedades. Assim:

[...] deduz-se que a grande concentração de unidades pluriativas converge para unidades de pequeno porte, que buscam alternativas para suprir a falta de área para a produção agrícola que lhes propicie uma renda compatível com o sustento e a reprodução da família, através do complemento da renda pelo exercício da pluriatividade e o complemento do sustento, ou melhor, das necessidades básicas relacionadas à alimentação, com a agricultura de subsistência. (NEUMANN e SILVEIRA, 2009, p. 10)

Assim, identificamos que as propriedades enquadradas como pluriativas estão, na sua maioria, ligadas à agricultura de subsistência e pelo pequeno porte das propriedades, como fonte alternativa de geração de renda.

4.4 Perfil Institucional do Ensino no Campus São Vicente do Sul

O perfil do Câmpus São Vicente do Sul é fruto do amadurecimento das transformações ocorridas na educação profissional e tecnológica, desde a sua concepção até os dias atuais. Os 58 anos de atuação desta Instituição estão marcados pelas diferentes etapas por que a educação brasileira passou. Não podia ser diferente - o Campus acompanhou o desenvolvimento da educação profissional no que concerne às políticas aplicadas à Rede Federal de Educação Profissional.

Na sua criação, com um aspecto essencialmente agropecuário, voltado à pecuária e agricultura, teve seu perfil adequado com estruturas físicas e principalmente no corpo funcional, formado por vários profissionais dessas áreas que, no decorrer dos anos, tiveram a oportunidade de capacitação, tornando a área altamente qualificada. Essa característica, de 1954 até a presente data, começou a tomar novos rumos com a transformação, em 2002, da antiga Escola Agrotécnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, quando se abriram novos desafios para a Instituição, que não mais restringia sua atuação à área de agropecuária.

Assim, iniciou-se uma transformação no perfil histórico do Campus São Vicente do Sul, modificando a essência de sua concepção para atender às demandas de formação e qualificação profissional da região, do Estado e do País.

A primeira mudança nos eixos de atuação foi a inclusão dos cursos na área de tecnologia da informação, entre outros, que foram sendo criados com o desenvolvimento das novas políticas para as Instituições profissionalizantes.

A explosão da educação profissional e tecnológica deu-se a partir das novas visões implementadas pelo Governo Lula, no início deste século, precisamente em 2005 com a publicação da Lei nº 11.195/2005, que lançou a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, criando 64 novas unidades de ensino. Esse processo desencadeou, no final do ano de 2008, a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, pela edição da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no dia 30 subsequente.

A realidade que o País vivenciava nessa época era de importantes e significativas mudanças na Educação, especialmente na Educação Profissional, onde se previam três fases para a efetivação do processo de expansão, que englobavam aporte de recursos para investimento voltados à criação das novas unidades de ensino e para o processo de expansão

física das unidades já existentes, bem como o aumento do quadro funcional e da oferta de novas vagas.

O corpo discente do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul é composto por pessoas de diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul e alguns de outros Estados da Federação, mas principalmente por alunos oriundos de municípios circunvizinhos à sede do Campus. A essas pessoas é oportunizado pleitear vagas para estudar nos cursos dos diferentes eixos profissionais, com ingresso por meio de processo seletivo, realizado por comissão própria instituída com a finalidade de realizar, organizar e gerenciar o processo de seleção. Atualmente, outras formas de ingresso estão sendo utilizadas pela Instituição, como por exemplo o PROUNI e o SISU, além das formas diferenciadas de ingresso nos cursos da modalidade PROEJA.

No Campus São Vicente do Sul estão à disposição dos alunos: a moradia estudantil, para as famílias comprovadamente carentes, refeitório, com oferta de três refeições: café, almoço e janta, de forma gratuita aos alunos devidamente matriculados e cadastrados em sistema próprio para o gerenciamento das alimentações ofertadas, além de atendimento médico, ambulatorial de emergência, odontológico e psicológico.

A estrutura física conta com salas de aulas climatizadas e com sistema de multimídia para auxiliar nas práticas pedagógicas dos professores, bem como laboratórios com equipamentos em constante renovação tecnológica, para vivenciarem as discussões teóricas realizadas em sala de aula.

Alguns desses laboratórios estão em fase de construção para atender aos novos cursos de Licenciatura em Química e em Biologia, abertos após a promulgação da lei que criou os Institutos Federais. Nesse processo de crescimento da profissionalização, outros investimentos estão sendo pensados para adequação das estruturas já existentes, visando à melhoria das estruturas pedagógicas e criando melhores condições para a construção do conhecimento.

Outro importante laboratório existente é a fazenda-escola, situada a 15 km da sede, com uma área de 235 ha, que propicia uma aproximação com a realidade agropecuária que permeia a base econômica de boa parte do nosso Estado. Essa estrutura tem condições de absorver várias ações de pesquisa nos diferentes eixos tecnológicos existentes.

Toda essa estrutura tem como prioridade “[...] oportunizar a todos os jovens e adultos dos diferentes locais, a chance de uma formação técnica que lhes permita a sobrevivência em meio às incertezas e desafios que a vida reserva.” (DONADEL, 2010, p. 15)

A instituição, hoje, conta com um corpo funcional em torno de 114 técnico-administrativos, que apoiam as ações de ensino, pesquisa, extensão e as exercem grande parte das funções administrativas, 95 professores em caráter efetivo e 15 professores substitutos nas diferentes áreas, com atuação direta no desenvolvimento das matrizes curriculares dos cursos ofertados pelo Campus, dados estes obtidos junto à Coordenação de Recursos Humanos da Instituição.

Além dos servidores públicos federais concursados para auxiliarem no funcionamento institucional, o Campus conta com 82 funcionários de empresas terceirizadas, contratadas para atender às demandas de serviços não atendidos pelo corpo funcional, segundo informações obtidas junto ao Departamento de Gestão de Contratos e Compras.

Em 2012, o Campus São Vicente do Sul possuía 1.540 alunos matriculados em cursos regulares e 124 alunos matriculados para a realização dos estágios obrigatórios de conclusão de curso, segundo informações do Setor de Registros Escolares. Desses, 302 eram residentes na moradia estudantil, sendo-lhes ofertadas, na média dos últimos 06 meses do ano de 2012, 552 refeições diárias, servidas entre café da manhã, almoço e janta. Essas informações foram coletadas junto ao Departamento de Assistência ao Educando.

A Tabela do Anexo I - Número de alunos por curso nos exercícios 2008 a 2012, objetiva dimensionar a distribuição dos alunos matriculados nos diferentes cursos ofertados no Campus e o comportamento da evolução - ou não - das matrículas de alunos em cada área. De um modo geral, houve um crescimento de 52,3% do número de matrículas, considerando o intervalo de 2008, ano de criação dos institutos, até 2012.

Na mesma Tabela podemos identificar, ainda, o impacto da trajetória histórica na Rede Federal de Educação Profissional nos últimos anos. A transformação do CEFET-SVS em Instituto Federal Farroupilha impactou diretamente na oferta de novos cursos em áreas diferentes da atuação do Centro Tecnológico até 2008, como por exemplo, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Química, que tiveram sua implementação nos exercícios seguintes à publicação da Lei 11.892/08, sendo em 2009 os dois primeiros e o terceiro em 2010.

Também em 2010 houve a oferta de cursos de Pós-Graduação na Instituição, realidade possível com a execução das novas políticas institucionais conferidas em Lei, proporcionando a criação de dois cursos em nível de especialização nas áreas de Políticas Públicas e Ciências Agrárias.

Outro fator importante para o crescimento institucional deu-se em 2012, que foi a implementação de cursos a distância, impactando em 20,3% as matrículas da Instituição naquele ano em relação ao exercício anterior.

Ao compararmos a evolução do número de alunos que estão frequentando os bancos escolares no Campus São Vicente do Sul, desde a criação dos Institutos Federais, percebemos um crescimento de 46,4% até 2012 com relação ao ano de 2008. Isso reflete o impacto da Educação Profissional e Tecnológica no País no processo de evolução por que passa nos últimos anos.

No que concerne à sua finalidade como unidade do Instituto Federal Farroupilha, o Campus São Vicente do Sul, relacionado ao tripé ensino, pesquisa e extensão, empreende-se no cumprimento das obrigações e metas fixadas na Lei que o criou. Os artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 11.892/08 tratam das finalidades e características dos Institutos, estabelecendo formalmente os objetivos e as metas que competem aos mesmos.

Nesse sentido, faremos algumas considerações entre o que o Campus está realizando e o que prevê a legislação. Os institutos devem “[...] ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;” (Art. 6º, I, Lei 11.892/08).

Aqui identificamos a abrangência de atuação dessas instituições. Porém, no artigo. 7º da mesma lei, estão definidas algumas limitações quanto aos seus objetivos, com destaque para “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;” (Art. 7º, I, Lei 11.892/08).

Segundo SILVA (org.), (2009, p. 42), a oferta prioritária de cursos técnicos de nível médio como objetivo dos Institutos não está por acaso na legislação, pois, de acordo com o artigo 8º da mesma lei, essas instituições devem garantir no mínimo 50% das vagas para esse nível de ensino. Assim, se observarmos a tabela do anexo I, poderemos identificar o cumprimento dessa meta, visto que está com 66,2% para os cursos técnicos de nível médio. Considera-se, ainda, que esse percentual integra os cursos em PROEJA, PROEJA-FIC e Ensino a Distância.

Outra exigência imposta pela lei em questão, no seu artigo 8º, é o limite mínimo de 20% para ofertas dos cursos previstos na alínea b do inciso VI do caput do artigo 7º, que corresponde a ministrar, em nível de educação superior “b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a

educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”. Nesse aspecto, analisando-se a tabela do Anexo I, identificamos que o Câmpus São Vicente do Sul ainda não atingiu o índice mínimo estabelecido na Lei, apresentando um montante de 11% das matrículas para os cursos de Licenciatura.

O aspecto abordado no parágrafo anterior consta como finalidade em “qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;” (art. 6º, VI, da Lei 11.892/08).

A promoção da integração e a verticalização do ensino são outras finalidades a serem observadas nas instituições federais de ensino profissional e tecnológico, bem como a otimização dos insumos e estruturas necessárias ao alcance dessa finalidade, entre outras.

A verticalização do ensino¹, tomada por seu pressuposto básico, teve início nos cursos das áreas de gestão pública, ciências agrárias e tecnologia da informação. Como se pode observar na tabela – item “número de alunos por curso” nos exercícios 2008 a 2012, cabendo completar o ciclo em alguns eixos, ofertando cursos em outros níveis.

A pesquisa e a extensão ocupam espaço nas finalidades dos institutos federais em mesmo nível de importância do ensino, como evidenciaremos a seguir.

Cabe as essas instituições “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;” (art. 6º, II da Lei 11.892/08)

O inciso II traz a concepção da pesquisa enquanto princípio educativo, entendendo-se como o trabalho de produção do conhecimento, como atividade instigadora do educando no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca, como estímulo a criatividade. Ao mesmo tempo coloca como eixo orientador dos processos investigativos as questões suscitadas pelas necessidades sociais considerando as singularidades econômicas, sociais e culturais de cada região. (SILVA (org.), 2009, p. 38)

Essa finalidade vem a ser reforçada quando aborda, no inciso VIII do artigo 6º da Lei nº 11.892/08, a realização e o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, em busca de soluções que deverão ser estendidas à comunidade.

[...] É nesse espírito que se entende o termo pesquisa aplicada: a capacidade de aplicar seus resultados para a melhoria das condições de vida em uma localidade. Sem negar outras possibilidades de pesquisa, a lei coloca como objetivo precípua da pesquisa nessas Instituições sua contribuição para o desenvolvimento sustentável local. (SILVA (org.), 2009, p. 43)

Segundo o Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Vicente do Sul, são fomentados vários programas de pesquisa, dentre os quais se destacam:

Programa de Apoio à Iniciação Científica – destinado as estudantes de todos os níveis de ensino (Médio, Técnico e Superior), através do qual os mesmos recebem, como estímulo à participação nos projetos de pesquisa, bolsas para atuarem especificamente no apoio aos professores pesquisadores;

¹ A verticalização é uma peculiaridade político-pedagógica dos Institutos Federais (IF's) que ultrapassa a oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, pois permite um diálogo construtivo entre as formações, conferindo ao currículo destas instituições características organizacionais peculiares e dialógicas, de forma que os docentes possuem liberdade para desenvolver suas atividades de ensino (NUNES e PIO, 2012, p. 1)

Programa de Apoio à Produção Científica – destina bolsas de produtividade aos pesquisadores. O Câmpus, entendendo a pesquisa como atividade requisito à qualidade do ensino, viabiliza recursos para a efetivação da pesquisa, bem como para a estruturação de laboratórios, com equipamentos de tecnologias de última geração e infraestrutura adequada.

A Instituição estimula a participação em eventos científicos e tecnológicos de estudantes e de servidores, assim como fomenta a organização de eventos dessa natureza. Nesses eventos, realizados anualmente, são apresentados, à comunidade acadêmica, os trabalhos desenvolvidos por docentes e discentes, estimulando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

O número de grupos de pesquisas formados no Campus São Vicente do Sul corresponde a 06 (seis), com atuação nas seguintes áreas: alimentos, ciência da computação, agronomia, zootecnia, química e gestão pública, abrangendo as seguintes linhas de pesquisa:

Grupo de pesquisa em Ciência e Tecnologia de Alimentos: conservação de alimentos, controle de qualidade higiênico-sanitária, tecnologia de alimentos;

Grupo de pesquisa em Tecnologia da Informação e Sociedade: desenvolvimento de sistemas educacionais, desenvolvimento de sistemas especialistas e novas tecnologias, geoprocessamento aplicado aos meios urbanos e rurais, inclusão digital;

Grupo de pesquisa em Ciências Agrárias: engenharia de água e solo, produção vegetal;

Grupo de pesquisa em Produção Animal: produção e manejo de bovinos de corte, produção e manejo de ovinos, forragicultura;

Grupo de pesquisa SIED: desenvolvimento sustentável, educação, síntese orgânica/inorgânica;

Grupo de pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Local: gestão organizacional, políticas públicas e desenvolvimento local sustentado, soluções tecnológicas para as cadeias produtivas locais.

Para a extensão, também há alguns desafios impostos na lei de criação dos Institutos, o artigo 6º, inciso VII, traz como finalidade desse tipo de Instituição o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. O inciso IX, por sua vez, orienta para a produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Os incisos de VII a IX devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. É ressaltado o estímulo ao empreendedorismo e ao cooperativismo. No espírito da Lei, percebe-se como eixo da atuação dessas instituições um projeto de formação emancipatória. Em tal proposta não cabe a compreensão do empreendedorismo em sua acepção restrita de competitividade e individualização da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional. O empreender é entendido em sua dimensão criativa e no comportamento pró-ativo na busca de alternativas viáveis para solução de problemas coletivos. (SILVA (org.), 2009, p. 40)

O Campus São Vicente do Sul, com a intenção de difundir, socializar e democratizar o conhecimento existente e produzido, instituiu, a partir de agosto de 2008, a Diretoria de Extensão, com a prerrogativa de criar um ambiente de diálogo entre a Instituição e a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos, articulando as experiências adquiridas na realização das atividades do dia a dia com a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região.

O diálogo ao qual nos referimos faz-se necessário frente à contínua demanda social que se apresenta, colocando o Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul como importante ator na democratização de informações, por meio de cursos, eventos e outras ferramentas de disseminação do conhecimento. Trata também da articulação com a pesquisa em busca de soluções tecnológicas, associada à prestação de serviços à comunidade em que está inserido, por meio de parcerias ou projetos tecnológicos com outras entidades, a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo o desenvolvimento social, cultural e econômico.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais. Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis como dimensões formativas, libertadoras e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Ora a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos a extensão intensifica sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade. Neste sentido, é imperativo conceber a Extensão, nos Institutos Federais, como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, desta forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA)

Na intenção de fomentar o desenvolvimento da extensão, surge a necessidade da uniformização de terminologias aliadas à criação de base conceitual comum, pautada na definição das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Segundo (BUTTINGER, 2012, p. 2), a política dos Institutos Federais para as atividades de extensão desdobraram-se em doze dimensões, discutidas e aprovadas no âmbito do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão dessas instituições, sendo elas: 1) Acompanhamento de Egressos; 2) Cursos de Extensão; 3) Empreendedorismo e Cooperativismo; 4) Estágio e Emprego; 5) Eventos de Natureza Científica e Tecnológica; 6) Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos; 7) Projetos Sociais; 8) Projetos Tecnológicos; 9) Serviços Tecnológicos; 10) Relações Internacionais; 11) Visitas Técnicas e Gerenciais; 12) Projetos Ambientais.

Nesse contexto, o Campus São Vicente do Sul atua nas seguintes dimensões:

Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular. Exemplos: curso de elaboração de políticas públicas para os municípios de Jari, Jaguari, e Santiago; Curso de Boas Práticas Agropecuárias, entre outros;

Eventos de Natureza Científica e Tecnológica: ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural que favorecem a participação da comunidade externa e/ou interna. Exemplos: 1º Dia de Campos sobre Sistemas Alternativos para Produção de Hortaliças; I Seminário - Rumos da Pecuária de Corte da Região Centro do Estado do RS; I Encontro da Mulher Trabalhadora Rural; I Seminário de Ovinocultura da Região Centro;

Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos: compreendem ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas. Exemplos: Invernada Artística; XVIII Encontro Cultural e Tradicionalista dos Institutos Federais do Sul do Brasil;

Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida. Exemplos: Comunidade Saudável e Projeto Educando para uma Alimentação Ecologicamente Correta na APAE de Jaguari;

Projetos Tecnológicos: atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação. Exemplos: Projeto de Produção de Frango Caipira como Alternativa para a Agricultura Familiar; Projeto de Produção de Morangos; Projeto de Produção de Amendoim no Câmpus Avançado Chapadão;

Serviços Tecnológicos: consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo. Exemplo: Serviços propiciados pelos laboratórios existentes no Câmpus (Parasitologia, Bromatologia, Microbiologia, Alimentos, Laticínios, Biotecnologia Análise de Germinação de Sementes, Hidráulica, Análise Física do Solo, Análise Química do Solo);

Relações Internacionais: têm por finalidade intercâmbios e cooperações internacionais como instrumentos para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. Exemplo: Grupo Internacional de Líderes e Animadores Sociais;

Visitas Técnicas e Gerenciais: atividades de interação com a região e interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho. Têm o objetivo de ampliar as ações desenvolvidas no Instituto em relação à região onde se encontra incluso. Exemplos: Viagens de estudos; visitas aos Prefeitos; visitas às Cooperativas; acompanhamento a projetos e ações de divulgação do Instituto e de seus cursos.

Relacionado ao trabalho de extensão “o Campus São Vicente do Sul encaminhou no Edital nº 142/2011 da Pró-Reitoria de Extensão um total de 34 projetos, sendo 16 de curta duração e 18 de longa duração, em diversas áreas, obtendo aprovação de 22 projetos, sendo 09 de curta duração e 13 de longa”. (BUTTINGER, 2012, p. 4). Ressalta-se que os projetos apresentados no ANEXO II, aprovados pelo edital supramencionado, tiveram sua execução no ano de 2012.

Buttinger, (2012, p. 6) argumenta sobre a necessidade de interação da extensão, pesquisa e extensão para a formação de uma Instituição de Ensino identificada nas diversas áreas do conhecimento e do desenvolvimento social, cultura e econômico, bem como contribuir para o desenvolvimento dos potenciais de cada região.

O Campus, além dos cursos elencados anteriormente anexo I, segundo Perlin (2011, p. 9) também atua a partir:

[...] de 2010, nas ações da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC, que é uma política pública de inclusão social instituída através da articulação do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, em cooperação com outras instituições/organizações. O programa volta-se ao atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada. As atividades de sua implantação tiveram início no primeiro semestre de 2010, envolvendo os municípios de São Vicente do Sul, São Pedro do Sul, Jaguari e Cacequi. (PERLIN, 2011, p. 9-10)

No Campus São Vicente do Sul existem dois Núcleos voltados a ações de inclusão e equiparação social, cultural e étnico. O NAPNE – Núcleo de Atendimento a Pessoas de Necessidades Especiais, criado pela Portaria nº 032, de maio de 2005, tem por finalidade a implantação e implementação de meios educativos para pessoas com necessidades especiais. Seu objetivo maior é o de “[...] promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e

atitudinais na Instituição, de forma a promover a inclusão de todos na educação [...]” (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA)

O NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas foi criado em 2008, no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul, com objetivo de garantir o processo educacional no contexto da diversidade e coletividade e garantir a afirmação e revitalização dos grupos até então excluídos e discriminados socialmente. Essa realidade foi consolidada a partir das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que determinavam a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares.

Segundo as políticas estabelecidas para o Instituto Federal Farroupilha, observa-se que são:

[...] frutos de lutas e de reivindicações históricas dos movimentos sociais e que passam a orientar as instituições escolares a repensar as relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas bem como seus procedimentos de ensino, objetivos tácitos e explícitos da educação que se oferta. Ambas visam à reparação destes grupos, corrigindo danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação. Objetivam garantir a valorização da diversidade e do pertencimento racial as matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA).

Recentemente, mais uma política pública do Governo Federal surge como um novo desafio para o Instituto Federal Farroupilha, o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O programa foi criado em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Esse programa tem os seguintes objetivos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- melhorar a qualidade do ensino médio. (Texto disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>, acesso em 14/02/2013)

Esse programa envolve diferentes entidades e programas do Governo Federal e entidades voltadas à educação profissional, como podemos ver:

Expansão da Rede Federal - A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 350 unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação;

Programa Brasil Profissionalizado - O Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal;

Rede e-TecBrasil - Na Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Poderão oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino;

Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem – O Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores,

FIES Técnico e Empresa - O FIES Técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho;

Bolsa-Formação - Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis. (Texto disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas> - Acesso em 14/02/2013).

5 COOPERATIVISMO NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO

Antes de entrarmos na discussão dos dados levantados sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, pensamos que seria relevante trazer à luz da presente abordagem alguns acontecimentos do período de CEFET-SVS, relativos à forma como se deu a implantação, funcionamento e encerramento da Cooperativa-Escola.

5.1 Cooperativa Escola no Antigo CEFET

Sabe-se da existência de cooperativas escolas no ensino agrícola desde 1967, com pressupostos à época da formação integral do estudante, preparando para atuação em situações reais fora da escola, tomando consciência de suas responsabilidades.

Nesse contexto, buscou-se conhecer como se deu esse procedimento no antigo CEFET-SVS, através de questionários apresentados ao professor responsável, que teve a missão de fundar, implantar e estruturar a Cooperativa-Escola na instituição, por designação do Diretor Geral daquele tempo, e também a um dos Diretores Administrativos da época.

Transcreveremos, a seguir, os tópicos abordados, para apresentação de discussão sobre o exposto:

1 - Qual a sua participação no funcionamento da cooperativa escola há época?

Entrevistado 01 - Em 28/02/1985, o Decreto n° 91.005, determinou que o Colégio Agrícola General Vargas de São Vicente do Sul-RS, até então vinculado a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), passasse a pertencer a COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola, órgão responsável pelo ensino agrícola do país, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. No mês de março de 1985, fui designado, por portaria assinada pelo Diretor Geral, Prof. Ariovaldo Flores, como professor responsável e com a missão de fundar, implantar e estruturar a Cooperativa-Escola da instituição.

Entrevistado 02 - Não participava do quadro da cooperativa. Contudo, quando solicitado, orientava questões administrativas vinculadas à EAF de São Vicente do Sul, em função de aquisição de insumos para os projetos a serem desenvolvidos nas UEPs – Unidade de Educação e Produção (setores técnicos).

O professor relata que, por determinação do Decreto n° 91.005, de 28 de fevereiro de 1985, o Colégio Agrícola General Vargas de São Vicente do Sul, até então vinculado a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, passou a integrar a COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola, órgão responsável pelo ensino agrícola no País, então com a nova denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Foi no mês de março do mesmo ano que o professor foi designado para a implantação da cooperativa escola.

2 - A partir de quando e como se deu a criação da Cooperativa-Escola no Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Vicente do Sul, antigo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de São Vicente do Sul?

Entrevistado 01 - Após a publicação do Decreto n° 91.005, e o início da reestruturação da escola, sob nova coordenação nacional, existia, na estrutura organizacional das Escolas Agrotécnicas, uma Cooperativa-Escola que era administrada por uma diretoria, composta somente por alunos

regularmente matriculados, sob a coordenação de um professor designado pelo Diretor Geral. No modelo organizacional existente era obrigatória a implantação das Cooperativas-Escolas. Portanto, a nossa escola viu-se na obrigação de fundar a Cooperativa, até mesmo porque tínhamos a disciplina de Administração Rural e também passamos a ter a disciplina de Cooperativismo. No processo de fundação, realizamos reuniões com todos os alunos (à época no total de 72) regularmente matriculados, com o objetivo de orientar e sensibilizar a todos sobre a importância do Cooperativismo e da necessidade/obrigatoriedade de implantarmos a Cooperativa-Escola na instituição. O principal empecilho que enfrentamos foi de que os alunos, quase na sua totalidade, eram menores de idade, portanto tivemos dificuldades de composição da primeira Diretoria. Mas encontramos alunos dispostos a comporem a Diretoria, que foram devidamente aclamados pelos seus colegas. A partir daí, entramos em contato com seus pais, explicamos a necessidade da emancipação desses alunos (da Diretoria), no que fomos prontamente atendidos. Vencida essa etapa, constituímos e empossamos a primeira Diretoria da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul Ltda., em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de junho de 1985.

Entrevistado 02 - Quando ingressei na EAF de São Vicente do Sul, em meados de 1989, a COOPEAFSVS já existia e não sei precisar o marco temporal de seu início. Contudo, remonta da época da COAGRI 1982, conforme tu podes verificar no seguinte endereço: <http://www.scielo.br/pdf/sa/v50n3/28.pdf> (COOPERATIVA-ESCOLA NAS ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS - P. V. MARQUES). São instituições de ensino subordinadas à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC), caracterizadas por ministrar cursos técnicos em nível médio nas áreas de Agropecuária, Agroindústria, Enologia, Zootecnia e Infraestrutura Rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. A rede de Escolas Agrotécnicas Federais é constituída de 46 unidades, funcionando como autarquias educacionais federais, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. As EAFs adotam como metodologia de ensino o sistema Escola Fazenda, obedecendo ao princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”, que dá oportunidade ao aluno vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional. O sistema Escola Fazenda utiliza dois processos distintos que funcionam integrados: as Unidades Educativas de Produção (UEP) e a Cooperativa-Escola. As atribuições do técnico de nível médio egresso de uma EAF estão de acordo com a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, e Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.

Quando questionados sobre “A partir de quando e como se deu a criação da Cooperativa-Escola no Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Vicente do Sul, antigo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de São Vicente do Sul?”, o Diretor Administrativo da época, após esclarecer que não vivenciou a implantação da Cooperativa por ter ingressado na instituição em 1989, e o processo de funcionamento já estava em execução, referenciou a transformação organizacional da COAGRI, em 1982, e as transformações dos colégios agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais, que passaram a funcionar como autarquias educacionais federais, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. E ressaltou, ainda, que “as EAFs adotam como metodologia de ensino o sistema Escola Fazenda, obedecendo ao princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”, que dá oportunidade, ao aluno, de vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional.”.

O Professor responsável pela implantação relatou que, após a publicação do Decreto nº 91.005, e o início da reestruturação da escola sob nova coordenação nacional, existia, na estrutura organizacional das Escolas Agrotécnicas, uma Cooperativa-Escola que era administrada por diretoria composta somente de alunos regularmente matriculados sob a coordenação de um professor designado pelo Diretor Geral. Ressaltou, ainda, que no modelo organizacional existente era obrigatória a implantação das Cooperativas-Escolas, razão pela qual a escola viu-se na obrigação de fundar a Cooperativa. Aliado a isso, justificou a necessidade de sua criação pela existência da disciplina de Administração Rural e a criação da disciplina de Cooperativismo.

Ainda relata que no processo de fundação realizaram-se “reuniões com todos os alunos (a época no total de 72) regularmente matriculados, com o objetivo de orientar e sensibilizar a todos sobre a importância do Cooperativismo e da necessidade/obrigatoriedade de implantarmos a Cooperativa-Escola na instituição”. Salientou que a principal dificuldade encontrada foi a de que a maioria dos alunos ainda era menor de idade, implicando em problemas relativos à composição da primeira Diretoria. Contudo, encontraram alunos dispostos a comporem a Diretoria, “que foram devidamente aclamados pelos seus colegas.”. Logo em seguida, contataram com os pais desses alunos, a fim de explicar a necessidade de se providenciar a emancipação dos mesmos para que fosse possível constituir a necessária Diretoria. A solicitação foi atendida imediatamente.

A partir daí, constituíram e empossaram “a primeira Diretoria da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul Ltda., em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de junho de 1985.”

3 - Qual a finalidade/objetivo da Cooperativa-Escola?

Entrevistado 01 - Educar dentro dos princípios do cooperativismo, apoiando a Escola em sua ação educativa, promovendo a defesa econômica dos interesses comuns e comercialização dos seus produtos.

Entrevistado 02 - Em função do sistema escola-fazenda, eram utilizados dois processos que se conjugavam – as UEPs e a Cooperativa-Escola. Elas, além de servirem como um componente pedagógico, proporcionavam, ao aluno, desempenharem na prática questões do cooperativismo e empreendedorismo. Eles articulavam a teoria com a prática (fazer aprendendo, aprendendo a fazer), à medida que estudavam e faziam os projetos. Isto é, numa ponta o projeto (sua dimensão, ações, metas e resultados projetados); na outra ponta, a aquisição de insumos (pesquisavam fornecedores, preços, licitavam, compravam), o fornecimento a UEP, o acompanhamento e controle do projeto. Depois o resultado: a produção. A venda do excedente. Depois, num novo modelo, ficavam com um percentual do excedente e recolhiam para o caixa da instituição. A Cooperativa-Escola, inclusive era considerada uma Coordenação da instituição, com professor coordenador e percepção de FG. No Decreto nº 2548/98 podemos verificar o seguinte: “Art. 27. As Escolas Agrotécnicas Federais poderão associar-se às cooperativas-escolas, que atuarão como componente pedagógico do currículo, observadas a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e seus respectivos atos de regulamentação.”

Em seguida, quando questionados sobre “Qual a finalidade/objetivo da Cooperativa-Escola?”, podemos citar, em síntese, as palavras do professor que vivenciou o processo de implantação, funcionamento e encerramento, onde ressaltou a finalidade a de “educar dentro dos princípios do cooperativismo, apoiando a Escola em sua ação educativa, promovendo a defesa econômica dos interesses comuns e comercialização dos seus produtos.”

O Diretor Administrativo da época lembrou o sistema escola-fazenda, que se utilizava de dois processos conjugados: UEPs (Unidades Educativas de Produção) e Cooperativa-Escola. Ambas serviam como componentes pedagógicos, proporcionando ao aluno colocar em prática questões relacionadas ao cooperativismo e empreendedorismo, de forma a articular “a teoria com a prática (fazer aprendendo, aprendendo a fazer)”.

Assim, vivenciavam o projeto em suas dimensões, ações, metas e resultados projetados e o funcionamento real de uma organização cooperativa, como a aquisição de insumos (pesquisavam fornecedores, preços, licitavam, compravam), o fornecimento dos mesmos as UEPs, o acompanhamento e controle dos projetos, para posteriormente destinar à venda, o excedente. O tratamento das vendas do excedente de produção era a retenção de um percentual para a manutenção das despesas da Cooperativa e o restante era recolhido ao caixa da Instituição. “Nessa época, a Cooperativa-Escola era considerada uma Coordenação da instituição, com professor coordenador e percepção de FG”.

Toda essa configuração era respaldada legalmente no Decreto nº 2548/98, artigo 27, que possibilitava às Escolas Agrotécnicas Federais associar-se às cooperativas-escolas, que atuariam como componente pedagógico do currículo, com observância a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e seus respectivos atos de regulamentação.

4 - Quais as vantagens e desvantagens no processo de funcionamento da cooperativa escola?

Entrevistado 01

VANTAGENS:

- participação efetiva dos alunos no processo de produção da Escola-Fazenda, pois participavam desde a implantação dos projetos até sua conclusão, tanto nas áreas de agricultura como de zootecnia,
- proporcionava aos alunos a participar das decisões e destinos da sua entidade cooperativa;
- proporcionava, aos alunos, participar de todo o processo de controle administrativo e contábil da cooperativa;
- possibilitava abrir o conhecimento de custos de produção dos produtos dos projetos trabalhados;
- abria um horizonte de possibilidades no processo de ensino-aprendizagem, principalmente na área técnica.

DESVANTAGENS:

- No nosso entendimento, a maior dificuldade que os alunos da Diretoria enfrentaram foi a conciliação de suas atividades acadêmicas com as atividades diárias da Cooperativa. Quando começou a aumentar o número de alunos, ficou impraticável essa compatibilização.

Entrevistado 02 - Além do informado na questão anterior, ela permitia uma maior flexibilidade na manutenção (parcial) dos setores técnicos, mas, acima de tudo, no desenvolvimento dos projetos técnicos com a participação dos alunos. Era mais flexível, por exemplo, a aquisição de insumos específicos e, não similares, que se precisava, a contratação de mão de obra técnica. Era um processo dinâmico, com excelente controle da Coordenação e que obtinha resultados à medida que proporcionava o laboratório para os alunos praticarem.

Outra questão apresentada foi “Quais as vantagens e desvantagens no processo de funcionamentos da Cooperativa-Escola?”

O professor que implantou a Cooperativa-Escola trouxe as seguintes informações: dentre as vantagens, destaque para a participação efetiva dos alunos no processo de produção da Escola-Fazenda, pois participavam desde a implantação dos projetos, até sua conclusão, tanto na área de agricultura, como de zootecnia; proporcionava, ainda, aos alunos, a participação nas decisões e destinos da sua entidade cooperativa; proporcionava a participação em todo o processo de controle administrativo e contábil da cooperativa; possibilitava abrir o conhecimento de custos de produção dos produtos dos projetos trabalhados; abria um horizonte de possibilidades no processo de ensino-aprendizagem, principalmente na área técnica.

Como desvantagens, ele apresentou a dificuldade enfrentada pelos alunos da Diretoria com a conciliação de suas atividades acadêmicas com as atividades diárias da Cooperativa. Acabou tornando-se impraticável essa compatibilização com o aumento dos alunos.

O Diretor Administrativo salientou, ainda, a flexibilidade na manutenção (parcial) dos setores técnicos, mas salienta que o mais importante era a participação dos alunos no desenvolvimento dos projetos técnicos.

5 - Como se deu a adesão dos alunos cooperados?

Entrevistado 01 – Primeiro, gostaria de relatar que a participação dos alunos como associados da Cooperativa-Escola era obrigatória, conforme orientação da COAGRI, ou seja, todo o aluno regularmente matriculado na Escola, obrigatoriamente deveria ser “sócio” da Cooperativa e pagar, no mínimo, 02 cotas-parte, no valor da época de Cr\$ 16.710,00 (dezesseis mil, setecentos e dez cruzeiros), que seria devolvido/retirado pelo associado quando da sua conclusão do curso. O associado deveria realizar uma solicitação desse valor. Se isso não ocorresse no prazo de um ano de sua saída da Escola, sua cota-parte seria integralizada à Cooperativa-Escola. No processo de fundação da Cooperativa, realizamos várias reuniões com o objetivo de demonstrar a importância da cooperativa no processo ensino-aprendizagem e no processo de suas formações profissionais, pois possibilitam a participação efetiva de todos os alunos nas atividades da mesma. Óbvio que pelo seu estatuto, elaborado pela COAGRI, os alunos eram obrigados a se associarem, portanto não tinham opção.

Entrevistado 02 - Pelo que sei, a adesão era de maneira espontânea, para participar em órgão de representação. Recolhiam sua cota-parte e passavam a gozar dos direitos e submetiam-se aos deveres instituídos pela COOPEAFSVS.

Em seguida, a questão foi “Como se deu a adesão dos alunos cooperados?” Nessas respostas encontramos uma divergência quanto à forma de adesão no entendimento dos entrevistados.

O primeiro disse que a participação dos alunos “como associados da Cooperativa-Escola era obrigatório, conforme orientação da COAGRI, ou seja, todo o aluno regularmente matriculado na Escola obrigatoriamente deveria ser “sócio” da Cooperativa e pagar, no mínimo, 02 cotas-parte” sendo tal valor devolvido/retirado pelo associado quando da conclusão do curso frequentado. Contudo, foram realizadas, no início deste processo, várias reuniões com a finalidade de demonstrar a importância da Cooperativa no processo de ensino-aprendizagem e no processo de formação profissional. “Óbvio que pelo seu estatuto, elaborado pela COAGRI, os alunos eram obrigados a se associarem, portanto não tinham opção.”

O segundo entrevistado mencionou que, pelo que sabia, “a adesão era de maneira espontânea, para participar em órgão de representação. Recolhiam sua cota-parte e passavam a gozar dos direitos e submetiam-se aos deveres instituídos pela COOPEAFSVS.”.

6 - Porque a Cooperativa foi extinta? Como se deu o processo de encerramento?

Entrevistado 01 - Pelas mudanças ocorridas na escola, com a criação do CEFET e, após, dos Institutos, que possuem outra filosofia de atuação. No nosso entendimento, o fator básico para o encerramento de suas atividades foi o sistema de aulas e o grande número de alunos que inviabilizaram a rotatividade de atividades dentro da Cooperativa. Outro aspecto foi de que a nova legislação não permitia que a Escola-Fazenda fosse administrada pela Cooperativa, o que antes, no tempo da COAGRI, era permitido. A última Diretoria, no ano de 2008, em virtude das dificuldades enfrentadas, resolveu encerrar suas atividades. Isso ocorreu após a devida convocação de assembleias que trataram do assunto, com o conhecimento da Direção Geral do CEFET e a participação do professor coordenador.

Entrevistado 02 - Um aspecto era a descapitalização, considerando que, após o novo modelo de que a COOPERATIVA ficaria com um percentual (parece que em torno de 6%) da venda, e isso gerou dificuldades de caixa. Ocorre que a COOPERATIVA precisava contar com mão de obra contratada de apoio administrativo, contador. Isto gerava despesas que já não tinham mais o suporte financeiro que antes havia. Por outro lado, existiam, também, questionamentos dos órgãos de controle, que não “entendiam” as relações com a COOPERATIVA, por força de ações em outras instituições congêneres, nas quais se identificam irregularidades, como tu podes verificar no Acórdão TCU GRUPO I – CLASSE II – 2.^a Câmara TC 009.197/2001-3 Natureza: Prestação de Contas – exercício de 2000. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão – EAFVSA/PE

QUARTA QUESTÃO DA AUDIÊNCIA

27. A quarta questão da audiência desdobrou-se em duas subalíneas, ou seja, b.6 e b.7 sendo, na íntegra, a seguinte:

‘Pela prática das seguintes irregularidades no relacionamento entre a EAFVSA e a Cooperativa-Escola dos Alunos da EAFVSA:

b.6. doação dos bens semoventes pertencentes à EAFVSA à Cooperativa-Escola dos Alunos, já que nunca foram registrados no SIAFI e foram contabilizados, a exemplo do que ocorreu em todos os anos anteriores, no inventário anual da referida cooperativa, sendo em 31.12.2000, no valor de R\$ 19.091,00, descumprindo a Decisão deste Tribunal no sentido de evitar as doações verificadas em 1989 à Cooperativa - Escola de bens destinados à comercialização por parte da mesma no processo TC 500.350-89-2, pelo acórdão 0091-35/92-2;

b.7. pela manutenção da Cooperativa-Escola dos Alunos da EAFVSA com várias irregularidades, tais como ausência de regular escrituração contábil (ausência de Livro Diário e Razão e de livros auxiliares, e em consequência, falta de registro público competente), feita por profissional contabilista habilitado no CRC-PE com obediência aos preceitos da legislação comercial, trabalhista e demais legislações e aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e com inexpressível atuação do corpo discente/associado que não participava da prestação de contas diária com a EAFVSA e tampouco se faz presente no Conselho Fiscal, que se encontra inoperante, em detrimento aos direitos, deveres e responsabilidades estatutárias’.

Sei, também, que ocorreu uma reunião na qual participou o servidor CARLOS ROSA (DEPE) e o Diretor Geral da época, se não me engano,

PAULO DEON, quando receberam a orientação jurídica de que a Cooperativa deveria ter o seu funcionamento encerrado. A reunião ocorreu em uma das nossas escolas da Rede, me parece que foi em Minas ou Mato Grosso. Não tenho definida essa informação.

E por fim, perguntamos “Porque a cooperativa foi extinta? Como se deu o processo de encerramento?”

Relataram que problemas como falta de recursos para o mantimento das despesas necessárias ao funcionamento administrativo e técnico, como a contratação de mão de obra, apoio administrativo, serviços de contador, entre outros, gerava um déficit significativo, considerando que a arrecadação era basicamente o percentual de 6% da venda do excedente produzido.

Outro aspecto eram os questionamento e dúvidas quanto ao controle da sua atuação de forma integrada a uma autarquia federal e, conseqüentemente, a tramitação de recursos públicos. Além dos rumores que permeavam sobre outras Instituições de funcionamento semelhante, eram apontadas irregularidades em suas práticas, apreciadas pelo TCU Tribunal de Contas da União como: doação de bens semoventes a cooperativa escola não registradas contabilmente, erros nos inventários anuais, ausência de regular escrituração contábil, entre outros fatores.

Além disso, a nova legislação não permitia que a Escola-Fazenda fosse administrada pela Cooperativa, como era permitido no tempo da COAGRI. Desse modo, a última Diretoria, em 2008, tendo e vista as dificuldades enfrentadas, resolveu encerrar suas atividades. Essa decisão se consolidou após discussão do assunto em assembleia geral, com o conhecimento da Direção Geral do CEFET e a participação do professor coordenador.

5.2 Cooperativismo no Ensino do Campus São Vicente do Sul

Ao estudar a inserção do cooperativismo como ferramenta alternativa ao desenvolvimento rural nas práticas pedagógicas do Campus São Vicente do Sul - Instituto Federal Farroupilha, tomamos por base a análise dos enquadramentos dos cursos em seus eixos tecnológicos. A partir daí, categorizou-se a intensidade de participação dos conceitos, valores e técnicas inerentes ao sistema em análise, presentes nas bases que constituem os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as ementas das disciplinas e as práticas pedagógicas aplicadas em aula. Relacionado aos estágios, faremos uma abordagem geral dos eixos tecnológicos, pela similaridade como acontecem suas atividades no âmbito externo à Instituição de ensino.

Nesse sentido, faremos algumas considerações relacionadas à categorização apresentada abaixo:

Tabela 02 – Abordagem do Cooperativismo no Ensino por Eixos Tecnológicos

EIXOS TECNOLÓGICOS	PROJETO			
	PEDAGÓGICO DE CURSO	EMENTAS	PRÁTICAS	ESTÁGIOS
Recursos Naturais	Inexistente	Superficial	Superficial	Superficial
Gestão e Negócios	Inexistente	Superficial	Superficial	Superficial
Produção Alimentícia	Inexistente	Superficial	Superficial	Inexistente

Informação e Comunicação	Inexistente	Superficial	Superficial	Inexistente
--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado nos Projetos Pedagógicos de Curso, Entrevistas com Coordenadores de Cursos, relatório de estágios e ficha de atividades do estagiário

Com relação aos PPCs – Projetos Pedagógicos de Cursos do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, enquadra-se como “inexistente” por não constar, em momento algum nas bases de sua constituição, explicitamente, o tema do cooperativismo como ferramenta do desenvolvimento econômico, seja rural ou não. Corroborando com essa informação, 100% dos coordenadores dos cursos desse eixo, quando questionados se “O PPC de seu curso contém disciplinas específicas de cooperativismo?” responderam que não, como apresentamos abaixo:

2) O PPC de seu curso contém disciplinas específicas de cooperativismo?

Entrevistado 01 – Não

Entrevistado 02 – Não

Entrevistado 03 - Não, mas a Matriz curricular contempla disciplinas em que as ementas propõem assuntos relacionados com o cooperativismo

Entrevistado 04 - Não possui disciplinas específicas

Entrevistado 05 – Não

Entrevistado 06 - O PPC do curso de agricultura e agropecuária não contém a disciplina de cooperativismo, mas nas ementas das disciplinas de projetos agropecuários e gestão e economia está previsto este conteúdo.

Porém, os projetos apresentam oportunidades para a inserção da temática de maneira a complementar a formação dos futuros profissionais de seus cursos de uma maneira mais sólida.

No projeto deste eixo, encontramos como objetivo principal, o empreendimento do processo educativo em busca do favorecimento para desenvolver indivíduos dotados de capacidade crítica, de autonomia intelectual, de atuação pautada nos princípios éticos, estando aptos e preocupados com a solução de problemas técnicos, sociais e ambientais. Até o momento, pode-se perceber a formação de um profissional com capacidade de identificar problemas além dos técnicos, para a elaboração de uma proposta de correção de distorções existentes, como por exemplo, em questões sociais ligadas à qualidade de vida do homem no campo, dentro de uma visão empreendedora.

Os cursos da área objetivam, além da base técnica necessária à formação profissional, almejam formar indivíduos que compreendam e correlacionem os sistemas de produção global com a realidade regional e local, por meio da articulação do tripé educacional: ensino, pesquisa e extensão, bem como estimular a capacidade de observação das necessidades e expectativas da comunidade regional.

Os projetos de curso traçam um perfil profissional dotado de visões capazes de contribuir para a disseminação das concepções cooperativistas, como o conhecimento da realidade técnico-produtiva do meio rural, a realização profissional, com a promoção do bem-estar da comunidade rural e a elevação da qualidade de vida. Esse profissional será caracterizado como agente de transformação do meio rural, pelo conhecimento da realidade agrícola global e regional, tornando-se indispensável para a evolução deste importante setor econômico do País, além da promover a sustentabilidade rural e, com isso, a permanência do homem no campo, com qualidade de vida para si e sua família.

Além dessas, outras competências compõem o perfil profissional esperado do egresso, que auxiliariam no entendimento e aplicação das práticas cooperativas, como a capacidade de identificação e aplicação de técnicas mercadológicas para a distribuição e comercialização de produtos, assim como a elaboração e execução de projetos agropecuários.

Partindo-se para a análise das disciplinas, em suas ementas podemos categorizar como “superficial” a abordagem do cooperativismo, pois, mesmo apresentando um cenário mais favorável em relação às concepções dos projetos pedagógicos dos cursos, com a presença de alguns temas ligados ao cooperativismo e outros que contribuem para o exercício de suas práticas, apresentam-se de maneira muito aquém do necessário para incutir os princípios norteadores deste sistema organizacional, bem como da identificação de sua operacionalização. Contudo, apresentam disciplinas que norteiam essa visão, como por exemplo:

- Sociologia e Extensão Rural – a disciplina, nas suas bases, apresenta a visão da composição e aspectos sociológicos da agricultura brasileira, envolvendo a agricultura patronal, agricultura familiar, movimentos sociais, reforma agrária e políticas públicas para esses segmentos, assim como aspectos importantes sobre formas e princípios cooperativos, envolvendo o desenvolvimento rural sustentável. Traz à discussão as políticas públicas para o meio rural: políticas de infraestrutura, de produção, de regulação fundiária e as políticas sociais na agricultura, assim como o desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade.

Nessa disciplina aparecem, também, matérias relacionadas às concepções de projetos e experiências de desenvolvimento rural, trazendo a cooperação como base do desenvolvimento, trabalhando princípios, fatores promotores e fatores limitantes, principais formas cooperativas e associativas, e metodologias participativas para projetos de desenvolvimento, com base na cooperação.

Outras disciplinas que vêm contribuir com a assimilação dessa forma organizacional são: Administração Rural, Gestão Ambiental e Agroecologia, Gestão e Economia Rural e Projetos Agropecuários, que abordam assuntos como:

- Peculiaridades da agropecuária, aspectos gerais e objetivos da empresa rural, áreas empresariais: produção, recursos humanos, finanças, comercialização e marketing e os níveis empresariais inerentes ao planejamento: estratégico, tático e operacional. Os aspectos do mercado agropecuário: mercado de produtos e insumos, formação de preços, formas de comercialização bem como o gerenciamento patrimonial de empresas como: inventário patrimonial, custos e finanças, produtividade de capital, formas de aumento da produtividade desse capital, entre outros fatores importantes ao gerenciamento, monitoramento e controle do negócio.

- Empreendedorismo, perfil do empreendedor, criatividade e oportunidade, experiências empreendedoras, plano de negócios: concepção de negócio, definição de estratégias de negócio, marketing, divulgação e promoção, recursos humanos, produção, avaliação econômica financeira de projetos.

- Adaptação das propriedades rurais às exigências ambientais, identificação dos fatores que interferem no meio ambiente, promovendo a conscientização para o desenvolvimento econômico sustentável.

- Estratégias de gestão, ferramentas de elaboração de planos de negócio, análise de mercados, planejamento, estruturas e etapas de um projeto e ferramentas de elaboração de projetos.

- Utilização dos princípios da teoria econômica e da ciência administrativa no setor agropecuário, visando à eficiência nas tomadas de decisões em sistemas de produção e desenvolvimento, da capacidade de compreensão da importância da economia geral e rural e

dos processos que envolvem o mercado consumidor. Em busca de fortalecer os dados apresentados, outra questão formulada foi:

3) O cooperativismo é trabalhado em alguma disciplina de seu curso?

Entrevistado 01 - Sim, Dentro da disciplina e Sociologia e Extensão Rural

Entrevistado 02 - Sem resposta

Entrevistado 03 - Sim, dentro das disciplinas de seminários de desenvolvimento urbano e regional, planos gestores e participativos, seminário experiência em desenvolvimento regional, planejamento estratégico na gestão pública, empreendedorismo no setor público, gestão de projetos e captação de recursos, seminários de desenvolvimento urbano e regional.

Entrevistado 04 - Um pouco do assunto é visto em disciplinas de administração

Entrevistado 05 - Tenho conhecimento de duas disciplinas da parte técnica do curso de agropecuária que abordam o tema em questão: Sociologia e Extensão Rural e Planejamento e Projetos

Entrevistado 06 - Resposta anterior

Consolidando as informações acima, quando questionado aos coordenadores dos cursos deste eixo tecnológico se “O cooperativismo é trabalhado em alguma disciplina de seu curso?” 83,3% (05) responderam que havia disciplinas que contemplavam o assunto, citando alguns exemplos que utilizamos acima, em conformidade com a análise das ementas. 16,7% (01) não respondeu a referida questão, porém, estudando o projeto pedagógico do curso correspondente, encontramos ações pedagógicas inerentes ao tema, semelhantes aos demais cursos do eixo.

Outros questionamentos apresentados, no anseio de verificar existência de atividades no Instituto ligadas ao cooperativismo, foram:

4) Conhece a existência de atividades de ensino, pesquisa e extensão de cooperativismo no seu curso? Cite alguns?

Entrevistado 01 - É abordado como atividade de ensino, formas e princípios cooperativos voltados para o desenvolvimento rural sustentável

Entrevistado 02 – Não

Entrevistado 03 - Sim, APROVIJA - Associação de Produtores de Vinho de Jaguari - Projeto de Extensão promovido pela Diretoria de Extensão, com a coordenação do Professor Rodrigo Belmonte da Silva; COOPER - Jeito Caseiro - cooperativa de produtos caseiros, Jeito Caseiro na Cidade de São Francisco de Assis/RS, com a coordenação do Professor Antônio Carlos Minussi Righês - Projeto de Pesquisa e Extensão.

Entrevistado 04 – Não

Entrevistado 05 - Não tenho conhecimento

Entrevistado 06 - Nas disciplinas citadas anteriormente é realizada essa prática, para tanto são realizadas viagens de estudos para cooperativas da região para que os alunos possam perceber essa relação. Essa viagem geralmente acontece juntamente com a disciplina de extensão rural e as disciplinas acima citadas.

Para identificarmos práticas interligadas entre ensino pesquisa e extensão, questionou-se aos coordenadores de curso o seguinte: “Conhece a existência de atividades de ensino, pesquisa e extensão de cooperativismo no seu curso? Cite alguns.” 50% (03) responderam que

havia a abordagem como atividade de ensino, formas e princípios cooperativos voltados para o desenvolvimento rural sustentável, e 50% (03) responderam que “não”. Buscando respostas à negativa, verificamos a possibilidade da realização de eventos dessa natureza no curso, no qual não encontramos nenhuma referência ao tema. Desse modo, relacionado às práticas de cooperativismo, enquadrou-se em “superficial”.

5) O tema cooperativismo é abordado nas semanas tecnológicas do seu curso?

Entrevistado 01 - Sim, palestras sobre cooperativismo. Exemplo: Cooperativa de Produtores de Cordeiro Precoce. Cooperativas Apícolas. Cooperativas de Produtores de Suínos

Entrevistado 02 - Eventualmente, porém não é um eixo dominante

Entrevistado 03 – Sim

Entrevistado 04 – Não

Entrevistado 05 - Não. (Pelo menos nos últimos tempos)

Entrevistado 06 – Não, pois atualmente não está sendo realizada semana tecnológica para os cursos de ensino médio.

Relacionado às semanas tecnológicas do Campus, tivemos 50% (03) com a presença de algum tema ligado ao cooperativismo e 50% (03) manifestaram que não há abordagem dessa temática.

Nos PPCs – Projetos Pedagógicos de Cursos dos eixos tecnológicos Gestão e Negócios, Produção Alimentícia e Informação e Comunicação, não diferente dos Recursos Naturais, enquadra-se como “inexistente” a abordagem do cooperativismo, por não possuírem, nas diretrizes de seus PPCs, de maneira clara e objetiva, tal temática como ferramenta do desenvolvimento econômico. Da mesma forma, os coordenadores dos cursos afirmaram não haver a contemplação de disciplinas específicas de formação ao cooperativismo, mas apresentam discussões em seus objetivos e no perfil desejado do profissional que estão formando, que se assemelham ou dão condições para a inserção do assunto.

No eixo Gestão e Negócios encontramos, nos objetivos específicos do curso, a preparação de cidadãos e profissionais aptos para a intervenção na realidade, de forma empreendedora e criativa, ampliando os campos de atuação profissional. Nesse caso, almeja-se um egresso que reúna condições para a transformação de uma realidade, com apresentação de propostas inovadoras que o beneficiem profissionalmente e que, conseqüentemente, promovam a melhoria de condições produtivas, sociais e econômicas do contexto em que atua.

Nesse mesmo sentido, identificamos a busca pela formação de profissionais com visão crítica e humanística, aptos a tomarem decisões em um mundo diversificado e interdependente, praticando o desenvolvimento da sociedade e o incentivo às alternativas integradas para o desenvolvimento sustentável local e global, além do comprometimento com as questões de diversidades sociais e impactos ambientais.

O eixo da Produção Alimentícia traz, na sua concepção, abordagens sobre a inclusão da agricultura familiar como parte da qualificação profissional e objetiva incentivar o empreendedorismo na formação do Técnico em Alimentos, tornando o estudante apto, ao final do curso, a inserir-se no mercado de trabalho, de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável.

Para a formação profissional do eixo de Informação e Comunicação, almeja-se, além da formação técnica, que os egressos tenham condições de apoiarem os processos de tomadas de decisão, contribuindo com a melhoria contínua da qualidade e da competitividade da

organização em que estiverem atuando, pela sua intervenção na realidade econômica, social e administrativa, maximizando, assim, suas potencialidades e aumentando a área de atuação do egresso.

Retomando a análise das disciplinas, em suas ementas podemos categorizar como “superficial” a abordagem do cooperativismo, pois, no mesmo sentido dos Recursos Naturais, são discutidos temas que se complementam ao sistema, bem como há, em algumas, a reflexão sobre o cooperativismo e o associativismo, como poderemos ver a seguir, em algumas ementas constantes no PPCs. Porém, não há aprofundamento na principiologia que rege essa forma de organização, bem como orientações sobre a forma de condução das atividades de tratamento com seus cooperados.

São elencados, a seguir, alguns temas trabalhados em algumas disciplinas dos cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios, que possuem grande sintonia com a temática em pauta:

- Seminário sobre experiência em desenvolvimento regional: aborda a questão do desenvolvimento, as relações com a comunidade e sociedade civil, a comunidade e o contexto histórico. Atuação e importância das ações coletivas, cidadania participativa e comunidade, organização e articulação de grupos. Os tipos de poder e as suas formas. Nessa disciplina, há grande ênfase em trabalhar o relacionamento das necessidades da sociedade civil e traz a cooperação como alternativa para enfrentar as dificuldades existentes no caminho, aumentando as possibilidades de alcançarem o sucesso.

- Desenvolvimento ambiental e sustentável: faz referência aos desequilíbrios ecossistêmicos urbanos e rurais, ecodesenvolvimento e sustentabilidade socioambiental, arranjos institucionais e políticas ambientais, bem como trabalha com experiências regionais.

- Introdução à economia: trabalha a teoria elementar do funcionamento do mercado. Estruturas de mercado. Macroeconomia básica - medidas de atividade econômica, teoria da determinação da renda e do produto nacional, com a intenção de esclarecer os desafios encontrados e meios existentes para a sobrevivência frente a um mercado tão competitivo.

- Estado e sociedade: reflete as concepções, funções e evolução do Estado Moderno. Estado de bem-estar social e as novas funções do Estado. Aborda o sistema democrático representativo e formas de organização da sociedade civil na contemporaneidade, sintonizando o profissional quanto aos aspectos que interferem nas organizações, como a regulação legal e os procedimentos universais que devem ser seguidos.

- Políticas de desenvolvimento econômico: apresentam conceitos básicos sobre o desenvolvimento econômico, estudo comparado das concepções teóricas sobre o desenvolvimento econômico entre as diversas teorias, implicações de política econômica das principais teorias, a especificidade dos países de desenvolvimento retardatário e a influência dos fatores de produção no desenvolvimento, servindo de base para a interpretação da realidade que se está vivenciando.

- Gestão de Políticas Públicas: estabelece a relação Estado/Sociedade em diferentes perspectivas, abordagem sobre as políticas públicas - evolução do estudo das políticas públicas, teorias fundamentais, conceitos básicos e principais estratégias metodológicas utilizadas na área. Desenho das políticas públicas em contextos democráticos, e a questão dos indicadores sociais e suas possibilidades de uso em contextos institucionais.

- Gestão de Serviços Públicos: surge com o Plano, como instrumento de desenvolvimento econômico e social da comunidade. Discute sobre novas formas de gestão de serviços públicos, para que haja condições mínimas de satisfazer as necessidades da comunidade.

Assim como outras áreas do conhecimento, o eixo de Gestão e Negócios objetiva o estudo de normas e técnicas que regulamentam as práticas profissionais, o funcionamento das relações interpessoais da dinâmica de trabalho numa organização, propiciando ao estudante o

seu contínuo aprimoramento com cidadão e profissional ético, competente, eficiente e eficaz, capaz de tornar-se uma peça fundamental na tomada de decisões da empresa.

Assim, facilita a compreensão da natureza e complexidade do fenômeno administrativo e suas múltiplas dimensões e formas de abordagens, aplicáveis à realidade profissional, bem como a utilização de técnicas para a elaboração, análise e interpretação de documentos oficiais. Outro fator trabalhado é no sentido de proporcionar um conceito das áreas funcionais e despertar para o empreendedorismo, a identificação e discussão da origem e aplicação do pensamento estratégico na gestão empresarial, a partir das teorias de administração.

No eixo da Produção Alimentícia há a abordagem de temas correlatos ao assunto estudado, como podemos observar em disciplinas como:

- **Gestão Ambiental na Tecnologia de Alimentos:** traz a abordagem sobre a industrialização de alimentos, aliada à preocupação de reduzir os efeitos que degradam o meio ambiente pelo lançamento de resíduos industriais, promovendo o tratamento de efluentes e adequação à legislação ambiental. O objetivo dessa disciplina é a produção de conhecimentos sobre a temática, por meio do planejamento, avaliação e monitoramento do meio ambiente, de forma a orientar para a execução de atividades industriais de forma sustentável.

- **Gestão e Economia:** com o mesmo sentido dos outros eixos, a disciplina visa ao desenvolvimento de conhecimentos gerais de administração, gestão e economia, fornecendo subsídios para o desenvolvimento do processo administrativo em uma empresa.

- **Planejamento e Projetos Agroindustriais:** fornece orientação quanto ao planejamento e elaboração de projetos agroindustriais, com observação das normas técnicas de produção.

Não diferente dos demais eixos, os cursos da Informação e Comunicação se apresentam de maneira “superficial”, transitados por disciplinas como: Administração, Custos e Finanças, Empreendedorismo, sendo que este objetiva estimular os alunos ao perfil empreendedor, levando-os ao conhecimento de ferramentas gerenciais importantes para o empreendedor. Outras disciplinas importantes são: Gerência de Projetos, que visa analisar e discutir as metodologias de gestão de projetos e elaboração de um plano de negócios, proporcionando aos alunos a aprendizagem de gestão sistêmica; e Segurança e Auditoria de Sistemas, que traz os conhecimentos necessários para dotar os sistemas de informação de mecanismos de segurança que permitam garantir a integridade e recuperação de informações armazenadas em meio eletrônico.

E, por fim, questionamos aos Coordenadores de Curso:

6) Caso o cooperativismo não seja abordado existe a preocupação para inseri-los na prática dos cursos?

Entrevistado 01 - Sem resposta

Entrevistado 02 - Assumindo parte da culpa pela ausência de ênfase sobre o cooperativismo no curso de Irrigação coloco-me à disposição para discussões no futuro sobre o tema e como melhor inseri-lo no referido curso

Entrevistado 03 - Sem resposta

Entrevistado 04 - Mesmo nosso curso não sendo ligado a atividades de cooperativismo, poderia ser abordado mais em disciplinas como administração.

Entrevistado 05 - Acredito na importância de trabalhar com o tema. (Poderá ser colocado em discussão como tema integrador).

Entrevistado 06 - Acredito ser interessante trabalhar melhor o cooperativismo com os alunos do ensino técnico, para que possam, no futuro, formar associações em sua propriedade ou estimular, via assistência

técnica, a associação de grupos de produtores para a criação de cooperativas para a venda de produtos ou até a compra de insumos mais baratos.

Ao questionarmos sobre a preocupação relativa à inserção do Cooperativismo na prática dos cursos, 33,3% (02) não responderam a questão. Interpretamos essa falta de resposta devido ao fato de os mesmos serem Coordenadores de Curso, que manifestaram a existência da temática. Os demais, 66,7% (04), manifestaram a possibilidade de inserir o tema nas discussões de seus cursos.

Com relação aos estágios, buscamos informações referentes à saída de alunos para realização de estágio em Cooperativas, para fins de verificar qual a sua atuação dentro da organização e também de as atividades desenvolvidas serviram de base para o conhecimento, entendimento e compreensão do funcionamento, regramento e princípios cooperativos.

Os alunos que obtiveram aproveitamento mínimo exigido nos semestres cursados devem realizar estágio curricular supervisionado com duração mínima de 320 horas, em caráter obrigatório. O estágio poderá ser realizado em empresas afins à natureza do curso ou em propriedades rurais particulares, desde que, nas últimas, o supervisor de estágio seja um profissional devidamente qualificado (técnico de nível médio ou superior) e registrado nos respectivos órgãos/conselhos profissionais.

O acompanhamento e a avaliação do estágio deverão ser efetuados tanto pelo Câmpus, na figura do Professor Orientador, quanto pela própria empresa ou propriedade rural, na figura do Supervisor, conforme a regulamentação de estágio específica.

Nesse sentido, para obter o reflexo dos estágios para o Cooperativismo, desde a implantação do Instituto Federal Farroupilha, levantou-se o quantitativo de alunos que realizaram estágios em Cooperativas, entre os anos de 2008 a 2012.

Tomando por base o quantitativo de alunos que saíram para estágio nesse período, conforme consta no ANEXO I – TABELA: “Número de alunos por curso nos exercícios 2008 a 2012”, chega-se ao montante de 1.039 alunos que foram para diferentes empresas, em diferentes lugares. Desses, tivemos um percentual de 15% (156) dos alunos que estagiou em Cooperativas, desenvolvendo diversas atividades. Porém, essas atividades estavam basicamente voltadas à sua área técnica de formação.

Para entendermos o nível da contribuição ao Cooperativismo desses estágios, foi realizado um levantamento de quantos desempenharam atividades técnicas, atividades ligadas ao cooperativismo e outras atividades. Para esse trabalho, tomamos a amostragem de 20,5% (32) alunos que estagiaram em Cooperativas, totalizando 100% (32) da amostra com atividades técnicas da formação. Destes, somente 12,5% (04) afirmaram que obtiveram algum conhecimento das formas de atuação das cooperativas e suas atividades administrativas. Esse conhecimento foi produzido pela participação em cursos de formação, participação em reuniões grupais, acompanhamento das atividades das cooperativas, atendimento aos associados e organização de documentos. Ainda foram identificados, dentre os principais procedimentos realizados na unidade, o apoio às atividades relacionadas à prestação de informações ao público, organização, conferência e tramitação de documentos. Outros 18,7% (06) exerceram atividades ligadas à comercialização de produtos, participação em eventos de naturezas diversas, emissão e lançamento de documentos fiscais.

Foi possível identificar que, dos alunos que saem para estágio, 15% vão para Cooperativas e que desses, 12,4% têm alguma ligação com atividades inerentes ao sistema organizacional. Portanto, cabe afirmar que de todos os alunos que saem para esse tipo de estágio, somente 1,86% do total tem, incluída nas suas atividades, algum tipo de ação cooperativa. Ou seja, pelo levantamento realizado, estima-se que, dos 1.039 alunos que saíram para estágios entre os anos de 2008 e 2012, somente 19 alunos tiveram um contato mais próximo com a realidade cooperativa.

Dos estagiários, 62,5% (20) são do eixo tecnológico Recursos Naturais, 9,3% (03) são do eixo Gestão e Negócios, 15,6% (05) são do eixo Produção Alimentícia e 12,5% (04) são do eixo Informação e Comunicação. Dessa participação dos estágios de alunos em Cooperativas (12,5% = 04) somente tiveram participação os eixos Recursos Naturais - 50% (02) e Gestão e Negócios - 50% (02), ficando os demais eixos sem ações ligadas à temática.

Desse modo, cabe categorizar o estágio curricular desses eixos como “superficial” pelo seu baixo nível de abrangência ao tema e como “inexistente” para os demais eixos: Produção Alimentícia e Informação e Comunicação.

5.3 Cooperativismo na Pesquisa do Campus São Vicente do Sul

Com o objetivo de identificar as atividades de pesquisa desenvolvidas no Campus São Vicente do Sul, elaboramos a tabela abaixo para identificar possíveis ações cooperativistas:

Tabela 03 – Atividades de Pesquisa executadas em 2012 por eixos

ATIVIDADES	EIXOS TECNOLÓGICOS				OUTROS	VINCULAÇÃO AO COOPERATIVISMO
	RECURSOS NATURAIS	GESTÃO E NEGÓCIOS	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
Projetos Científicos	21	13	12	08	21	01
TOTAIS	21	13	12	08	21	01

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base no Relatório de Projetos Científicos do Departamento de Pesquisa e Inovação.

Da análise da tabela acima, podemos primeiramente visualizar a participação de cada eixo nos projetos de pesquisa. Na coluna “outras” estão atividades não ligadas diretamente ao estudo, ficando com a seguinte distribuição: 28% (21) atividades ligadas ao eixo de Recursos Naturais, 17,3% (13) Gestão e Negócios, 16% (12) Produção Alimentícia, 10,7% (08) Informação e Comunicação e 28% (21) com outras atividades relacionadas aos demais eixos ou projetos específicos.

Não consideramos, na totalização de projetos, a ação vinculada ao cooperativismo, pois é oriunda do eixo Gestão e Negócios, com enfoque direcionado especificamente para ações cooperativistas, como exemplificaremos a seguir. Portanto, se considerarmos a proporção desse tipo de ação dentro da pesquisa, haverá uma participação de 1,3% (01) de todo o trabalho realizado no Câmpus no âmbito da pesquisa científica.

Pela relevância da ação cooperativista realizada no projeto de pesquisa, trataremos dos aspectos os quais entendemos mais relevantes para a análise do nível de aprofundamento e contribuição para a temática deste trabalho.

Projeto: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E GERENCIAL DOS PRODUTORES VITIVINÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARI – RS.

O projeto, por meios dos instrumentos de pesquisa, visou identificar o perfil socioeconômico dos produtores de uva do Município de Jaguari – RS, de uma maneira ampla,

não só do proprietário, mas da propriedade rural, com todos os seus fatores de interferência, bem como o atual modelo de gestão executado nessas vinícolas e, por fim, a elaboração de sugestão de estratégias competitivas para o setor.

O trabalho identificou o envelhecimento dos produtores rurais, ficando 60% acima da faixa etária de 50 anos e com um renda entre 2 a 5 salários mínimos. Porém manifestaram a intenção de aumentar a produção de uva e vinho, apesar de enfrentarem problemas com a infraestrutura e com a qualificação da mão-de-obra. Essas propriedades são basicamente familiares e, pela escassez de recursos, mesmo que haja o desejo de agregação de valor, as limitações existentes impedem medidas como a ampliação e a adequação do negócio.

Em seu processo de finalização, o trabalho apresentou algumas sugestões de melhoria competitiva para o setor, como:

- Aumentar a escala de produção: aumentar a área de cultivo de uvas; equilibrar o cultivo das uvas; expandir o mercado.

- Profissionalizar as vinícolas: elaborar planejamento e controles gerenciais nas vinícolas; elaborar plano de *marketing* e gestão de pessoas; expandir e diversificar a produção da Cooperativa Agrária São José; alinhar a gestão das vinícolas com estratégias de turismo regional; estruturar pontos de vendas; modernizar a produção.

- Desenvolver novos produtos: diversificar o *mix* de produtos através do desenvolvimento de produto Premium (vinho fino); inovar, buscando a elaboração de produto típico da região; ampliar área cultivada, equilibrando o cultivo da uva goethe com uvas bordô ou de variedades escuras; ampliar a pesquisa para verificar o *terroir*² da região.

- Agregar valor de marca: investir na reestruturação dos pontos de venda; buscar parcerias e investir em estratégias de turismo local – enoturismo; melhorar a apresentação dos produtos através da embalagem, cestos e produtos coloniais; modernizar logotipos individuais das empresas; ampliar estratégias de vendas – ampliar mercado; desenvolver coletivamente visitas e degustações locais e regionais; estabelecer parcerias com *trade*³ turística regional.

5.4 Cooperativismo na Extensão do Campus São Vicente do Sul

Com o objetivo de identificar atividades de extensão no Campus São Vicente do sul, elaboramos uma tabela, a seguir registrada, para identificar possíveis ações cooperativistas:

² É um conjunto de fatores, como solo, subsolo, relevo e drenagem do terreno, insolação, regime de chuvas, ventos e quaisquer outros fatores de natureza geológica ou climática que acabam por determinar o caráter de um vinho. Acesso em 24/03/2013 em <http://www.santaluzia.com.br/content.aspx?iddept=202&idContent=109&idContent2=200> Fonte: Associação Brasileira de Sommeliers – ABS.

³ O conceito de Trade Marketing entende que o [contato do consumidor com o produto e com o ambiente competitivo se dá no ponto-de-venda](#) e que a estratégia de marketing deve estar visível para o consumidor nesse espaço e nesse momento de decisão de compra. Acesso em 24/03/2013 em <http://www.andrehavro.com/2008/12/23/o-que-e-trade-marketing/> Por Andre' Havro.

Tabela 04 – Atividades de Extensão executadas em 2012, por eixos.

ATIVIDADES	PESSOAS ENVOLVIDAS	EIXOS TECNOLÓGICOS				OUTROS	VINCULAÇÃO AO COOPERATIVISMO
		RECURSOS NATURAIS	GESTÃO E NEGÓCIOS	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
Acompanhamento de Egressos	184					01	
Cursos de Extensão	22					01	
Projetos de Curta Duração	465	04		02		01	
Projetos de Longa Duração	2.800	03	02	01	01	07	02
Eventos de Natureza Científica e Tecnológica	3.706	04	05	08	03	08	
Projetos Sociais	3.135					29	
Visitas Técnicas e Gerenciais	247					06	
TOTAIS	10.559	11	07	11	04	53	02

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base no Relatório de Gestão do Câmpus São Vicente do Sul - 2011/2012.

Analisando a tabela acima, podemos primeiramente visualizar a participação de cada eixo nas ações de extensão. Na coluna “outras” estão atividades não ligadas diretamente ao objeto de estudo, ficando com a seguinte distribuição: 12,8% (11) atividades ligadas ao eixo de Recursos Naturais, 8,1% (07) Gestão e Negócios, 12,8% (11) Produção Alimentícia, 4,6% (04) Informação e Comunicação e 61,7% (53) com outras atividades relacionadas aos demais eixos ou projetos específicos.

Não consideramos, na totalização de atividades de extensão, as ações vinculadas ao Cooperativismo, pois são oriundas do eixo Gestão e Negócios, com enfoque direcionado especificamente para ações cooperativistas, como exemplificaremos a seguir. Assim, se considerarmos a proporção desse tipo de ação dentro da Extensão, será detectada uma participação de 2,3% (02) de todo o trabalho realizado no Câmpus, referente à integração/intercâmbio Instituição e Sociedade.

Pela relevância das ações cooperativistas realizadas nas atividades de extensão, conforme dados da Tabela 04, abordaremos os aspectos que entendemos serem mais relevantes para a análise do nível de aprofundamento e contribuição para a temática do presente trabalho.

O projeto FORTALECIMENTO DA VITIVINICULTURA NO MUNICÍPIO DE JAGUARI - RS teve, como objetivo, o fortalecimento da vitivinicultura no município de Jaguari, visando à melhoria tecnológica e mercadológica por meio da profissionalização e do estímulo ao associativismo. Para isso, foram trabalhadas especificamente questões como: estímulo ao associativismo; articulação entre agentes propulsores do desenvolvimento local (Prefeitura Municipal, entidades educacionais, fóruns de desenvolvimento locais e entidades de apoio); realização de capacitação mercadológica para os produtores; acompanhamento da implementação do Planejamento Estratégico da APROVIJA e realização viagens técnicas para troca de experiência e aprendizagem.

Esse trabalho buscou minimizar problemas encontrados na cultura da uva que apresenta menores índices de produção quando comparada a outros produtos da região. Porém, pela história da miscigenação étnica e cultural do local, fruto da colonização dos imigrantes italianos, alemães, húngaros e russos, entre outros, trata-se de uma atividade tradicional que costuma ser passada de geração em geração, sendo destaque no município.

Apesar da forte identificação do município com o plantio da uva e a produção de vinhos, comparado com outros municípios do Rio Grande do Sul (como os da Serra Gaúcha), Jaguari ainda apresenta baixa produção e vários problemas em aspectos relacionados à agregação de valor ao produto final. Por outro lado, considerando a região do Vale do Jaguari (RS), mesmo com o aumento de produtividade detectado no decorrer dos últimos anos, aos poucos a produção vinícola acabou perdendo espaço nos mercados, em razão dos problemas citados anteriormente e, ainda, pela concorrência dos vinhos chilenos e argentinos que entram na região.

Dessa forma, buscou-se articular o setor e promover o fortalecimento do associativismo, em busca de alternativas mercadológicas e melhoria tecnológica. O trabalho teve a articulação do Instituto Federal Farroupilha, apoiado pela Prefeitura Municipal de Jaguari, em reuniões realizadas diretamente com os produtores. Destacam-se como outras ações do trabalho, a elaboração, em processo participativo, do Planejamento Estratégico, que formaliza a visão do Grupo APROVIJA - Associação dos Produtores de Vinho-Uva do município de Jaguari – RS (criada em 2010) para se constituir na entidade impulsionadora da cadeia produtiva da Vitivinicultura no Vale do Jaguari, reconhecida, no Estado do RS, pela qualidade dos vinhos e seus derivados.

Com a intenção de acompanhar as atividades de impulsão da vitivinicultura na região, já formalizadas no Planejamento Estratégico da Associação, além de estimular o associativismo e a profissionalização do setor, a proposta do Projeto de Extensão visou

formalizar o apoio que o Instituto Federal Farroupilha, através de um grupo de professores e alunos, já realizava junto a APROVIJA. O trabalho proposto visou, ainda, contribuir com a formação dos alunos envolvidos, através da participação e elaboração de oficinas de trabalho e articulação estratégica junto aos produtores e entidades envolvidas, justificando o papel de Inserção e Desenvolvimento Regional do Instituto Federal Farroupilha.

Com isso, o trabalho esperava obter, como resultados, o aumento da produtividade e competências tecnológicas das vinícolas; o estabelecimento de estratégias mercadológicas; o aumento das vendas e estímulo ao consumo de vinhos; a profissionalização na gestão das vinícolas; auxílio na implementação do planejamento estratégico da APROVIJA; a inserção dos alunos extensionistas na realidade das empresas envolvidas, aproximando as teorias de gestão à realidade do setor; o fomento constante do processo de inovação nas vinícolas e a promoção de melhorias no espírito cooperativo entre os cooperados da Cooperativa Agrária São José Ltda., do município de Jaguari, RS.

Para que o trabalho fosse efetivado, previu-se a realização de reuniões técnicas, seminários, oficinas, diagnósticos, cursos e visitas técnicas, com participação de professores e alunos extensionistas, como: 1 – Realização de oficina para estimular o associativismo/cooperativismo junto aos cooperados da Cooperativa São José; 2 – Articulação de um seminário regional, em parceria com entidades de apoio à agricultura familiar, para discutir tecnologias e mercado vinícola; 3 – Realização de capacitação mercadológica aos produtores participantes da APROVIJA, para participação em Feiras; 4 – Realização de 10 reuniões (01 reunião mensal), para fins de priorização e acompanhamento das ações previstas pelo planejamento estratégico da APROVIJA; 5 – Realização de 02 visitas técnicas à Serra Gaúcha, para acompanhamento e *benchmarking*⁴ em cantinas e vinícolas; 6 - Planejamento e elaboração, em parceria com o curso de ADS no IF Farroupilha, de *sites* para a Cooperativa Agrária São José e APROVIJA.

O projeto, no decorrer de sua execução, registrou os seguintes resultados:

Foram em número de 10 as reuniões de articulação realizadas junto aos produtores, para tratar diferentes assuntos. Na reunião inicial houve a apresentação do Projeto aos produtores da APROVIJA, na qual foi observada a anuência e satisfação dos produtores em relação ao planejado no projeto respectivo, que teve a colaboração do Instituto Federal Farroupilha. Posteriormente, foram conduzidas discussões sobre a organização e preparação das viagens técnicas para a visita de vinícolas com mais experiência no ramo, bem como sobre o levantamento dos recursos necessários e elaboração de orçamentos, vislumbrando as demandas da execução do projeto, assim como as despesas de divulgação, por exemplo.

Nessas reuniões, foi discutida a necessidade da formalização de um convênio/parceria entre o Instituto Federal Farroupilha com a APROVIJA, com a finalidade de cobertura legal e regramento das responsabilidades de cada parte, o qual foi elaborado, aprovado e formalizado.

Durante as reuniões, foram discutidas as necessidades e possibilidades na diversificação dos produtos, inicialmente para a fabricação de suco concentrado. Quando aceita tal atividade, foi elaborado um plano de viabilidade financeira, bem como a revisão do plano estratégico, que abordava assuntos como a abertura da colheita da uva, realização de degustações em momentos determinados, como o Dia do Vinho e a Noite do Vinho, onde se realizava um curso e degustação para determinados públicos alvos.

Passaram pelas decisões dessas reuniões a definição de participação em seminários, feiras, obtenção de patrocinadores, apoiadores e realizadores. Organização detalhada do

⁴ É um processo contínuo de comparação dos produtos, serviços e práticas empresariais entre os mais fortes concorrentes ou empresas reconhecidas como líderes. É um processo de pesquisa que permite realizar comparações de processos e práticas "*companhia-a-companhia*" para identificar o melhor do melhor e alcançar um nível de superioridade ou vantagem competitiva. (Por Washington Sorio acesso em 24/03/2012 <http://www.guiarh.com.br/z59.htm>)

seminário, como elaboração de lista de convidados, recepção, estrutura física, na qual se começou a organização do I Seminário de Vitivinicultura do Vale do Jaguari. Assuntos inerentes à gestão dos produtores de vinho eram tratados nas reuniões de articulação.

No decorrer do processo, foram realizadas 02 (duas) visitas técnicas, uma à vinícola de Santa Maria (Dalla Corte) e uma a Dilermando de Aguiar (Quinta do Gama), para troca de experiências com os vitivinicultores da região central, que estão há mais tempo no mercado. Outra visitação foi realizada pelos Campus São Vicente do Sul e Jaguari às Vínícolas da APROVIJA, para apresentação das cantinas e da associação de alunos, e verificação da estrutura de vendas e recepção das cantinas.

A participação em eventos foi ferramenta indispensável para a apropriação de novos conhecimentos, troca de experiências e entendimento e aceitação da proposta do projeto.

Citamos alguns dos eventos, seminários palestras: participação no Seminário Safra 2011 – discussão da safra 2011, realizado pela EMBRAPA, com a presença de 50 pessoas, entre produtores e alunos; participação no VIII Seminário de Vitivinicultura da Metade Sul do RS (em Bagé), por produtores e o professor coordenador do projeto, com objetivo de qualificar todos os produtores da APROVIJA e articulação para o Seminário em Jaguari, RS; participação na IV Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSUL – JIC, com apresentação de resumo intitulado “Fortalecimento da Vitivinicultura do Município de Jaguari” e outro sobre o planejamento estratégico da Associação, intitulado “Afirmação da Estratégia: A experiência da Associação de Produtores de Vinhos e Derivados da Uva do Vale do Jaguari”, com publicação nos anais do evento; participação na 3ª Jornada de Iniciação Científica e 1ª Mostra de Extensão, onde foi apresentado o resumo intitulado “Fortalecimento da Vitivinicultura no Município de Jaguari”, resultando em publicação nos anais do evento; participação na II Mostra de Educação Profissional e Tecnológica – MEPT, com a apresentação do resumo intitulado “Fortalecimento: O caso da Vitivinicultura no Município de Jaguari” e outro com o título “Gestão Estratégica: O *case* da APROVIJA-RS”, também com publicação nos anais do evento; participação na IV Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul, com apresentação dos resumos “Associativismo: A experiência de uma Associação Vitivinícola do Vale do Jaguari” e “Gestão Estratégica: O *case* da APROVIJA-RS”, sendo publicados nos anais do evento.

Ainda, dentre as atividades de extensão e questão, está a organização do I Seminário de Vitivinicultura do Vale do Jaguari-Vitivinicultura, com palestras em áreas afins e realização de dia de campo; a participação em palestra realizada em parceria com o SEBRAE para capacitação em Feiras, com o objetivo de identificar oportunidades de negócios em feiras e exposições e qualificar os produtores (foram qualificadas 10 pessoas produtoras na ocasião); participação na Oficina sobre Associativismo e Cooperativismo, com palestra sobre associativismo e cooperativismo aos associados da Cooperativa Agrária São José e, logo após a palestra, aconteceu um jantar de confraternização entre os associados, com a presença de aproximadamente 100 pessoas.

Por fim, a realização de reunião de encerramento do projeto de extensão, com a apresentação e discussão, com seus integrantes, dos resultados atingidos e das perspectivas futuras para a APROVIJA. Nesse momento, foram entregues os certificados de participação a todos os integrantes da Associação.

Com esse projeto, alguns dos resultados discutidos foram: a formalização da associação; a elaboração do planejamento estratégico participativo; a compra de insumos, adubos e embalagens em conjunto; fortalecimento do capital social entre os associados; a melhoria da cooperação e confiança; a realização de viagens técnicas para visitar vinícolas do centro do RS; a organização e recebimento de visita técnica de alunos e professores do Instituto Federal Farroupilha-Campus Júlio de Castilhos; a elaboração de projeto de captação

de recursos com a intenção de estruturar os estabelecimentos da APROVIJA; a articulação de um seminário técnico, promoção de atividades e mini-cursos de degustação de vinho.

O projeto: ALAVANCAGEM COMPETITIVA NA COOPERATIVA AGRÁRIA SÃO JOSÉ–JAGUARI/RS, teve, como objetivos, o apoio ao processo de mudança organizacional, através do planejamento estratégico participativo, para alavancar a competitividade da Cooperativa Agrária São José. Para isso, trabalharam especificamente questões como: apoio à realização de comparativo estratégico da cooperativa com modelo de gestão bem sucedido; realização e análise de diagnóstico estratégico (análise *Swot*); apoio e organização do processo de planejamento estratégico participativo da Instituição; contribuição para a melhoria do fortalecimento da participação dos associados.

Esse trabalho, com objetivos equivalentes a outros projetos de extensão, também buscou viabilizar a minimização de problemas relacionados à cultura da uva no município especialmente porque se trata de uma atividade tradicional e de destaque, passada de geração a geração. Sabe-se, no entanto, que apesar da forte identificação local com as atividades de plantio de uvas e de produção vinícola, o município, comparado a outros, como os da Serra Gaúcha, tradicionais na produção e vinhos, ainda mantém uma produção relativamente acanhada. Persistem problemas relacionados à agregação de valor ao produto final e, com isso, mesmo aumentando a produtividade, acaba perdendo espaço nos mercados. Um fator agravante, nesse contexto, conforme já abordado anteriormente, é concorrência dos vinhos importados disponíveis no mercado regional.

Pelo conhecimento dessa realidade mencionada, o projeto buscou articular o setor produtivo e fortalecer o associativismo, buscando alternativas mercadológicas para a produção. O Instituto Federal Farroupilha, com o apoio da Prefeitura Municipal de Jaguari, integrou a equipe do projeto e participou ativamente das reuniões com os produtores. Os resultados obtidos destacaram a elaboração de um planejamento estratégico, com vistas a impulsionar a cadeia produtiva da Vitivinicultura no Vale do Jaguari e ampliar, pelo incremento da qualidade e apresentação dos produtos, o reconhecimento dos mesmos no Estado do RS e mesmo do País. O estímulo ao associativismo através de ações articuladoras junto aos produtores e entidades envolvidas foram objetivos atingidos pela execução do projeto em questão.

Assim, o trabalho buscou contribuir para a transformação da realidade da Cooperativa Agrária São José, que é composta por 58 associados, integrantes de 40 famílias, que têm seu sustento garantido pelos recursos oriundos das atividades comerciais dessa organização coletiva. A Cooperativa possui importante representação no setor e reconhecimento no Estado do RS como uma das cooperativas de maior sucesso na área vitivinícola, gerando relevante impacto econômico, social e cultural no município de Jaguari e região.

Porém, com o passar dos anos, identificou-se uma redução do número de associados, pouca motivação da nova geração em continuar com a atividade frente à reduzida rentabilidade do setor, fatores esses que motivaram a realização deste projeto. Também a necessidade de integração dos cooperados para a criação e estabelecimento de um plano de melhorias, traçando mudanças tecnológicas, de gestão e principalmente a forma de entender a cooperativa como premissa básica para o sucesso, foram questões do projeto.

Assim, espera-se que a realização de um planejamento estratégico participativo, baseado na cultura local e na forma de pensar dos cooperados, possa contribuir tanto para a melhoria da entidade, quanto na geração de renda da região, gerando impacto econômico através da inovação e gestão de qualidade. (PROJETO: ALAVANCAGEM COMPETITIVA NA COOPERATIVA AGRÁRIA SÃO JOSÉ – JAGUARI, RS).

Com isso, o trabalho esperou, como resultados, a melhoria na participação dos associados da Cooperativa nos processos decisórios; a integração entre os associados; a

melhoria na competitividade da cooperativa; a geração de um maior número de ocupações frente a possíveis projetos de expansão; a utilização do trabalho como oficina de aprendizagem para os alunos de gestão pública; a geração de produção científica, com resumos e artigos, relatando a experiência; a união dos demais pesquisadores de universidades sobre a Vitivinicultura da região; o fortalecimento dos laços Institucionais junto a Instituições de apoio e desenvolvimento regional.

Para a efetivação desse trabalho, previu-se, no rol de atividades a serem desenvolvidas, a realização de reuniões técnicas, estudos bibliográficos, seminários, oficinas, diagnósticos, cursos e visitas técnicas, com participação de professores e alunos extensionistas, como: 1 - realização de reunião junto aos cooperados da Cooperativa São José – comunicando o projeto e divulgando o trabalho a ser realizado/sensibilização; 2 – realização visita técnica à Cooperativas no estado do RS, com os mesmos moldes e modelo de gestão já instituído, que possam servir de modelo ao planejamento estratégico; 3 – realização de entrevistas e coleta de material bibliográfico para elaboração da Análise *Swot*, projetando oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos da organização; 4 –sensibilização ao planejamento estratégico, com a participação de um produtor de outra região de sucesso do RS; 5 – realização de treinamento do método de planejamento com alunos da Gestão Pública, formando equipe de apoio; 6 – realização de 03 reuniões para a formulação do planejamento estratégico participativo, junto aos associados da Cooperativa; 7 – validação e definição de prioridades e planos de ação para o planejamento, instituição de responsabilidades e busca de parcerias institucionais para a sua implementação.

O projeto foi desenvolvido no município de Jaguari-RS, utilizando as instalações do IF Farroupilha – Campus Jaguari, situado na localidade do Chapadão, 1º Distrito, com a participação dos associados da Cooperativa Agrária São José. Para o processo de elaboração do planejamento, foram realizadas reuniões técnicas, conduzidas por 04 (quatro) alunas de Gestão Pública, 01 (uma) aluna do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, do professor responsável pelo projeto e com a participação de 19 (dezenove) integrantes da Cooperativa, dentre eles associados, funcionários e membros da diretoria.

Foram realizados dez encontros. A dinâmica de trabalho foi, primeiramente, conhecer a realidade de uma Cooperativa no RS, com os mesmos moldes e modelo de gestão já instituído. Foi escolhida e visitada a Vinícola Garibaldi, do município de Garibaldi-RS. Após, foi realizado um Curso de Planejamento Estratégico Organizacional, com intuito de oferecer um treinamento do método de planejamento, com a participação de alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, a fim de formar uma equipe de apoio para auxiliar nas reuniões técnicas. Foram duas visitas e oito reuniões técnicas, com a finalidade de organizar o processo de planejamento estratégico participativo da entidade, com a elaboração da missão, visão, valores, análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, traçando objetivos e metas. O projeto foi encerrado com entrega do Relatório Final do Projeto de Extensão “Alavancagem Competitiva na Cooperativa Agrária São José – Jaguari-RS”, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus São Vicente do Sul/PROEX 2012.

Nesse relatório, foi apontado um dilema que tantos outros modelos cooperativistas sofrem, que é o de satisfazer seus associados, mantendo a competitividade. Para melhorar as condições de atendimento a essa necessidade, houve a conscientização da mudança de postura e a busca de novos mercados, tornando-se mais eficazes e aumentando o volume de vendas, com diminuição de custos pelo aumento considerável da escala de produtividade.

A Cooperativa em estudo apresentou muitos fatores favoráveis, dentre eles a tradição do vinho, o cenário de Jaguari, que integra a imigração italiana, entre outras, as instituições que hoje apoiam o projeto e a atual Diretoria, que entendeu essa necessidade de mudar para manter a segunda geração interessada na continuidade do negócio.

O projeto teve as seguintes conclusões elencadas abaixo.

Relacionado à participação, percebeu-se a aceitabilidade por parte dos associados, pela abrangência do trabalho junto à Diretoria da Cooperativa e de seus colaboradores. Até a terceira reunião foram percebidos fatores limitantes, gerados pela insegurança dos associados, que, entretanto, cederam lugar ao diálogo, tornando-se importante contribuição ao sucesso do projeto. Como os associados não tinham o hábito de compartilhar conhecimentos e tomar decisões conjuntas e criativas, tiveram suas vidas transformadas pela proximidade promovida pelas reuniões, sendo perceptível uma crescente integração à medida que as reuniões eram realizadas.

A visita técnica à Vinícola Garibaldi teve pontos positivos importantes, como a sensibilização dos associados pela apresentação da realidade das cooperativas das serra gaúcha, apesar da diferenciação que existe no cenário da aglomeração produtiva, além do fortalecimento dos vínculos entre eles, facilitando as definições para futuras reuniões.

As reuniões de planejamento serviram para conhecer o perfil dos cooperados no que tange à falta de momentos para este fim, provocando dificuldades em criar e pensar coletivamente, barreiras essas que foram sendo contornadas para um caminho mais promissor na gestão das idéias, enquanto outras reuniões iam acontecendo. Nesse contexto, apresentou-se um laboratório com experiências positivas vivenciadas pelos alunos, gerando uma interação entre a teoria e prática, enriquecendo o conhecimento de todos.

No âmbito das decisões e deliberações construídas ao longo do desenvolvimento do projeto, as mesmas, com a participação do grupo, foram pensadas em consenso com a Cooperativa, devendo ser validadas em assembleia geral, após o último encontro do grupo do projeto.

A execução do trabalho encontrou algumas limitações, como as dificuldades na obtenção dos dados, bem como na sua sistematização, não sendo possível quantificar os objetivos, tornando necessária a contratação de um consultor, sob a sugestão do professor coordenador do projeto. Sugestão aceita e que auxiliou, de maneira significativa, o sucesso do trabalho. A preocupação, nesse sentido, voltou-se para uma reorganização, principalmente na área financeira da cooperativa, possibilitando a análise e verificação dos investimentos necessários ao incremento da produtividade, aumento do volume de vendas e controle de custos.

Realizado o trabalho junto aos cooperados, ficou a sugestão de que, passados entre 08 a 12 meses, fossem retomados os trabalhos de planejamento para a definição dos caminhos a serem seguidos, bem como o estabelecimento de objetivos e metas norteadores da gestão, para um maior crescimento da Cooperativa.

5.5 Visão de Professores da Área de Gestão com Relação ao Cooperativismo

Como a finalidade de verificar a visão dos professores de áreas que mantêm relação com o cooperativismo, foram apresentados questionários a três professores, sendo que dois deles atuam em cargos de direção – Diretor de Extensão e Diretor do Departamento de Pesquisa e Inovação – e outro, que estava afastado para cursar Doutorado, é professor da área de agricultura, com especificidades em desenvolvimento rural e atuou, por algum tempo, no Núcleo de Projetos de Desenvolvimento para a instituição e região.

Registramos o entendimento relativo aos questionamentos:

2 - Quais elementos você entende que conduzem ao sucesso de associações rurais?

Entrevistado 01 - As associações rurais dependem essencialmente de três aspectos;

a) Capital Social: capacidade de através de relação de confiança e trabalho em conjunto, desenvolver e compartilhar ações. Esse aspecto é determinante para a longevidade da associação, pois o processo de formalização deve vir ao natural. Embora entidades educacionais e apoiadoras, incentivarem a formalização dessas organizações, esse processo deverá vir ao natural, amadurecendo conforme a melhora da confiança, liderança, trabalho em grupo de seus membros, tornando a formalização um estágio natural.

b) Gestão profissional: são dos momentos críticos de sucesso para as associações: o primeiro na decisão de formalizar e o segundo entender que a longevidade e perenidade depende de um processo de administração profissional, com divisão de tarefas, organização, liderança convicta e controles. Em função por vezes da falta de sustentabilidade econômica das associações, esse quesito fica sem aplicabilidade e resulta ao longo do tempo em perda de resultado para o associado.

c) Acesso a Tecnologia: ter produtos inovadores, estímulo contínuo a novos conhecimentos, proporcionam que as associações estejam permanentemente atualizadas e com possibilidade de ter produtos e serviços diferenciados.

Entrevistado 02 - Raízes históricas. O sucesso depende em grande parte da organização e proximidade dos atores, anteriormente a fundação das associações. Também ajuda no sucesso a definição de objetivos e metas claras, além das responsabilidades de cada um.

- As políticas públicas podem e devem servir de impulsionadoras das práticas associativas através da descentralização das decisões.

Entrevistado 03 - Objetivos em comum; motivação/participação; liderança; encontros regulares.

O primeiro apresentou três aspectos dos quais as associações rurais dependem: capital social, gestão profissional e acesso à tecnologia.

O segundo trouxe como fatores as raízes históricas, organização e proximidade dos atores, a definição de objetivos e metas claras, a definição das responsabilidades de cada um e as políticas públicas.

O terceiro e último considerou como elemento para o sucesso das associações rurais o trabalho em prol de objetivos comuns; motivação/participação; liderança; encontros regulares.

A outra questão referiu-se sobre:

3 - Qual a contribuição do currículo escolar para o desenvolvimento do cooperativismo no Câmpus São Vicente do Sul?

Entrevistado 01 - Os cursos de gestão pública têm pouca contribuição efetiva sobre o tema de associativismo e cooperativismo, abordagens nas disciplinas de economia e desenvolvimento local, abordam o tema como alternativa de emprego e renda ao produtor. As disciplinas de sociologia, planejamento público, seminários regionais, abordam as iniciativas que foram produtivas e obtiveram êxito, bem como os aspectos de sucesso.

Os cursos da área de recursos naturais, embora não apresentem na proposta de ensino, disciplinas específicas, auxiliam nas disciplinas de aplicação de tecnologias, irrigação, etc. Proporcionam acesso a alternativas tecnológicas.

Entrevistado 02 - Acredito que tem sido muito incipiente. A estrutura dos cursos e as práticas pedagógicas não contemplam a temática do cooperativismo de maneira explícita. Exceto por alguns eventos (seminários e palestras) a temática do cooperativismo quase não é discutida nos cursos da instituição.

Entrevistado 03 - Há disciplinas relacionadas à temática em que a ementa contempla aspectos do cooperativismo. Fica uma crítica quanto à inexistência de uma visão interdisciplinar, ou seja, onde outras disciplinas de outras áreas do conhecimento articulem a aplicação prática de tais conteúdos.

Nesse quesito, as respostas seguiram a mesma linha de raciocínio, sendo a temática abordada de maneira muito incipiente, onde não se encontra, de forma explícita, o Cooperativismo. Cursos de gestão pública, por exemplo, possuem contribuição pequena referente ao tema, com abordagens nas disciplinas de Economia e Desenvolvimento Local, com a discussão do assunto como alternativa de emprego e renda ao produtor; disciplinas de Sociologia e Planejamento Público, bem como seminários regionais, discutem iniciativas que se tornaram produtivas e obtiveram êxito.

Os cursos de recursos naturais mesmo não contemplando disciplinas diretas ao associativismo e o cooperativismo tem maior contribuição na área de ensino pela abordagem indireta dos conceitos, princípios e formas de cooperativismo em áreas correlatas. Salientam a falta de discussão institucional da temática.

Sentem a falta de articulação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, que poderia contribuir, de maneira relevante ao amadurecimento do sistema cooperativo, como alternativa ao desenvolvimento.

Seguindo o raciocínio da questão anterior, questionamos:

4 - Qual a contribuição da prática docente para o desenvolvimento do cooperativismo?

Entrevistado 01 - Trabalhos relacionados à área de extensão, característicos do campus, tem contribuição efetiva, pois geralmente o público alvo está relacionado às comunidades e associações existentes. O direcionamento das atividades de ensino para essas comunidades por representar a possibilidade de intervenção no meio rural de maneira a proporcionar acesso a novas tecnologias, são o impulso as associações.

Entrevistado 02 - Os docentes poderiam participar de formação pedagógica (para os interessados) em temas ligados a educação cooperativa, para que pudessem trabalhar com os alunos, pois são multiplicadores.

Entrevistado 03 - Da mesma forma, penso que só ocorrem ações pontuais nas disciplinas relacionadas à área do cooperativismo. Em disciplinas técnicas, por exemplo, tais ações ficam a desejar.

Nesse quesito, apesar de haver uma semelhança na interpretação sobre a contribuição docente ao sistema cooperativista, há manifestação distinta.

O primeiro aponta a realização de trabalhos na área de extensão inerentes ao perfil do Campus, que tem contribuição efetiva, considerando o fato de o público alvo geralmente ser oriundo das comunidades e associações existentes. Essas ações, consideradas as de ensino, representam a possibilidade de intervenção no meio rural, de maneira a proporcionar acesso a novas tecnologias, tornando-se mola de propulsão, as associações.

O segundo entende que os docentes deveriam participar de formações específicas a temas ligados à educação cooperativa, para ampliar a interação com os estudantes, com o objetivo de transformá-los em multiplicadores.

E o terceiro no mesmo sentido da questão anterior, se reporta à superficialidade com que são tratados os temas dessa natureza, caracterizando-se insuficientes frente à complexidade da temática.

E, por último, perguntamos:

5 - Quais as possibilidades de contribuição da extensão para o desenvolvimento do cooperativismo?

Entrevistado 01 –

- a) Melhora da escolaridade, por meio de cursos de extensão;
- b) Projetos sociais e de inclusão social;
- c) Fomento ao fortalecimento das associações, pela qualificação na área de gestão;
- d) Projetos de incentivo a práticas esportivas e culturais, fortalecendo o meio rural;
- e) Iniciativas de apoio tecnológico (serviços), por meio de projetos de fortalecimento de associações e atividades específicas (agroindústria, cadeia leiteira, vitivinicultura, bovinocultura, ovinocultura, etc)
- f) Projetos de apoio e cuidado ambiental e legislação sanitária.

Entrevistado 02 - A extensão tem papel fundamental no desenvolvimento do cooperativismo, mas, para tanto, deveria ser estimulada a criação de um núcleo de apoio às cooperativas e ao associativismo, ou linhas de extensão com financiamento. Também, poderiam ser organizados eventos com as cooperativas da região, ou com a OCERGS (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul).

Entrevistado 03 - Penso ser uma estratégia de 3 vias:

- estará fortalecendo experiências coletivas para o desenvolvimento da região;
- é um laboratório para o aluno vivenciar, na prática, o cooperativismo, e, com isso, consolidar seus conhecimentos sobre o tema;
- contribui para o estabelecimento de uma cultura de coletividade internamente ao câmpus e que, com o tempo, através das ações desenvolvidas, pode se irradiar para a região.

Existem, para essa questão, pontuações semelhantes com alternativas distintas, porém correlatas, para que a extensão gere contribuição ao cooperativismo.

O primeiro apresentou pontos necessários à consolidação dessa contribuição ao tema, como: melhora da escolaridade por meio de cursos de extensão; projetos sociais e de inclusão social; fomento ao fortalecimento das associações pela qualificação na área de gestão; projetos de incentivo a práticas esportivas e culturais, fortalecendo o meio rural; iniciativas de apoio tecnológico (serviços), por meio de projetos de fortalecimento de associações e atividades específicas (agroindústria, cadeia leiteira, vitivinicultura, bovinocultura, ovinocultura, etc.); projetos de apoio e cuidado ambiental e legislação sanitária.

O segundo retrata a extensão com papel fundamental ao desenvolvimento do cooperativismo, mas apresenta, como condição, a criação de um núcleo de apoio às cooperativas e ao associativismo, assim como a criação de linhas na extensão com financiamento e o estabelecimento de parceiras para a organização de eventos com entidades regionais da área ou com a OCERGS - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul.

E o terceiro sugere três ações estratégicas para a consolidação desse assunto, voltadas ao fortalecimento de experiências coletivas para o desenvolvimento da região; para uma

atuação em caráter de laboratório, no qual o aluno possa vivenciar o cooperativismo, consolidando seus conhecimentos sobre o tema e, ainda, à contribuição para o estabelecimento de uma cultura de coletividade, inicialmente no contexto interno do Câmpus, de forma que, através das ações desenvolvidas, possa irradiar-se, mais adiante, para toda a região.

6 CONCLUSÃO

De acordo com as informações constantes neste trabalho, relativas às ações de ensino, a TABELA 02 – “Abordagem do Cooperativismo no Ensino por Eixos Tecnológicos”, foi possível verificar que essa temática não vem sendo trabalhada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, o que classificamos, quanto à forma, como “inexistente”. Essa classificação se deu pela constituição das bases dos projetos de cursos de cada eixo, nas quais não se encontram acepções quanto ao tema do cooperativismo. Tampouco se menciona esse tema como uma necessidade frente à característica socioeconômica predominante do cenário regional.

Assim, não se pode permitir que voltemos aos tempos passados, onde “[...] a educação constituiria um dos principais dispositivos através do qual a classe dominante transmitia suas ideias sobre o mundo social, garantindo assim a reprodução da estrutura social existente” (MOREIRA e SILVA, 2009, p. 21)

Se a sociedade necessita do apoio de uma Instituição de Ensino, conforme a visão de professores da área do cooperativismo, quando mencionam que as ações de ensino representam a possibilidade de intervenção no meio rural, propiciando o acesso a novas tecnologias e servindo de mola propulsora ao desenvolvimento, isso aumenta mais ainda a necessidade de cursos voltados ao atendimento das demandas socioeconômicas de sua região de abrangência.

Nesse sentido, os PPC's analisados possuem, em seu cerne, vertentes que levariam facilmente a trabalhar a temática de maneira interdisciplinar, como sugerido anteriormente, nas visões dos professores. Isso posto, tem-se que pensar em agregar, nos cursos, cadeiras específicas para abordagem das concepções do cooperativismo, para que haja o conhecimento e o interesse nessa área, para a sua aplicação prática.

Como discutiremos a seguir, temos bons trabalhos na área de extensão, cuja realização trouxer benefícios ao setor. Entretanto, ao analisarmos o quantitativo de estudantes envolvidos, chegamos a um percentual muito baixo em relação ao todo institucional. Isso não significa que tais ações não tenham importância, pois os trabalhos efetuados, ao contrário disso, contemplam a visão cooperativista e empreendedora através de uma política institucional refletida nos cursos. Esses projetos de extensão e de pesquisa poderiam, no entanto, ser desenvolvidos em maior número maior e contar, ainda, com uma maior participação da comunidade acadêmica.

Ao falarmos nas ementas das disciplinas, essas não dissociadas dos projetos de curso, entende-se que há a necessidade de articulação entre ambos, para que haja benefícios reais de suas discussões individuais, numa contextualização maior que é a conjugação dos conhecimentos pelos estudantes, os quais devem apropriar-se dos mesmos de forma articulada, aprimorando o aprendizado e viabilizando seu sucesso profissional.

As ementas trazem, de forma pouco incisiva, a discussão sobre o tema do cooperativismo e associativismo. Porém, quando classificada, a abordagem do assunto, como “superficial”, não significa pormenorizar a qualidade do que está sendo estudado em sala de aula e em cada disciplina. Essa classificação indica o grau de discussão do tema, o qual, perante suas peculiaridades e complexidades, se faz necessário de uma forma mais abrangente e detalhada. Com isso, voltamos a frisar que somente uma disciplina acrescida ao curso não altera sua intensidade de aplicação do mundo externo à instituição. A associação dos diferentes conhecimentos ligados ao assunto é imprescindível para a transformação dos futuros profissionais e também da realidade local e regional.

Como o foco deste trabalho está voltado ao meio rural, surge o questionamento do porque inserir na pauta de discussões, eixos como o da produção alimentícia e da informação e comunicação. Temos que, além dos recursos naturais ligados diretamente ao meio rural e à gestão de negócios possuírem íntima ligação com as organizações cooperativas, da mesma forma os outros eixos podem estreitar seu relacionamento com a temática do Cooperativismo. Na produção alimentícia, por exemplo, há uma forte ligação com a transformação da produção agropecuária. Já no eixo da informação e comunicação, esse pode servir de suporte a soluções tecnológicas necessárias à agilidade na geração de informações, bem como confiabilidade e segurança na gestão dessas entidades.

Por esse viés, podemos dizer que nas práticas pedagógicas, ementas e projetos de cursos temos, mesmo que de forma superficial, condições de conduzir algumas áreas para a contemplação, de maneira integrada, de assuntos como: Sociologia e Extensão Rural; Administração Rural; Gestão Ambiental; Agroecologia; Gestão e Economia Rural; Projetos Agropecuários; Empreendedorismo; Seminários sobre Experiências em Desenvolvimento Regional; Estado e Sociedade, Políticas de Desenvolvimento Econômico; Gestão de Políticas Públicas, entre outros citados anteriormente.

Ainda com relação às práticas pedagógicas, trazemos o posicionamento de um dos professores que se manifestaram sobre a sua visão do cooperativismo. Segundo sua visão particular, os docentes deveriam participar de formações específicas a temas ligados à educação cooperativa, para ampliar seus horizontes frente à temática e gerar melhor interação com seus alunos, em discussões com maior embasamento teórico e técnico.

Relacionado aos estágios, apesar de haver um percentual considerável - 15% - do total de alunos da instituição que realizam estágio em cooperativas, é necessário atentar às proporções, desse universo, relativas às atividades desenvolvidas, onde: somente 12,4% têm alguma relação com ações cooperativistas; apenas 1,86% de toda a população acadêmica interage, durante o estágio curricular, de forma prática com a temática, tornando-se, pois, um número praticamente inexpressível. Contudo, a classificação de “superficial”, ainda que em número tão baixo na participação, ressalta que há a procura por esse tipo de organização, cabendo, no processo de ensino, incentivar os estudantes em relação ao tema, tornando o mesmo uma parcela fundamental no âmbito das atividades desenvolvidas durante o período de estágio.

Quando falamos em “parcela fundamental” isso não significa que as demais atividades técnicas ligadas ao curso de formação devam sejam deixadas de lado. Somente entendemos que deve haver uma complementação das atividades, a fim de tomar conhecimento prático dessas ações.

Relativamente às constatações da Extensão, cabe ressaltar que esse segmento institucional tem como objetivo externar os conhecimentos gerados pela pesquisa, já consolidados e discutidos em sala de aula. Porém, para que se obtenha êxito nesse processo, ele não pode ser meramente uma via de transmissão do conhecimento por parte da instituição extensionista. Deve, sim, ser o canal de recepção dessas informações para torná-las práticas e melhorar a qualidade de vida, seja de produção ou qualquer outro fator em questão, nesse caso específico, na busca de melhoria na qualidade de vida mediante o desenvolvimento rural. Esse processo, se bem recebido, aumenta as probabilidades de sucesso após a conclusão de um projeto. Necessita, também, levar em conta o processo de troca de conhecimentos e necessidades, observando-se o contexto no qual está inserido, para, assim, estabelecer parâmetros de fluxo do conhecimento. E, dessa forma, o extensionista segue em busca de suprir as dificuldades do setor em estudo.

Anteriormente, a visão sobre a extensão era a movimentação da Instituição para o seu meio externo, a fim de suprir necessidades existentes no meio. Entretanto, o procedimento, na verdade, volta-se à abertura das portas para a livre circulação do meio externo da Instituição e

vice-versa, gerando novas discussões e pesquisas sobre problemas ainda não estudados. Nesse momento, se reforça a premissa da articulação entre a pesquisa e a extensão. E nesse aspecto, temos, no Câmpus São Vicente do Sul, dois bons exemplos que abordamos: projetos de extensão. A execução dos projetos mencionados no decorrer da pesquisa levou em consideração as metodologias e estratégias existentes para a transformação ou melhoria da situação socioeconômica de um setor. Considerando as peculiaridades existentes no grupo, respeitando seus pontos de vistas e conhecimentos gerados pela prática diária, consolidaram uma interessante metodologia de atuação Institucional perante a comunidade externa regional.

Dentro do enfoque deste trabalho, o grau de atuação do projeto em cooperativas foi altíssimo, com abordagem direta de atividades cooperativistas, como organização, gestão, princípios e melhoria na qualidade de vida dos cooperados. Contudo, no aspecto educacional interno, se considerarmos o corpo discente atuante, este é bem reduzido diante da população da Instituição.

Aqui, reforçamos mais uma vez a necessidade de adequação dos PPC's, contemplando, de forma mais aprofundada, a temática do cooperativismo e associativismo, aliadas às disciplinas de empreendedorismo, gestão e formação cidadã, conduzindo os estudantes a transitarem por essa área tão importante ao desenvolvimento econômico regional e com um cunho social significativo pela transformação da realidade social e econômica de muitas famílias.

Dessa forma, caberia o fomento à execução de um maior número de projetos dessa natureza e com esse perfil de atuação, de forma a envolver um maior número de estudantes aliados à participação contínua dos produtores rurais da região, bem como maior articulação desse sistema com a pesquisa e o ensino.

Da mesma forma, a pesquisa precisa tomar mais espaços com relação ao tema, tendo em vista que identificamos somente um projeto dessa natureza. Cabe ressaltar, no entanto, a qualidade da atuação no ramo em estudo, complementando-se com os demais trabalhos de extensão. A pesquisa é uma área em busca de soluções para os problemas existentes na sociedade, configurando-se, portanto, em uma importante ferramenta para a identificação e contribuição à solução dos problemas existentes na área rural, caso em discussão.

Ao saber da existência de uma política governamental passada, relativa à constituição e manutenção de cooperativas-escolas nos antigos colégios agrícolas, que posteriormente passaram por transformações, como: Escolas Agrotécnicas, Centros Federais de Educação Profissional e atualmente Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, buscamos conhecer particularmente o contexto e a trajetória do Câmpus São Vicente do Sul do IF Farroupilha, nesse aspecto.

Para encontrarmos essas respostas, contatamos com o professor responsável pela missão de implantação e acompanhamento do funcionamento da Cooperativa-Escola da então Escola Agrotécnica Federal, e também com o Diretor Administrativo que vivenciou parte dessa história. Tais contatos permitiram tomarmos conhecimento de como se deu a constituição da Cooperativa, o andamento de suas atividades e o seu encerramento. De posse dessas informações, surgiu outro questionamento, relacionado ao porquê de não manter ou reestruturar uma nova Cooperativa-Escola, de forma a constituir um laboratório de vivências das práticas desse tipo de organização.

Ao discorrer sobre os dados coletados, algumas implicações surgem em meio aos benefícios oriundos da manutenção dessa forma de desenvolvimento de ações prático-pedagógicas. Exemplo é a fala do Professor-Coordenador, quando afirmou que a adesão dos estudantes à Cooperativa-Escola era de cunho obrigatório, ou seja, representava uma contradição aos princípios cooperativistas, que determinam a livre adesão, voluntária, assim como a sua saída da associação. Essa informação foi contrariada pela resposta do Diretor Administrativo, porém com o relato de que não havia certeza na colocação feita. Essa

divergência de informações e inexatidão do segundo entrevistado induziu-nos a utilizarmos as informações de quem realmente participou da sua fundação.

Considerando a possibilidade de recriação da Cooperativa-Escola no âmbito do Campus São Vicente do Sul, salientamos a importância de uma contextualização e sensibilização prévia, junto aos estudantes, do funcionamento e benefícios da ação cooperativa. Somente então se poderia fomentar a adesão e participação dos mesmos nesse modelo organizacional, ou seja, uma construção que demandaria longo tempo. Outro procedimento necessário seria a mudança da política governamental que tornava obrigatória a constituição das cooperativas, quando, na verdade, essa deveria ser uma ação norteada pelo princípio da livre adesão.

Os problemas enfrentados não se encerram aqui. Há outros de igual relevância, como por exemplo, os impedimentos legais e as dificuldades de operacionalização, somados à insuficiente geração de recursos necessários à sua manutenção e à remuneração dos associados, de acordo com o exposto pelos entrevistados.

Levando-se em conta a sua finalidade (educar dentro dos princípios cooperativistas), caberia maior discussão e organização entre as Instituições Federais de Ensino Profissional para o estabelecimento de um modelo de gestão aplicável na modalidade de laboratório educacional, bem como a adequação da legislação junto aos órgãos competentes, a fim de autorizar e regulamentar o seu funcionamento.

Importante retomarmos a visão explicitada pelos professores da área com relação ao cooperativismo, onde relatam diversas situações e sugestões para a efetivação das ações dessa natureza. Ao analisarmos as colocações dos entrevistados, entendemos que há a necessidade de agregar alguns dos posicionamentos mencionados, com destaque para:

- Criação de um núcleo de apoio às cooperativas e ao associativismo, congregado as ações como desenvolvimento da capacidade, de através de relação de confiança e trabalho conjunto;

- Desenvolvimento e compartilhamento de ações para qualificação da gestão;
- Promoção do acesso a novas tecnologias;
- Identificação e desenvolvimento de lideranças, entre outros.

As discussões, no decorrer do trabalho, tiveram a função de esclarecer conceitos referentes ao cooperativismo, desenvolvimento rural, trajetória histórica da Rede Federal de Ensino Profissional e a caracterização e contextualização do objeto de estudo - o Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha.

No âmbito do Cooperativismo, apresentamos os aspectos inerentes à contextualização histórica para a formulação de uma visão dos componentes desse setor, buscando conhecimento e compreensão de sua história, suas particularidades e outros aspectos relevantes para, então, podermos abordar a sua conceituação e caracterização, assim como identificar os princípios que regem essa atividade.

Para apresentar justificativas plausíveis quanto ao cooperativismo como ferramenta alternativa para o desenvolvimento rural, foram questionados aspectos de sua atuação no Brasil, onde evidenciamos a existência de uma política governamental que obrigava a instituição de cooperativas-escolas como instrumento pedagógico e prático no âmbito da Rede Federal de Ensino Profissional, à época Colégios Agrícolas. Nesse mesmo panorama foi discutida a realidade do Câmpus São Vicente do Sul (denominação atual da antiga Escola Agrotécnica Federal), para fins de conhecermos a forma de atuação e funcionamento do sistema organizacional em questão. Por esse prisma, buscamos trabalhar os conceitos, vantagens e implicações do desenvolvimento rural no âmbito socioeconômico regional, para justificar a necessidade de possíveis adequações institucionais em prol de uma ferramenta de transformação social e econômica.

Aliada ao estudo do cooperativismo foi procedida abordagem sobre a evolução histórica da Educação Profissional no País, a fim de compreendermos os motivos que levaram a constar, na lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como finalidades dessas instituições, a realização e estímulo às ações cooperativistas. Assim, ao estudarmos a evolução do ensino profissionalizante percebemos que historicamente o mesmo era implantado para atender demandas de mão-de-obra para os grandes proprietários de terras e indústrias. Esse cenário, apesar das muitas transformações por que passou ao longo dos anos, ainda deixa implícita a continuidade das políticas educacionais no sentido de suprir a falta de mão-de-obra no mercado.

Nos últimos anos, a preocupação com aspectos sociais, e não somente econômicos, começa a emergir nas políticas públicas. No caso dos Institutos Federais, o tema do cooperativismo surge como fator de alteração da ordem social, onde pessoas de atividades assemelhadas unem forças para sair de um estágio de subsistência e partir rumo à melhoria da qualidade de vida e da renda.

Para a compreensão e conhecimento do perfil dos proprietários rurais, trouxemos ao estudo o referencial sobre pluriatividade, onde se constata que o desenvolvimento, no meio rural, de atividades puramente agrícolas, na maioria dos casos não é suficiente para o atendimento das necessidades familiares, forçando a busca de alternativas para fins de complementação da renda, garantindo a sua subsistência. O caso do município de São Vicente do Sul não diverge da região de sua inserção, o que nos leva a considerar projetos de extensão aliados ao ensino e à pesquisa para identificação desses problemas e gerar trabalhos que contribuam para a transformação dessa realidade, dignificando ainda mais a vida de pessoas nessas condições.

A partir desse contexto é que surgiu o presente trabalho, que objetivou identificar as possíveis interferências do Câmpus São Vicente do Sul nas questões cooperativistas de sua região de atuação, interferências estas resultantes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os caminhos da pesquisa delinearam-se, então, a partir do conhecimento da realidade do Câmpus São Vicente do Sul e da sua atuação em aspectos ligados ao cooperativismo, tendo por base o referencial teórico da evolução histórica e do seu perfil institucional. Para podermos atingir os resultados esperados, trabalhamos com questões específicas, capazes de induzir à compreensão das partes e a construção de um entendimento palpável quanto à participação efetiva do Câmpus São Vicente do Sul em atividades relacionadas à temática do Cooperativismo, no âmbito da tríade: ensino, pesquisa e extensão.

No ensino, elegemos os eixos de atuação que poderiam contribuir ao desenvolvimento das questões temáticas, em suas atividades, sendo eles: Recursos Naturais, Gestão e Negócios, Produção Alimentícia e Informação e Comunicação. Estudamos a composição do projeto pedagógico de cada curso dos eixos citados e percebemos que nenhum deles registrava, em suas concepções, a abordagem do cooperativismo de forma categórica, ou seja, como alternativa ao desenvolvimento econômico rural. Por outro lado, em seus objetivos de formação e no perfil profissional do egresso, encontramos a preocupação explícita com a formação de indivíduos dotados de capacidade crítica, de autonomia intelectual e atuação ética, preocupados com a solução de problemas técnicos, sociais e ambientais.

Nessa concepção, percebemos a formação de um profissional com competências e comprometimento importantes para a interferência em questões sociais, econômicas e ambientais, aliadas a um perfil empreendedor, que proporciona condições à busca de novas soluções para problemas recentes, identificados na sociedade.

As disciplinas dos cursos, diferentemente do PPC's, continham, em suas ementas, alguns aspectos que, se não ligados diretamente ao cooperativismo, abordavam assuntos inerentes ao sistema organizacional em questão, como por exemplo, as disciplinas de

sociologia, gestão, economia e projetos. Outras ementas, ainda, propunham o desenvolvimento da temática em meio aos demais assuntos relacionados ao seu objetivo principal.

No decorrer do processo de estudo, visualizamos o estágio curricular como outra forma de fomento às práticas cooperativistas. Buscamos informações no sentido de quantificar o número de alunos que realizou, no espaço temporal definido para a pesquisa, estágios em Cooperativas e também, nessa amostra, quais exerceram efetivamente, durante o estágio, atividades voltadas à concepção do tema. O levantamento realizado não desconsiderou o avanço em termos alunos buscando esse tipo de entidade, porém permitiu constatar um percentual baixíssimo de atuação dos estagiários em questões puramente cooperativistas, tornando-se ineficaz para o objeto de estudo.

Na extensão e na pesquisa encontramos uma significativa melhora no que interpretamos como ações ligadas ao desenvolvimento do cooperativismo. Essa melhora traduz-se pelos projetos executados e apresentados anteriormente, com forte atuação em questões e problemas identificados, formando um laboratório prático para os estudantes interessados na área. A forma como foram desenvolvidos os projetos desses segmentos pode ser considerada uma importante base para futuros projetos e programas que venham a ser desenvolvidos, mediante a implantação e aprimoramento de uma política institucional de fomento a tais práticas.

A discussão relativa à atuação da Cooperativa-Escola no antigo CEFET-SVS, oriundo da transformação da Escola Agrotécnica Federal, abordou aspectos relativos ao seu funcionamento, entendido como uma forma interessante para o desenvolvimento do espírito cooperativista e para a construção do conhecimento das práticas realizadas nesse setor. Contudo, para que essa forma pedagógica possa ser retomada, são necessárias algumas ações prévias, como a elaboração de uma proposta de funcionamento interligada à instituição de ensino, de forma a não ferir os princípios da administração pública quanto à aplicação de recursos e transparência de suas ações. Somente então poderíamos partir para uma articulação frente ao Legislativo, no âmbito das instâncias competentes, para a reformulação de legislação aplicável no contexto da Educação Profissional.

Por fim, propomos algumas adequações nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão para os cursos do Câmpus São Vicente do Sul, de forma a atender as finalidades determinadas para os Institutos Federais em relação ao cooperativismo, como:

- Inserção da disciplina de cooperativismo nas matrizes curriculares dos cursos dos diferentes eixos em funcionamento na Instituição, para a construção do conhecimento das concepções cooperativistas, como sua formação, princípios e benefícios sociais e econômicos;
- Promoção da interdisciplinaridade nos conhecimentos afins ao tema, de forma a correlacionar os diferentes assuntos com o objetivo de formar os estudantes em caráter pleno na sua profissão;
- Viabilização de programas de formação específica aos docentes, considerando temas ligados à educação cooperativa;
- Fomento à participação do corpo discente em projetos de extensão e pesquisa com enfoque no cooperativismo;
- Realização de estudos sobre a viabilidade de recriação da Cooperativa-Escola, observando-se os aspectos legais e procedimentais, de acordo com os princípios da administração pública;
- Criação de um núcleo de apoio às cooperativas e ao associativismo;

Dessa forma, atingidos os objetivos do trabalho de pesquisa, encerramos as considerações sobre a realidade conhecida, esperando que sua efetivação possa de alguma forma contribuir para a realização de adequações nos processo de ensino, extensão e pesquisa,

a fim de ofertar, à comunidade acadêmica e aos diferentes atores da economia e sociedade local e regional, ferramentas de transformação da realidade em que vivem.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Maria Helena Camara Bastos e STEFHANOU, Maria. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**: Vol. III – Século XX, 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do Cooperativismo no Brasil**: DENACOOOP em ação. Brasília: MAPA, 2006.

_____, Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. [s.l.]:[s.n.], 2006. Disponível em: http://www.agenda2020.org.br/arquivos_PropostaAnexos/93Arquivo_EDUC_15_Educacao_Profissional.pdf. Acesso em 08/01/2013.

BUTTINGER, Danieli. **A Inserção da Extensão no Instituto Federal Farroupilha–Campus São Vicente do Sul**. In Seminário de Extensão Universitária da Região Sul; extensão, memória e patrimônio, 30, 2012.

CALDEIRA, Álvaro Cunha. **O cooperativismo como estratégia de negócios**. 2006. 142 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção – Universidade Paulista, São Paulo, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e Sustentabilidade**: Base conceitual para uma nova extensão rural. In World Congress of Rural Sociology, 10., 2000. Disponível em <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>. Acesso em 15/02/2013.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**, 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, processo e prática**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COSTA, Sebastião de Jesus. **O ensino do cooperativismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2011. 62 f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

DONADEL, Nelci José. **Expectativas Profissionais dos Alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio da Área de Agropecuária do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS**. 2010. 41 f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: Primeiras Lições**. Brasília: SESCOOP, 2004.

GENNARI, Emilio. **Um breve passeio pela história da Educação**. Disponível <http://www.espacoacademico.com.br/029/29cgennari.htm>. Acesso em 10/06/2010.

GOMES, Cândido Alberto. **A Educação em Novas Perspectivas Sociológicas**, 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2005.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. *Site* Institucional. 2013. Disponível em: www.iffarroupilha.edu.br. Acesso em: 14/02/2013.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MATTOS, Ely José de e SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade no Meio Rural Gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. In Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2. Porto Alegre, 2006. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/publicacoes/vol2/n1_2/pag6.pdf. Acesso em: 05/02/2013

MIRANDA, Denise de. **Associativismo Rural, agroindústria e intervenção: Estudo de caso em uma associação de produtores familiares**. 1998. 202 f. Dissertação de Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento – Universidade Federal Lavras, Lavras, 1998.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, Fernando C. Prestes e VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. **Teoria Geral da Administração**. 3ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

NEUMANN, Pedro Selvino; SILVEIRA, Laurício Bighelini. **Influência da Pluriatividade nos Estabelecimentos Familiares Rurais em São Vicente do Sul – RS**. In Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/280.pdf>. Acesso em: 12/02/2012

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro: Uma História**. Ribeirão Preto, SP: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes; SOUSA, Antonia de Abreu. **Educação Profissional: Análise Contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

PERLIN, Nadia Maria Covaleski. **Português para quê, se o objetivo é ser técnico?: Desafios para trabalhar a disciplina de Língua Portuguesa no ensino agrícola**. 2010. 44 f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

PERLIN, Renan Covaleski. **O Papel do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na Promoção do Desenvolvimento das Agroindústrias do Município de**

Jaguari – RS. 2011. 67 f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BAUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSA, Luiz Marino Pinto da. **A interdisciplinaridade na Rizipiscicultura:** uma experiência pedagógica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul, RS. 2010. 54 f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

SCHNEIDER, O. **O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável.** Santa Maria: Extensão Rural/UFSM, Ano 08, nº 01, p. 63 – 98, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro:** características e perspectivas para investigação. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>. Acesso em: 05/02/2013.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. **Institutos Federais - Lei 11.892 de 29/12/2008:** Comentários e Reflexões. Brasília: IFRN, 2009.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: **Seminário de Pesquisa na Região Sul,** 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: 05/01/2013

WICKERT, Silvino. **Associativismo e Cooperativismo para Produtores Rurais.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007.

8 ANEXOS

Anexo I – Número de alunos por curso nos exercícios 2008 a 2012

Tabela 05: Número de alunos por curso nos exercícios 2008 a 2012

E	MODALIDAD	CURSO	NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS							
			08	2009	2010	2011	2012	201		
	Ensino Médio	Ensino Médio	2	23	1	12	9	52		
				59	9	8				
Médio	Integrado Nível	Curso Técnico em Agropecuária		0	8	7	11	1	175	
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática		0	0	0	0	0	63	
		Técnico Informática		50	2	8	94	1	9	49
	Concomitante	Técnico em Agricultura		80	2	5	26	0	0	
		Técnico em Zootecnia		74	2	4	17	0	0	
		Curso Técnico em Agricultura	3	11	01	1	94	11	1	99
		Curso Técnico em Alimentos		46	1	6	58	1	6	43
Técnicos Subsequentes		Curso Técnico em Informática		85	07	1	11	9	8	59
		Curso Técnico em Secretariado		64	2	7	58	2	6	55
		Curso Técnico em Zootecnia	8	12	12	1	10	9	6	57
		Curso em Biocombustível		0		0	23		0	0
PROEJA		Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA		12	6	4	25	5	1	0

	Técnico em Vendas Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA	0	0	30	1	2	18
Cursos Superiores	Tecnologia em Irrigação e Drenagem	26	9	3	12	3	45
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	10	55	1	4	93
	Tecnologia em Gestão Pública	0	6	3	10	3	121
	Licenciatura em Ciências Biológicas	0	6	3	72	2	114
	Licenciatura em Química	0	0	0	0	8	56
Pós Graduação <i>Latu Sensu</i>	Políticas Públicas	0	0	25	1	2	25
	Ciências Agrárias	0	0	24		0	15
Programa Especial	Formação Pedagógica	0	0	4	0	0	0
Formação Inicial e Continuada – PROEJA-FIC	Curso de Panificação	0	0	9	11	9	88
Ensino Distância	^a Técnico em Secretaria Escolar	0	0	0	0	0	313
SUBTOTAL		011	1.	.218	1	394	1.
Matrículas de Estágio		5	12	08	5	3	15
TOTAL		136	1.	.726	1	547	1.
							40
							29
							1
							1
							64

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado no Relatório de Matrículas 2008 a 2012 do Setor de Registro Escolares do IF Farroupilha - Câmpus São Vicente do Sul, RS, 2013.

Anexo II – Projetos de de Curta Duração de Extensão/2012 – Câmpus São Vicente do Sul

Tabela 06: Projetos de Curta Duração de Extensão/2012 – Câmpus São Vicente do Sul

PROJETOS DE CURTA DURAÇÃO	DIMENSÃO EXTENSÃO	DA
Manejo de Ovinos		
Curso de Capacitação		
Curso de Jardinagem e Olericultura destinado a pessoas com necessidades especiais		
Leite de qualidade: boas práticas na produção e obtenção		
Curso básico de processamento de leite e derivados e boas práticas de fabricação – BPF		Cursos de Extensão
Manejo nutricional de bovinos		
Manejo nutricional da vaca leiteira		
A construção de uma espiral de ervas medicinais como forma de necessidades especiais		
Qualidade Higiênico-sanitária de estabelecimentos que comercializam alimentos em São Vicente do Sul – RS		

Fonte: (BUTTINGER, 2012, p. 4)

Anexo III – Projetos de Longa Duração de Extensão/2012 – Câmpus São Vicente do Sul

Tabela 07: Projetos de Longa Duração de Extensão/2012 – Câmpus São Vicente do Sul

PROJETOS LONGA DURAÇÃO	DIMENSÕES DA EXTENSÃO
Projeto Brigada Mirim	Projetos Sociais
Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari: Incentivo à Educação do Campo	Empreendedorismo e Cooperativismo
Prevenção de acidentes com animais peçonhentos no município de São Francisco de Assis, RS	Projetos Ambientais
BIT de Inserção Social	Projetos Sociais
Cineclube Viração - Compartilhando cultura e conhecimento através do audiovisual	Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos
Qualificação dos Espaços de Comercialização de Circuito Curto na Região de Abrangência do Campus São Vicente do Sul	Empreendedorismo e Cooperativismo
Alavancagem competitiva na Cooperativa Agrária São José – Jaguari – RS	Empreendedorismo e Cooperativismo
Desenvolvimento da Olericultura na área de abrangência do IFF-SVS	Empreendedorismo e Cooperativismo
Educação em Saúde Bucal	Projetos Sociais
Espalha-Fatos Teatro & Dança	Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos
Obtenção de Geléias "Diet" de frutas regionais	Empreendedorismo e Cooperativismo
Destino Certo do Lixo (PRODECE)	Projetos Ambientais
Produção e implantação de mudas de espécies nativas junto às escolas rurais dos municípios de Jaguari, Santiago, Mata e Cacequi	Projetos Ambientais

Fonte: (BUTTINGER, 2012, pp. 4-5)

Anexo IV – Questionário aos Coordenadores de Curso



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Caro Professor,

Estamos trabalhando em um projeto de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo que apresentamos questionamentos em relação ao Câmpus de São Vicente do Sul do IF Farroupilha/RS.

A proposta: Identificar as possíveis interferências do Câmpus São Vicente do Sul nas questões cooperativistas de sua região de atuação, resultantes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, contando com a costumeira atenção e colaboração, comprometo-me a manter em sigilo as informações prestadas, bem como os seus dados pessoais.

DEIVID DUTRA DE OLIVEIRA
Mestrando

Orientador: Flávio Anício Andrade - PPGEA/UFRRJ

Título:

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA NAS
RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COOPERATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Questionário

1) Qual seu cargo/função na Instituição?
R
2) O PPC de seu curso contém disciplinas específicas de cooperativismo?
R
3) O cooperativismo é trabalhado em alguma disciplina de seu curso?
R
4) Conhece a existência de atividades de ensino, pesquisa e extensão de cooperativismo no seu curso? Cite alguns?
R
5) O tema cooperativismo é abordado nas semanas tecnológicas do seu curso?
R
6) Caso o cooperativismo não seja abordado, existe a preocupação para inseri-los na prática dos cursos?
R

Assinatura

Anexo V – Questionário referente à Cooperativa-Escola do Câmpus São Vicente do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Caro Professor,

Estamos trabalhando em um projeto de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo que apresentamos questionamentos em relação ao Câmpus de São Vicente do Sul do IF Farroupilha/RS.

A proposta: Identificar as possíveis interferências do Câmpus São Vicente do Sul nas questões cooperativistas de sua região de atuação, resultantes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, contando com a costumeira atenção e colaboração, comprometo-me a manter em sigilo as informações prestadas, bem como os seus dados pessoais.

DEIVID DUTRA DE OLIVEIRA
Mestrando

Orientador: Flávio Anício Andrade – PPGEA/UFRRJ

Título:

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA NAS
RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COOPERATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Questionário

1) Qual a sua participação no funcionamento da Cooperativa-Escola à época?
R
2) A partir de quando e como se deu a criação da Cooperativa-Escola no Instituto Federal Farroupilha – Câmpus São Vicente do Sul, antigo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de São Vicente do Sul?
R
3) Qual a finalidade/objetivo da Cooperativa-Escola?
R
4) Quais as vantagens e desvantagens no processo de funcionamentos da Cooperativa-Escola?
R
5) Como se deu a adesão dos alunos cooperados?
R
6) Por que a Cooperativa foi extinta? Como se deu o processo de encerramento?
R

Assinatura

Anexo VI – Questionário aos professores do Câmpus São Vicente do Sul, da área de Cooperativismo



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Caro Professor,

Estamos trabalhando em um projeto de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo que apresentamos questionamentos em relação ao Câmpus de São Vicente do Sul do IF Farroupilha/RS.

A proposta: Identificar as possíveis interferências do Câmpus São Vicente do Sul nas questões cooperativistas de sua região de atuação, resultantes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, contando com a costumeira atenção e colaboração, comprometo-me a manter em sigilo as informações prestadas, bem como os seus dados pessoais.

DEIVID DUTRA DE OLIVEIRA
Mestrando

Orientador: Flávio Anício Andrade - PPGEA/UFRRJ

Título:

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA NAS
RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COOPERATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Questionário

1) Qual o cargo e/ou atividade que desempenha no Câmpus São Vicente do Sul?
R
2) Quais elementos você entende que conduzem ao sucesso de associações rurais?
R
3) Qual a contribuição do currículo escolar para o desenvolvimento do cooperativismo no Câmpus São Vicente do Sul?
R
4) Qual a contribuição da prática docente para o desenvolvimento do cooperativismo?
R
5) Quais as possibilidades de contribuição da Extensão para o desenvolvimento do cooperativismo?
R

Assinatura